



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ata nº 13/2023

5ª Sessão Ordinária de 2023 – 1ª Mandato 2021-2025

Reunião de 13 de dezembro de 2023

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, coadjuvada por **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, P'lo Primeiro Secretário e **Sheila Gassin Tomé**, Segunda Secretária da Mesa.

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
João Pedro Marreiros Rosa	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Filipe de Jesus Baptista Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
CHEGA	Patrícia Alexandra Ferro	1 dia	13/12/2023	Jorge Daniel Melo
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	1 dia	13/12/2023	Marilu Veiga Santana
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	13/12/2023	José Luís Barbudo
PS	José Júlio de Jesus Ferreira	1 dia	13/12/2023	Alzira Maria Maçãs Calha
PS	Isabel Cristina Andrez Guerreiro	1 dia	13/12/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	Andreia Filipa de Sousa	1 dia	13/12/2023	Paulo Jorge Riscado
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	13/12/2023	Ricardo Nuno Cândido
PSD	Cristina Maria de Sousa Velha	1 dia	13/12/2023	Raquel Bernardino
PSD	Raquel Bernardino	1 dia	13/12/2023	Ricardo Jorge Viana



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	13/12/2023	Filipe de Jesus Baptista

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargês Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança

-----Quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **5ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes. -----

-----Em Seguida, começou por explicar que não foi rececionada inscrições, para o **1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Em seguida, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que iria submeter à votação a ata nº 4/2023 referente à 2ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 15 de maio de 2023. -----

-----**A ata nº 4/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, colocou à votação a ata nº 6/2023 referente à 3ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 19 de junho de 2023: -----

----- **A ata nº 6/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº 7/2023 referente à 4ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 30 de junho de 2023: -----

----- **A ata nº 7/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº 8/2023 referente à 5ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 21 de julho de 2023: -----

----- **A ata nº 8/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião** -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que está afónica, de modo que não vai conseguir falar e naturalmente que aquilo que os seus colegas souberem responder responderão. O que não souberem tomarei a devida nota e enviarei informação por escrito. Peço desculpa, mas isto é uma constipação e agora afetou-me a garganta e estou completamente afónica. Muito obrigada, muito obrigada, senhor Presidente em exercício. -----

-----Em seguida, o Presidente em Exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Moção – Construção do Hospital do Algarve - (subscrita pela Bancada da CDU – (PCP – PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra:« Considerando que: -----

----- O Hospital Central do Algarve é, há mais de 20 anos, um projeto continuamente adiado. -----

----- Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que aliás está em consonância com o assumido pelos vários governos, não se compreende os motivos por que ainda não se concretizou. -----

----- Pretende-se com este equipamento dotar o algarve de uma resposta com elevado grau de competência para prestar cuidados de saúde de qualidade numa região de reconhecida atracção turística. -----

----- Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica, o Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade. -----

----- No sítio na internet da ARS Algarve /Administração Regional de Saúde do Algarve consta inclusive uma extensa cronologia que revela todo o andamento do processo, desde que em 2002 foi constituído o primeiro grupo de trabalho para o lançamento da nova unidade hospitalar no Algarve. A partir daqui o projeto percorre os governos do PSD e PS, e a 3 de maio de 2008 o governo PS anuncia o lançamento da obra para 2009, e a sua conclusão durante o ano de 2012. O pleno funcionamento estava reservado para 2013. -----

----- Contudo, nada foi feito e ao contrário do que se perspectivava a obra não avançou. Em 2011, o governo PSD/CDS-PP voltava a afirmar o Hospital Central do Algarve como uma prioridade nacional, enquanto lhe



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição. Em maio de 2013, era criado do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), o que decorria apenas da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí viesse a resultar qualquer melhoria da prestação de cuidados de saúde à população. 2 Em 2016, sob o governo PS, a construção do novo Hospital do Algarve não conhece quaisquer avanços, e deixa de ser uma obra prioritária. O governo limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte. A 29 de junho de 2018, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução nº 1638/XII/3ª – Pela célere construção do Hospital Central do Algarve, da autoria do PCP que daria origem à Resolução da Assembleia da República n.º 247/2018 - Recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde públicos na região algarvia. O governo por seu lado, nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República. -----

----- O PCP e os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, têm acompanhado com muita preocupação a ausência ou insuficiência de respostas na prestação de cuidados de saúde na região do Algarve. -----

----- Os contactos com a população e profissionais de saúde, e as incontáveis visitas que temos promovido com o objetivo de conhecer em detalhe as condições em que são prestados cuidados de saúde não deixam margem para dúvidas quanto à sua necessidade, tendo o PCP intervindo sempre na procura de soluções. --

----- Ainda recentemente, propusemos no âmbito do Orçamento do Estado para este ano a transferência de verbas para a revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades para a construção do Novo Hospital Central do Algarve. Tal proposta viria a ser rejeitada. ---

----- Se o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem servido de propaganda ao governo, se destina a implementar um conjunto de reformas e de investimentos, verificamos que o Novo Hospital Central do Algarve não consta da componente reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS).-----

----- O PCP e os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, defendem o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia. -----

----- A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento. -----

----- Assim a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2023, delibere: -----

----- 1. Recomendar ao Governo a transferência de verbas de dotação do Ministério das Finanças a favor da Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. necessárias à concretização do investimento no novo Hospital do Algarve, num modelo de construção e de gestão integralmente público, com a atribuição de €9.000.000 destinados à revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades necessários à sua construção, num montante de investimento total que se estima em €300.000.000, incluindo equipamento; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- 2. Enviar esta Moção ao Governo e a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e Órgãos de Comunicação Social.» -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta moção da construção do Hospital Central do Algarve é uma das grandes aspirações algarvias da população há mais de vinte anos e que vem sido interruptamente adiada. A nossa pergunta é até quando? E isto porque mais uma vez deparamos que no plano, o PRR, o novo Hospital Central do Algarve não consta da componente de reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde. Sempre defendemos «o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal, em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia». Por isso, colocamos à votação esta moção nos itens constantes da mesma. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é uma das grandes lutas do Bloco. O Bloco também quer o hospital central e nós vamos acompanhar esta moção e vamos votar favoravelmente. Nós também já levámos, também, muitas moções aqui sobre o hospital central, como na Assembleia da República, por isso vamos acompanhar esta e é uma política que o Bloco também quer presente, que é a luta pela saúde. Dito por camaradas que tiveram que utilizar o hospital esta semana com jovens, com crianças doentes, chegaram a esperar neste momento três a quatro horas, cinco horas para fazer um pequeno exame e para terem soro por causa de um problema de estômago que a criança ficou lá cinco, seis horas em soro. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta moção, ele diria que a moção está totalmente imbuída das melhores intenções e necessidades, em prol da prestação de cuidados de saúde de qualidade aos algarvios e a turistas que triplicam populacionalmente no verão a região mais turística do país. Não esquecer que no período autárquico de 2021/25, a bancada do Partido Chega foi a pioneira na apresentação de uma moção com este teor e espantosa e paradoxalmente foi chumbada pelos partidos PS e CDU, com abstenções de outros partidos, sendo de todo incompreensível. Curiosamente, o tema desta moção vem do partido que alimentou um governo PS e nada fez pelo hospital central. Apesar da incongruência destes atos e destas moções locais, o hospital central é uma necessidade da população e não da esquerda ou da direita. Como tal, e porque o que nos move, são as necessidades individuais e coletivas das populações, é o Hospital Central do Algarve uma necessidade dos algarvios que deve ser defendida e apoiada sem ideologias. A bancada do Partido Chega votará favoravelmente esta moção. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que nestas andanças regionalistas, é um facto que o PS tem clara a incontroversa necessidade do novo hospital para a região. E é nessa circunstância que faz com que o PS procure desocultar aquilo que a moção do PC omite. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Esta proposta parece-nos absolutamente extemporânea, dada a circunstância de que ela omite a inclusão no orçamento de estado dos compromissos para o concurso relativamente ao novo hospital. O concurso público-privado será lançado em janeiro e não está necessariamente ao abrigo do PRR. -----

----- A retoma pelo Conselho de Ministros do processo de portaria público-privado para a construção e manutenção do Hospital Central do Algarve, cuja gestão clínica continuará a ser do domínio público, dita mais uma omissão na moção do PC. O PC omite por fim o facto da decisão política já ter sido tomada, que estavam em constituição duas equipas para conduzir o concurso de lançamento da obra do novo hospital central, uma equipa técnica e uma comissão de acompanhamento do processo para discutir o que será feito com as instalações atualmente ocupadas pelo atual hospital de Faro. -----

----- Dizer que o governo nada fez por aquela infraestrutura hospitalar, é acusar o PS de inação, quando as evidências empíricas dizem o seu contrário. Talvez seja por esta visão pouco benévola e por outras que o PC se encontra em franco declínio, com falta de credibilidade política na sociedade portuguesa e com tendências suicidas, o que é uma pena, verdadeiramente é uma pena. -----

----- Na circunstância e pelos argumentos aqui apresentados, e só pelos argumentos aqui apresentados, não são de somenos importância, o PS irá votar contra, não contra o processo tendente à emergência do novo hospital regional, mas contra esta moção que para além de extemporânea é omissiva relativamente a um conjunto de argumentos que nos pareceram válidos e que aqui acabámos de deixar presentes. Nessa circunstância, o PS irá votar contra, senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do "Portimão Mais Feliz" obviamente vai acompanhar esta moção. Entendemos que não é nada extemporânea, porque de facto aqui o problema não é a falta de decisão política, a decisão política foi tomada há vinte anos. O problema é a falta de execução dessa medida, dessa decisão política. É assim, não basta ir lá pôr uma pedra, chamar a comunicação social e deixar o assunto arrumado. De facto, há vinte anos que foi tomada a decisão e já poderíamos ter este hospital a funcionar há muito tempo. Portanto, consideramos que a moção não é nada extemporânea, vamos acompanhá-la e só quero deixar aqui uma nota. É assim, pese embora e ainda que este hospital vá para a frente, os problemas da saúde na nossa região não ficarão resolvidos, as carências vão muito para além das infraestruturas. Há uma carência grave de recursos humanos, há outro tipo de carências e esse debate sim deveria ser um debate que deveríamos fazer com seriedade, sem partidarismos e com o intuito de satisfazer as necessidades da população. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre este tema que muitas vezes vem a este órgão, há aqui várias questões e a primeira delas é que todos concordamos com o título que, emanando a moção que a CDU aqui traz hoje. Há depois alguns pressupostos que não acompanham o princípio basilar da moção que aqui apresentam e que até por outras bancadas foram bem referidos e que apelava até à bancada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da CDU que ponderasse porventura ou acrescentar, ou alterar, porque já todos nos apercebemos que é uma missão que todos acompanhamos e inclusive ainda há bem pouco tempo também, porque outros fazem pelas suas bancadas, o PSD apresentou dez mil assinaturas na Assembleia da República para a mesma construção do hospital central, portanto é de todos e não é de cada um como também foi dito e até bem cronologicamente que houve um governo de PS e PSD que lançou uma pedra para a construção, um do PS a seguir, portanto, houve vários partidos CDS também num governo de coligação, houve várias tentativas políticas e estratégicas de implementar e de iniciar a construção, que também dito anteriormente não resolverá todos os problemas de serviços e toda a alocação de profissionais de saúde, isso é uma matéria muito mais sensível, mas na moção há aqui algumas questões que colocaria à consideração. A primeira, é aquele vínculo muito ideológico que carrega como se fosse uma lei básica e fundamental para o cumprir desta missão que é totalmente público excluindo a parte privada, os promotores privados que possam colaborar, quando neste mesmo país temos o caso do Beatriz Ângelo elogiado pelo tribunal de contas, temos o caso de Braga, hoje até devíamos de estar preocupados com a boa execução orçamental porque é quem preside ao Conselho de Administração Transitório do CHUA, quem cá está e, portanto, acho que essa questão ideológica começa a ficar um bocado esbatida por também méritos de outro tipo de visão que sustente formas de gestão na saúde. -----

----- Depois, há outra questão que também coloco, os valores aqui apresentados dos trezentos milhões são contas feitas a uma data que aí sim já é extemporânea à data que aqui estamos, inclusive nos modelos que queremos do LS e da reforma de reorganização e, portanto, não se coadunam bem à moção que aqui é trazida, não vou explicar por uma questão de tempo, mas é sabido e todos acompanhamos as notícias da saúde e, portanto, são algumas questões que naturalmente legitimamos e acompanhamos o título da moção e o partido acompanha o propósito de há vários anos, mas há aqui algumas questões que até deixava à consideração da bancada se quisesse responder da CDU do preponente da moção que nos deixam a pensar que poderiam ser alteradas para que até possa haver alteração de voto, por exemplo, da bancada do Partido Socialista. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, é só para deixar aqui uma achega. É assim, o deputado Figueiredo Santos disse que era injusto acusar o PS de nada ter feito. Não é, senhor deputado, é justíssimo. Nos últimos oito anos que o PS governou, a qualidade dos serviços de saúde degradou-se substancialmente. Eu penso que é preciso ser muito sectário para não reconhecer isso com honestidade. Eu não digo que o PS não tenha trabalhado, não tenha feito nada, agora com eficácia de facto não fez e a realidade é que nós há oito anos atrás não tínhamos urgências fechadas, não tínhamos maternidades fechadas, não era preciso fazer um jogo de anani ananão para descobrir qual é a urgência onde podemos ir e hoje infelizmente é, ou seja, nem quando teve aqui a Troika os serviços públicos estiveram nesta degradação, inclusive a saúde. Portanto, ponha a mão na consciência e faça uma intervenção real, que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acompanhe as necessidades da região, porque aquilo que disse de facto não tem aderência nenhuma à realidade. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem estado a ouvir as intervenções e chega à conclusão que realmente este país sofre de uma hipocrisia política sem qualquer precedente. Todas as intervenções que eu assisti sobre o hospital, sobre a saúde de todos os partidos, parece que vocês estão todos esquecidos que estiveram no governo na altura, portanto há mais de vinte anos que assistimos a esta degradação. Há oito anos houve um agravamento, sim, para alguns partidos, também pelo PSD e o CDS, a seguir o agravamento continuou ainda muito mais sem a Troika, há sempre uma, mas é impressionante porque os senhores estão muito preocupados com o hospital central, o hospital central se for construído hoje, só daqui a dez anos ou oito anos é que está operacional. Nós temos problemas na saúde aqui no nosso concelho, e o CHUA de Portimão parece que ninguém se lembra, parece que só alguém se lembrou do CHUA para fazer uma providência e todos os partidos também foram atrás, sempre que há campanha eleitoral é o CHUA, é o hospital de Portimão. Portanto, nós temos aqui deficiências, mas começamos logo pelas deficiências da nossa cidade. Deficiências essas que estão esquecidas, foram esquecidas, nós tínhamos o hospital de excelência antes de 2008, sim, desde 2008 foi completamente desmantelado pelos senhores que estavam no partido PSD e CDS e a seguir continuaram até à presente data. Há urgências fechadas, não há pediatras e eu vejo, os membros desta Assembleia Municipal em vez de estarem aqui a lutar pela nossa cidade e pelo nosso hospital que é o CHUA Portimão, não, vêm aqui fomentar sonhos que eu considero que é um sonho, porque o hospital está para fazer há vinte anos e mesmo que inicie a construção só daqui a dez ou a sete anos é que está operacional e eu não percebo como é que há este esquecimento. Isto são, os senhores usam estes temas como uma oportunidade política e não na defesa das populações locais e nos problemas realmente do dia-a-dia da nossa saúde pública e do nosso hospital que é o hospital de Portimão. Está esquecido. Portanto, o hospital de Portimão está em ótimas condições, então venha o CHUA para daqui, o hospital central para daqui a oito anos e com urgências fechadas. Portanto, o básico não temos, vamos sonhar. Aliás, este país é um país de sonhos e de hipocrisia política, que nós somos, os cidadãos são utilizados em determinadas situações. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que não se vai alongar nem entrar, digamos em réplicas com o "Portimão Mais Feliz", na pessoa da Dra. Marta Caetano. É óbvio que a prática política em torno da saúde e dos modelos antigos de saúde não nos deixam cair da memória aquilo que foi ou que foram os anos 2015 e se obviamente quiser tomar nota empírica das mudanças que a esse respeito a inflexão de quadros na saúde e por aí adiante de que tivemos depois entre nós prefigurando aquilo que, no fundo, eu gostaria de contextualizar historicamente, tivemos o senhor Pedro Nunes de boa memória e consequentemente, portanto, eu gostaria era de reavivar de facto a vossa memória e presumir que na sua reflexão irá infletir quanto ao cinismo presente nas minhas declarações versos as suas. É óbvio que é hoje que se constrói o futuro e um sonho regional ao nível da saúde é um sonho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



respeitável, seja para hoje para nós, seja para nós amanhã, hoje por eles, amanhã por nós e naturalmente que a nossa construção não é uma construção imediatista, construção da vida política, é uma construção feita pedra sobre pedra, é uma construção feita de futuro, é a construção feita de sonho e consequentemente, portanto todos, mas todos os governantes não podem presumir ser imaculados, sejam eles do PS, do PSD, do CDS, não podem presumir ser imaculados. Todos nós cometemos erros, todos nós temos que efetuar opções em contextos históricos determinados. Portanto, seria longa para ser muito franca e rigorosa a nossa discussão, seria de facto, ou mereceria uma abordagem histórica bem interessante e inclusive que se prende por recursos humanos e aquilo que ao nível das faculdades foi cortado em termos de recursos na altura e que como sabem só uma formação médica tinha cinco anos, portanto não estamos a falar do século passado, não é século XIX nem século XX. Estamos a falar de ontem. Estas questões têm reflexos obviamente. -----
----- Depois, é óbvio que ninguém tem receitas mágicas e a verdade é que hoje o plano do público e do privado colocam-se de uma maneira salutarmente concorrencial, como evidenciaram um determinado tipo de modelos e é nesse contexto que alinhio perfeitamente e concordo com a posição aqui evidenciada pelo Dr. Carlos Martins, quanto àquilo que é, ou que de alguma, enfim, veleidade partidária, o PC enferma e foi disso que me referi e obviamente o PS está disponível a alterar a sua posição, modificar a sua posição, entrar num quadro de concordância ou de concórdia, se obviamente, não é, estes asteriscos ideológicos e político-partidários a nosso ver, enfim do século passado forem ultrapassados. Consequentemente, aquilo que efetivamente nos atém, é o desejo de que todos nós possamos ter saúde tendo ou não acessibilidade económica para esse efeito, porque é nesses períodos de doença que de facto nós medimos o quanto a nossa vida vale e nos sentimos menos mercantilizados porventura no privado que no público, etc. e por aí fora. Cada um de nós tem experiências do que é ter a vida dependente do sistema público e, portanto, tem que ser grato a esse sistema público e tem que enobrecer o sistema público e temos que convergir nesse sentido, não vale a pena agora amordaçarmos, o PS dizer, pois fizeram isto e aquilo e aqueloutro, deixaram a saúde neste estado, como se efetivamente digamos que o sistema nacional de saúde, não é, fosse assim uma borbulhinha que a gente pudesse picar ou que pudesse no fundo, superar fazendo algum balancinho. Portanto, sejamos cordatos e ponhamos as coisas com seriedade no seu devido lugar. O nosso desejo como regionalistas é efetivamente, não tenhamos dúvidas quanto a isso, não há cinismo nenhum nisto, é que os algarvios tenham aquilo a que tem direito no plano da saúde e sabemos também porque não têm ou não têm tido, também porque o Algarve em termos populacionais é o que é, também porque o Algarve no fundo, não tem tido peso político, eu refiro-me inclusivamente aos seus autarcas, o peso político do conjunto que deveriam ter, no sentido realmente de reivindicar esse desidrato, mas como acabámos de referir aqui, sentimo-nos orgulhosos pelo facto de pela primeira vez o hospital ter sido objeto obviamente de inclusão no orçamento geral do estado, ou seja, a decisão política e a prática política não têm este espontaneísmo que nós desejaríamos que tivesse e também é verdade que quando se está no governo nós todos sabemos que quem ficou na oposição tem um dom milagreiro de tudo resolver sempre sem dinheiro, não é, todos nós queremos baixos impostos, todos nós queremos isto, aquilo e aqueloutro, enfim, todas estas regalias, mas é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



necessário perceber que há fases em que as opções podem obviamente ser objeto de alguma distorção por pressões diversas, portanto é necessário que o Algarve também tenha consciência de que necessita de ter lóbis mais fortes para poder efetivamente reivindicar uma região mais pujante. Disse, muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apenas queria comentar a primeira intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos, pelo seguinte. Hoje em dia, portanto nos dias que correm neste momento, tudo é extemporâneo agora e tudo vai começar e tudo é prometido para o dia 1 de janeiro, a partir de janeiro de 2024, como se o governo do Partido Socialista em janeiro entraria, portanto em funções. Portanto, isto é uma questão caricata, esquecendo-se que na história e como o senhor diz que nós não temos memória, eu relembro-lhe que estão lá há oito anos, e em cada ano o orçamento, estava previsto o novo hospital como sempre têm dito. Inscreveram-no agora, ainda bem, e dizer-lhe também que estou bastante admirado pelo facto de tudo o que tem acontecido no hospital de Portimão, no antigo hospital de Portimão, agora CHUA, não ter por parte do Partido Socialista e de por parte da Câmara Municipal de Portimão, não ter provocado o tal cordão humano que a senhora fez quando o Partido Social Democrata estava no governo e quando a maternidade esteve fechada um dia ou dois dias e, portanto, isso é admiração para mim, já agora relembra que ainda está a tempo para provocar esse cordão humano onde eu estarei muito logicamente, irei estar presente se a senhora o convocar. Tenho dito, obrigado, só para lembrar a história, porque muitas vezes as pessoas só se lembram de umas coisas não se lembram de outras e, portanto, o senhor Figueiredo é exímio nessa questão e principalmente nas palavras que aplica que muitas vezes a gente tem que trazer dicionário para perceber o que ele diz. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que confessa que gosta muito de ouvir o senhor deputado José Figueiredo, mas às vezes fica confuso com aquilo que diz, que é, por um lado concorda e defende o hospital central, mas depois acaba por chumbar a moção. Isto faz-me lembrar algo que ouvi esta semana do Pedro Nuno Santos, o futuro Presidente do PS que também concordava com a recuperação do tempo dos professores, mas depois na Assembleia votou contra. Eu não sei se isto é o *Modus operandi* do próprio PS, se é qualquer coisa que está aqui a falhar relativamente ao meu raciocínio, se é peço desculpa, mas eu só queria lembrar-lhe aqui duas coisas, o problema se calhar está exatamente na reversão de uma série de políticas no pós Troika, provavelmente o problema está exatamente aí e eu lembro, o orçamento de estado hoje em dia para a área da saúde é cinquenta e seis por cento mais do que em 2016, portanto o problema não é dinheiro, o problema é gestão, o problema é a ideologia que está por trás da saúde. Aliás, e esta questão de pensar que tudo se resolve com dinheiro, mete-se dinheiro dentro do buraco e vamos fazer aqui uma série de coisas e isto resolve-se. Não se resolve nada. Em 2016, tínhamos um milhão de pessoas sem médico de família, hoje temos um vírgula sete milhões de pessoas sem médico de família. Tanto que é que o governo agora do PS resolveu adaptar uma medida que é, aqueles que estão fora já deixam de ter



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



direito a médico de família. Eu lembro-me daquilo que se passou há bem pouco tempo, concursos e vagas. Em 2021, ficaram cinquenta e uma vagas por preencher. Em 2022, ficaram cento e sessenta e duas, agora, ficaram quatrocentas e dezanove vagas por preencher, médicos de família e médicos de medicina interna. Sabe o que é que isto quer dizer? Os jovens não querem ir para o Serviço Nacional de Saúde, não interessa, não querem trabalhar no Serviço Nacional de Saúde. Existe essa problemática e os senhores têm que assumir isso quer localmente, quer nacionalmente, existe essa responsabilidade. Portanto, não é só a questão do dinheiro no sistema, há um problema de salários, há um problema de carreiras, há um problema de condições de trabalho e isso tem que se falar aqui, a escravatura que esta gente passa para trabalhar. Os senhores têm noção que às vezes as pessoas para fazer cirurgias têm que calçar três e quatro pares de luvas para fazer o mesmo serviço numa porque comprem mais barato? Os senhores sabem o que é que é o *basevel* e *Healthcare* na saúde? Têm noção do que é que é isso? A rentabilidade versus custo no ato médico? Não têm, isto é uma questão ideológica e, portanto, vem-se aqui dizer determinadas coisas e esquecem-se de determinados factos que são importantes. Eu recordo também e o meu tempo já está a terminar, mais de metade dos serviços de saúde em Portugal são prestados por privados. As pessoas têm noção disso? Os nossos impostos não chegam para cobrir dois terços do financiamento das despesas de saúde, têm noção disso? Na OCDE a média é que o estado suporta setenta e cinco por cento das despesas de saúde. Em Portugal sabe quanto é que é? Três em cada quatro euros, em Portugal, é muito menos do que isto. Dois. Os senhores sabem que em Portugal, mesmo os cidadãos financiando o SNS através dos seus impostos, pagam mais quarenta por cento, sessenta e um por cento dos cuidados de saúde está assegurado pelo setor privado. Os senhores têm noção disso? Pelo menos quarenta por cento da população tem dupla ou tripla cobertura, portanto não só são os ricos que têm seguros de saúde. Os senhores têm noção disso, quando se fala de saúde e fala-se do hospital, vêm as ULS, mas esquecem-se de outra coisa, como é que as ULS vão funcionar. Portanto, já se falou aqui várias questões, fala-se nas parcerias público-privadas e, portanto, provavelmente isso sim deixa boas saudades porque os factos aquilo que dizem é que havia hospitais que davam o lucro e os serviços funcionavam e, portanto, se são utentes, se são clientes, se são doentes, é uma questão de lógica aqui de ideologia relativamente à liderança e à gestão de um sistema de saúde. Que tem que ser assumido de forma diferente para não ouvirmos aquilo que estamos a ouvir todos os dias e é invadido na televisão, coitados daqueles que precisam dos serviços de saúde. Os senhores têm noção, SNS o melhor serviço do mundo, o SNS o melhor serviço do mundo. Portugal foi o segundo pior país da União Europeia com maior taxa de necessidades de saúde não satisfeitas durante a pandemia, pior que nós apenas a Hungria. Resultado, Portugal teve um dos piores excessos de mortalidade na União Europeia nos anos pós Covid. Portanto, eu acho que é importante recordar estas situações quando se fala em saúde e no Hospital Central do Algarve. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acompanham esta moção apresentada pela CDU, ainda que achem que o hospital central não é o que vai resolver os problemas da saúde como já aqui foi dito. O



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



grande problema que temos na saúde no Algarve, é relativamente às fracas condições de trabalho, à fraca capacidade para manter e atrair os jovens para o Serviço Nacional de Saúde, entre muitos outros. -----

----- O hospital central provavelmente vai resolver um problema de Faro, ainda que aqui estejamos na Assembleia Municipal de Portimão, obviamente que é uma defesa dos algarvios a este propósito da construção. Depois de todo este debate e inclusive da última intervenção com tanto fervor em defesa do Serviço Nacional de Saúde, fiquei um bocadinho surpreendido com o Chega, finalmente parece que ao final de quatro anos ter o Serviço Nacional de Saúde já não quer acabar com ele, agora está afincado mesmo nele. Fiquei surpreendido e só lhe dizer que não vale a pena gritar, porque temos todos microfones e conseguimos ouvir. É fácil, é fácil, não é brincar com coisas sérias, não é brincar com coisas sérias. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pede desculpa antes de mais pelo seu atraso, teve um imprevisto de última hora que o impediu de chegar aqui a horas como era sua intenção, mas às vezes os atrasos têm vantagens. E eu cheguei aqui atrasado com quase meia hora de atraso e de repente aterrei aqui literalmente e apanhei a meio uma intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos e dei comigo a pensar quando me sentei, bom, mas então o PS chegou ao governo há pouco tempo, há dois anos ou há dois meses? É que eu ouvi o senhor deputado Figueiredo Santos falar sobre a questão da saúde e quem não conhecesse a situação em Portugal nem os últimos oito anos do governo do PS pensaria que o PS chegou ao governo recentemente, pensaria eventualmente que o PS não tem a maioria das câmaras no Algarve nem tem tido nos últimos anos. Pensaria nomeadamente que o PS não teve sequer uma Secretária de Estado da Saúde, da Saúde do Algarve durante quase dois anos e, portanto, o PS não tem qualquer responsabilidade no facto de não termos um hospital central no Algarve. Chegar atrasado às vezes tem estas vantagens. -----

----- Ó senhor deputado, eu lamento informá-lo, ou lembrar-lhe, realmente basta fazer contas, não é, e o PS nos últimos vinte e cinco anos esteve no governo, a maior parte do tempo tirando os quatro anos de governo do PSD/CDS ficou conhecido como o governo da Troika e durante dois anos e meio também a seguir ao governo do pântano do engenheiro Guterres, o PS esteve sempre no governo, sozinho ou em geringonça, sempre e, portanto, não tem desculpa, não tem desculpa para vir agora aqui dizer que, «bom, quando está numa oposição é fácil vir aqui argumentar e pedir tudo e tudo a todos» e, portanto, em relação a esta moção e como sabe foi a chupeta, a moção até é da CDU, mas, enfim, é o tema que é e está feita nos termos em que está, e eu acho que nem que seja por uma questão de honestidade intelectual e de memória política e cívica, o PS tem a obrigação de votar favoravelmente esta moção. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, de facto, felicito-o pela consciência do atraso e naturalmente pelo pedido de desculpa, enfim, pelo mesmo. Com efeito, depois acabou por elogiar o atraso, dado que não ouviu tudo, porque às vezes não convém ouvir tudo de facto. O senhor não ouviu com certeza quando eu falei aqui do Dr. Pedro Nunes, o carrasco do Serviço Nacional de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Saúde em Portimão, portanto faltou-lhe este meio, não é, não conseguiu ouvir esta parte que o senhor aplaudiu aqui, não é, e que obviamente foi objeto ao tempo das nossas críticas mais contundentes e naturalmente de mais que justificada... já conclui esta intervenção do senhor que depois fechou em pleno a minha conclusão. Significa que ele de facto se alterou, uma vez que não gostou da argumentação. É assim, a democracia tem destas coisas. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, vou ser breve. Não me admira a posição do membro desta Assembleia do PSD, há quarenta anos o PSD votou contra a lei do Serviço Nacional de Saúde, o que me admira e penso que o Dr. Arnaut, senhor membro desta Assembleia Figueiredo deve dar pulos no "tumulo". Para nós, claro que é uma questão ideológica, consideramos que o Serviço Nacional de Saúde terá que ser público, terá que ter uma gestão pública e não achamos que a doença seja um negócio. Não concordamos com a transferência de oito milhões do estado para o negócio da doença. Para nós, a doença não é um negócio e por isso estaremos aqui sempre a lutar por isso. Não nos mate senhor membro desta Assembleia, estamos aqui com o voto do povo, temos reiteradamente ouvido que o Partido Comunista Português vai desaparecer, não seja o PS mais uma vez a dizer- lo, já bastam outras forças, admiro-me imenso, estaremos sempre aqui a lutar pela democracia e penso que isso ninguém nos poderá negar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não se quer alongar muito com isto, porque acha que mais do que a luta partidária, isto é algo que deve mexer com todos eles e devem todos juntos lutar pelo hospital. Agora, há aqui coisas que estão a ser ditas que não correspondem à verdade. Eu relembro que o PSD, o governo do PSD foi o único governo que colocou o hospital como prioritário, com um investimento prioritário na área da saúde. Relembro também que naquela altura, por causa dos problemas financeiros que atravessávamos, não tínhamos dinheiro para fazer esse investimento e, portanto, não o podemos executar. Só depois da Troika sair é que era possível executar um investimento daquele montante. E relembro a senhora deputada do PCP que o PCP apoiava o governo do PS juntamente com o Bloco de Esquerda e que esse governo foi aquele que tirou da lista prioritária o Hospital Central do Algarve. Foi o vosso governo, o governo apoiado por vocês que tirou o hospital do Algarve das prioridades nacionais e colocaram outros hospitais, nomeadamente Almada. É só isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado e vamos todos lutar pelo Hospital Central do Algarve, porque isso é que interessa aos portimonenses e aos algarvios, deixemo-nos de tretas, peço desculpa pelo palavreado, mas é assim mesmo, com licença. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, Dirijo-me ao membro da Assembleia Municipal representante do PSD para dizer que a CDU o Partido Comunista Português não esteve no governo. É só prestarem um bocadinho de atenção e verem a votação dos vossos deputados na Assembleia da República e quando são as medidas que o PCP propõe de salvaguarda do Serviço Nacional de Saúde, é só ver quem é que está ao lado do PS no negócio da doença. Eu acho que isto é necessário ser dito, estamos fartos de dizer que apoiámos o governo socialista. Demos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



viabilidade a um governo, mas nunca estivemos no governo e é só ver, é preciso ser inteligente e ir ver as decisões que são feitas pelos senhores deputados na Assembleia da República. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, como é que é possível estarem a culpar o Bloco de Esquerda como foi aqui falado da CDU, nós também fazemos essa coligação, essa geringonça, tivemos lá praticamente dois anos, como é que estão a culpar cinquenta anos de governação dois partidos que fizeram uma geringonça por dois anos? É preciso ter um bocado de falta de decência. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Moção – Construção do Hospital do Algarve - (subscrita pela Bancada da CDU – (PCP – PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi reprovada com o voto de qualidade do Presidente em exercício.** -----

----- Em Seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **moção – Expansão e Formação na Rede de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) - (subscrita pela bancada do CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Vem o Partido CHEGA apresentar a seguinte Moção, nos termos explanados *infra*: -----

ENQUADRAMENTO-----

De acordo com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, estima-se que 10.000 pessoas sejam vítimas de doenças cardiovasculares anualmente, em Portugal. Sendo esta uma das principais causas de morte, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2020 existiram em Portugal 21.997 casos de paragens cardiorrespiratórias. -----

O QUE NOS DIZ A CIÊNCIA? -----

Uma vítima de paragem cardiorrespiratória (PCR) perde entre 7% a 10 % de hipóteses de sobrevivência a cada minuto que passa, ao fim de apenas 12 minutos estima-se que a vítima terá em média apenas 2,5% de hipóteses de sobrevivência, já que o cérebro apenas sobrevive entre 3 e 5 minutos sem oxigénio. -----

No entanto, se existir um acesso a um Desfibrilador Automático Externo (DAE), a probabilidade de sobrevivência e recuperação de uma paragem cardiorrespiratória (PCR) situa-se entre os 50% a 70% de hipóteses. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O DAE é um equipamento utilizado para reverter a paragem cardiorrespiratória e tem como função aplicar uma carga elétrica no tórax. Pode ser utilizado por não profissionais, no entanto é ideal possuírem formação em Suporte Básico de Vida (SBV). O Objetivo da desfibrilhação ao reverter a paragem cardíaca é o coração voltar a contrair e bombear sangue para o corpo. -----

O QUE NOS DIZ A ESTATÍSTICA? -----

Em Portugal, a taxa de sobrevivência a uma paragem cardiorrespiratória é infelizmente muito baixa, aproximadamente 3%, em comparação a outros países europeus, que ronda entre os 20% a 30%.-----
Esta grande diferença pode ser explicada, entre outros fatores, pela ausência de investimento educacional nesta área, já que em diversos países desenvolvidos o Suporte Básico de Vida (SBV) é lecionado nas escolas há diversas décadas. Nos EUA desde 1963, no Canadá desde 1965, mais próximo de nós a Irlanda e Bélgica desde 1971, Reino Unido desde 1973 e Luxemburgo desde 1977. -----

Sendo a escola um dos principais polos de aprendizagem no desenvolvimento social e humano dos nossos jovens, a aprendizagem da Cadeia de Sobrevivência desde tenra idade, irá sem quaisquer dúvidas salvar vidas. -----

PROPOSTA DE MUDANÇA-----

- **Contínua aposta na formação certificada e ações de reciclagem em Suporte Básico de Vida (SBV) e (DAE) aos funcionários públicos**, tal como foi realizado pelo município, com o apoio dos Bombeiros Voluntários de Portimão e Proteção Civil;-----

- **Extensão da formação certificada e reciclagem em Suporte Básico de Vida (SBV) e (DAE) a funcionários de empresas privadas que colaboram com o município**, e que, pela dinâmica dos seus postos de trabalho estejam em contacto direto com os munícipes (exemplo: funcionários de recolha de resíduos urbanos).-----

- **Implementação nas atividades extracurriculares escolares (AEC) do ensino do Suporte Básico de Vida, assim como da Cadeia de Sobrevivência (112 – SBV – DAE – SAV);**-----

- **Aquisição, reforço e implementação de Desfibriladores Automáticos Externos em locais de maior concentração e movimentação de pessoas no nosso Concelho**, quer sejam na cidade de Portimão, quer nas nossas freguesias e zonas balneares.-----

CONCLUSÃO-----

Acreditamos que uma política de prevenção é sempre melhor que uma política de reação. Nesse sentido, a expansão da rede de DAE, assim como o reforço na formação em SBV e civis, irá sem quaisquer dúvidas salvar vidas no futuro. Acreditamos que os nossos munícipes, os turistas que nos visitam e o nosso Município irão estar mais seguros. -----

A ser aprovada, a presente Moção proposta deve ser remetida a:-----

- Câmara Municipal de Portimão;-----

- Assembleias de Freguesia do Concelho de Portimão;-----

- Assembleia municipal de Portimão.»-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que esta moção vem aqui à Assembleia, porque ele como cidadão normal gostaria de ter uma rede mais expandida de desfibriladores pelo concelho, assim como gostaria que fosse expandida a formação a outras pessoas. Penso que os bombeiros, a Proteção Civil já têm essa certificação e podem manejar um aparelho. Eu e a bancada do meu Partido gostaríamos de ter acesso a ser formados e certificados para podermos utilizar esses aparelhos, porque senão tornar-se-ão simples bibelôs na via pública e seria muito triste ver um munícipe, um ser humano a necessitar e eu ser incapaz de poder justificar a ação. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, ó senhor deputado, tanto quanto eu sei o senhor deputado não pode fazer interpelações a outros senhores deputados. Quer dizer, ou tem tempo para fazer isso, ou pede tempo a alguma bancada para poder fazer isso, mas eu não posso autorizar um pedido de interpelação que, no fundo, é aumentar um tempo de debate objetivamente senhor deputado, é só por isso, muito obrigado. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que vai tentar ser sucinto, o que nem sempre é fácil, mas esta moção supõe dois eixos, o que tem a ver com a expansão da rede, dos desfibriladores e outra que tem a ver com a localização. Bem, na matéria que diz respeito à localização de equipamentos, ela está consignada pelo Ministério da Saúde em legislação específica. Além do mais e neste contexto, vale dizer que Portimão foi das cidades pioneiras neste domínio e consequentemente há que fazer jus a esse município que cuidou desse programa da, E Comunitário, no dia 16, justamente no dia 16 de outubro no âmbito Do Dia internacional da Reanimação. -----

----- No que diz respeito à formação, esta formação está a ser implementada também ao nível das escolas, porque o uso desses equipamentos supõe um rigoroso controlo médico para minimizar os riscos de utilização indesejável desses equipamentos e consequentemente, portanto o exercício tem que ter como objetivo garantir que em condições normais cada ato de fibrilação externa, automática, seja realizado por um operador treinado e certificado. Portanto, a este respeito eu diria que fará sentido que as corporações que acabou de mencionar de facto, enfim, sejam detentoras dessa formação, já não tanto esta extensão que acabam de sugerir destes indivíduos não médicos, enfim, devidamente certificados que isto possa constituir, digamos uma atividade extracurricular de um aluno, quer dizer, face às próprias exigências e naturalmente também face à natureza das atividades de equipamento e de enriquecimento curricular das escolas. Portanto, no fundo, no centro das escolas temos aqui atividades extracurriculares de carácter facultativo, de natureza eminentemente lúdica, o que não é o caso formativo e cultural, no fundo, que incidem em domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e, portanto, nós não concebemos de facto que essa expansão possa, digamos de certa maneira sugerir uma formação se não de pessoas, como é o caso aqui dos assistentes das escolas, não é, esses sim que faz sentido e não tanto, digamos a juventude a título de atividade extracurricular. É só nessa circunstância que, enfim, impede a nossa discordância relativamente à vossa proposta, não mais do que isso e é só essa a circunstância que ditará que nós iremos votar desfavoravelmente. Muito obrigado, senhor Presidente, disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **José Vitorino da Silva Nunes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na Mexilhoeira Grande têm dois DAE já em funcionamento, portanto já colocados e que foram formados pelos bombeiros doze pessoas. Portanto, na Mexilhoeira acho que está, portanto na linha da frente já com essa formação e que já foi necessário intervirmos com um DAE e felizmente tínhamos a pessoa ao pé para dar seguimento a esse assunto. Disse, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu acho que como a moção diz falta aqui também é formação para pessoas que trabalham em empresas privadas e se calhar fazia muita falta. Eu sei que já abriu alguns cursos, eles até esgotaram, penso eu, não sei se estou, eu queria fazer um curso desses, eu pessoalmente queria fazer um curso desses, mas depois acabei por não o fazer e acho que as pessoas que tentaram fazer esses cursos, acabaram por não conseguir porque esgotaram logo esse tipo de formação, mas eu aqui fazia um apelo, não sei se também é um apelo que se possa fazer aqui na Câmara ou fazer também à Proteção Civil, para que também formem as pessoas no privado para poderem ajudar as pessoas que tiverem um acidente destes. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício submeteu à votação a **Moção - Expansão e Formação na Rede de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) (subscrita pela bancada do CHEGA)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	4	3	2	2	0	1	0	12
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	1	2
VOTOS CONTRA	15	1	0	0	0	0	0	0	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Em Seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **moção – Investimento em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que:-----

O PCP e os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, consideram que o transporte ferroviário é a espinha dorsal de um verdadeiro sistema de transportes, quer pelas suas características estruturantes para o sistema, quer pelo lugar estratégico que ocupa na vida económica do País, assegurando a circulação de mercadorias e bens e a mobilidade das populações, com enormes benefícios para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável ao nível local, regional e nacional.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Para o Algarve é urgente calendarizar, garantir os fundos necessários e sobretudo concretizar um conjunto de investimentos na rede e nos serviços ferroviários que estão no essencial consensualizados e que constam da presente proposta.-----

Com a proposta deste conjunto de investimentos a perspectiva que o Partido Comunista Português e os eleitos da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, apontam para a região do Algarve é a de um aumento significativo da importância do transporte ferroviário e da melhoria da qualidade do serviço prestado às populações, com inegáveis impactos positivos também nas condições de desenvolvimento económico regional. Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2023, delibere: -----

1. Recomendar ao Governo que o Ministério das Finanças assegure a transferência, em 2024, para a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. das verbas necessárias à realização dos seguintes investimentos em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve:-----

a) Modernização e eletrificação - concretização das intervenções de modernização e eletrificação da linha do Algarve, assegurando condições e capacidade da infraestrutura que garantam a plena operação de Lagos a Vila Real de Santo António e condições de prestação do serviço ferroviário adequadas às necessidades das populações em termos de disponibilidade da oferta, sua qualidade e rapidez;-----

---- Novas ligações ferroviárias - estudo e elaboração de projeto para criação de ligação ferroviária à Universidade do Algarve e ao Aeroporto de Faro, sem utilização de alternativas não ferroviárias;-----

----- c) Concordância de Tunes- investimento na reativação da concordância de Tunes; -----

----- d) Ligação em Alta Velocidade- avanço do investimento na ligação Faro - Huelva - Sevilha sem dependência da ligação Lisboa - Évora - Beja - Faro; -----

----- e) Serviço Intercidades - concretização do investimento necessário à disponibilização do serviço Intercidades até Vila Real de Santo António, incluindo o investimento necessário à adequação das plataformas ferroviárias existentes nesse trajeto; -----

----- f) Reabertura de estações ferroviárias- concretização do investimento necessário à reabertura das estações e apeadeiros encerrados na região ao longo de décadas - como é o caso de São Marcos da Serra cujas populações há muito lutam por esse objetivo -, revertendo essa decisão, requalificando as estações e apeadeiros e disponibilizando o serviço ferroviário em condições adequadas às necessidades das populações;

----- g) Manutenção e reparação - investimento na capacidade instalada na região para efetuar serviços de manutenção e reparação do material circulante, considerando as necessidades de substituição do material circulante por comboios de tração elétrica em consequência da eletrificação da Linha do Algarve, designadamente considerando de forma adequada o investimento nas oficinas da CP em Vila Real de Santo António e a valorização dos seus trabalhadores, reconvertendo estas oficinas para a manutenção e reparação de material circulante de tração elétrica e preservando os postos de trabalho;-----

----- h) Investimentos diversos - investimento destinado a corresponder a melhoramentos que há muito são reclamados pelos utentes, trabalhadores e populações, designadamente na requalificação de estações e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reforço da sua guarnição, na requalificação de apeadeiros e na retoma do processo de supressão de passagens de nível. -----

----- 2. Enviar esta moção ao Governo, às Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e aos órgãos de comunicação social.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, é sabido que o processo da eletrificação do troço da linha ferroviária entre Tunes e Lagos está em curso. É um processo que leva o seu tempo, uma vez que a modernização da linha do Algarve é um empreendimento que engloba eletrificação, instalação de sistemas de sinalização e telecomunicações ferroviárias, bem em si a colocação de sistemas de informação ao público em todas as estações e supressão de passagens de nível e, portanto, nesse sentido lamentamos mais uma vez informar que esta moção do PCP é extemporânea. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício submeteu à votação a **Moção - Investimento em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	2	2	1	1	1	12
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Em Seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, o Voto de Pesar e Repúdio – **Pelas violações do direito internacional em Gaza e na Ucrânia- (subscrita pela bancada do CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A ONU confirma que a invasão da Ucrânia produziu já 11 Milhões de refugiados.-----

Em Março de 2023 o *Tribunal Penal Internacional de Haia* emitiu mandado de detenção internacional contra o presidente russo Vladimir Putin. Mas em território ucraniano, a *Comissão Internacional Independente de Inquérito*, das Nações Unidas, confirma e continua a encontrar provas de que as tropas russas têm cometido crimes de guerra, como violações, deportações forçadas de dezenas crianças para a Rússia e ataques indiscriminados em áreas residenciais. -----

Por seu lado, o conflito na faixa de Gaza produziu mais de um milhão de deslocados. Apesar das pausas humanitárias, as forças de defesa Israelitas mantêm com as suas operações fortes impedimentos à circulação de ajuda humanitária às populações civis. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Sem prejuízo do direito à proteção que assiste aos Estados de Direito, em pleno século XIX, é profundamente lamentável que se continue a assistir a este tipo de comportamentos desproporcionais ou incompatíveis com o respeito pela dignidade humana, levados a cabo por parte de Estados democráticos e membros da Organização das Nações Unidas. -----

Por isso propomos que esta Assembleia Municipal, reunida a 27 de novembro de 2023, adote a seguinte posição: -----

1. De pesar e repúdio pelas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário que ocorrem em território ucraniano e palestino, levadas a cabo pelos Estados Russo e Israel respetivamente. -----

2. De apelo à contenção de todos os estados beligerantes permitindo as assistências humanitárias, e ao primordial respeito pela dignidade humana e pela integridade territorial dos territórios afetados. -----

Remeta-se às embaixadas de Israel e Rússia em Portugal, e aos órgãos de comunicação social.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que obviamente que na globalidade acompanham a moção que é apresentada pelo Chega, mas há aqui um detalhe que fica omissa e acha que é capital essa omissão, que é o ataque que foi feito pelo HAMAS e que despoletou a intervenção por parte de Israel, neste caso estando-se de qualquer tipo de juízo se é correta, se não é correta, se é justificada ou não é justificada. Não é isso que está aqui em causa. Aqui o que está aqui em causa é o direito internacional e as violações dos direitos humanos. E aquilo que o HAMAS fez em 7 de outubro foi uma clara violação dos direitos humanos, quando visa um ataque direto a inocentes que nada têm a ver com o próprio estado, tal como Israel o está a fazer, mas não o considerar aqui parece-me capital e sugeria a alteração ao Chega da inclusão do HAMAS nesta mesma moção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, o que o PS se oferece dizer nesta matéria, é que as guerras são sempre um sintoma de fracasso humano. Com as guerras todos nós perdemos, obviamente a violência geradora de violência e por isso o PS não pode senão condenar qualquer guerra que ela seja porque não há guerras justas, mas honrar as guerras que têm tido atrás de si totalitarismos na história, e isto é uma evidência, nacionalismos exacerbados, endeusamentos de homens, a santificação do ódio e da violência. Entre nós, se não é falha à nossa memória, invocou-se deus, pátria e família para dar corpo a um regime opressor, de medo, de censura, de cárcere, de tortura, que desprezou os mais elementares valores democráticos. Mas lembrando episódios bélicos mais recentes, enquanto Israel contestava as afirmações de António Guterres no Conselho de Segurança da ONU, em Portugal o governo, o Presidente da República, vários partidos, pronunciaram-se em defesa do Secretário-Geral das Nações Unidas nosso compatriota, à exceção do Chega e da IL que condenaram as declarações daquele. O PS reiterou que acompanhava o Secretário-Geral da ONU e ex-Primeiro-Ministro português nas suas preocupações, uma vez que Guterres reiterou sempre a necessidade de negociação e de um cessar-fogo imediato, quer em respeito pelo direito internacional, na medida em que ele inclui-se a libertação dos reféns civis, a abertura de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



corredores humanitários na faixa de Gaza, bem como um caminho para o cumprimento das múltiplas resoluções das Nações Unidas. -----

----- Enquanto Guterres defendia a carta dos direitos humanos das Nações Unidas, em Portugal um ataque ignóbil contra Guterres teve os homens do Chega e da IL, e é assim que o PS volta aqui a subscrever integralmente a interpretação e as declarações do Secretário-Geral das nações Unidas, que consideram muito claros. Perante o genocídio em curso, têm sido muitas as vozes que se Têm ouvido pela paz e pelo direito internacional, mesmo quando Israel acusava Guterres de baixeza moral e perigo à paz mundial. Nós estávamos com o compatriota Guterres, não por ele ser ou ter sido um socialista, mas porque é sem dúvida antes de mais acima de tudo um humanista e a comunicação social deixava claro que o Chega deveria abster-se no voto de pesar na Assembleia da República sobre o conflito entre Israel e o HAMAS, indicando naquela altura André Ventura que as alterações ao texto comum acordado entre o PS e o PSD, apenas essas o fariam mudar de posições. Ficaria claro que quem começou a guerra foi o HAMAS, que é um grupo terrorista que está a atacar um estado que tem um governo eleito, legítimo, etc. por aí fora e que era necessário neutralizar a ameaça. Isto são afirmações do líder do Chega em relação aos jornalistas e que o Chega deveria abster-se do voto de pesar na Assembleia da República sobre o conflito entre Israel e o HAMAS, e do mesmo jeito que há pouco o senhor invocou as contradições possíveis, enfim, das minhas declarações, como é que é possível que o Chega diga uma coisa e o seu contrário? E por certo no PS esta moção reflete uma camuflagem pacifista que não consegue ocultar as incoerências do Chega e da sua agenda estratégica de extrema e direita, que são um espelho de um processo de decisão puramente baseado na opinião pública. O PS irá votar contra. Muito obrigado, senhor Presidente, peço desculpa pelo excesso de tempo usado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício submeteu à votação o Voto de Pesar e Repúdio – **Pelas violações do direito internacional em Gaza e na Ucrânia - (subscrita pela bancada do CHEGA,** tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	0	0	0	0	3
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	0	1	0	8
VOTOS CONTRA	15	0	0	2	0	1	0	0	18

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Pesar e Repúdio foi reprovado por maioria.** -----

-----**A Deputada Municipal, Ângela Quadros, havia-se ausentado.** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP/PEV), apresentou uma declaração de**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Cada projeto de voto deve ser obrigatoriamente de um único tipo. -----

Opinião essa corroborada na Assembleia da República como se pode verificar no endereço eletrónico <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/sobre-os-votos.aspx> que transcrevemos:-----

“...O Presidente da Assembleia da República, os Deputados, os grupos parlamentares.....podem apresentar votos de congratulação, protesto, condenação, saudação, solidariedade, preocupação ou pesar. Cada projeto de voto deve ser obrigatoriamente de um único tipo.” -----

Também entendemos que este tipo de voto deve ser individual. Logo não deve ser dual. Relativo a dois temas diferenciados. -----

Desta forma entendemos o “Voto” que a bancada em questão coloca à votação está incorreta. Além de mal redigida, uma vez que não entendemos como é possível votar pesar e repudiar simultaneamente duas coisas distintas. Violações dos direitos humanos na Ucrânia, violações dos direitos humanos na Faixa de Gaza, Violações do direito internacional na Ucrânia e Violações do direito internacional na Faixa de Gaza.-----

A CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV rejeita este “voto misto” sem a necessidade da discussão política e ideológica que certamente todos estes votos individualmente mereciam, porque o objetivo da bancada que coloca a votação este indescritível “voto” vai muito para além do verdadeiro sentimento de dor interior que esta bancada “sente” pelos refugiados que invoca no documento.-----

O PCP distancia-se e condena, como sempre e não como exercício de mera demagogia como é prática da bancada proponente, as ações de violência que visem as populações e vitimem inocentes. O PCP condena a escalada de guerra de Israel contra o povo palestino e, em particular, os bombardeamentos indiscriminados, o bloqueio e a ameaça de uma ainda mais cruel agressão à população palestina na Faixa de Gaza, colocando-a entre a morte ou a expulsão.-----

O PCP condena, também, a escalada de guerra na Ucrânia e expressa o seu pesar pelas suas vítimas, quer as mais recentes, quer as que se verificaram desde 2014.-----

Defendemos que as soluções de todos os conflitos, nomeadamente a ocupação da Palestina por Israel, e a guerra na Ucrânia só podem ser alcançados por um imediato cessar fogo, respeitando as resoluções das Nações Unidas e em conformidade com o direito internacional.-----

Quando se alega neste Voto de pesar o direito à proteção que Israel tem, no contexto atual isso constitui um perverso incentivo à agressão de Israel ao povo palestino. -----Por sua vez

quando o texto cita comportamentos “desproporcionais”, aquilo que os proponentes ocultam são desde 7 de outubro de 2023 17.000 mortos, dos quais 7.700 crianças. ----- A pretensão

dos proponentes no apelo às assistências humanitárias é uma falácia, devendo ser o cessar fogo imediato a única exigência.-----

Consideramos que o presente voto está ferido de profunda hipocrisia, porquanto utiliza na análise de dois conflitos critérios antagónicos, na medida em que classifica, num deles, determinadas ações como crimes de guerra, enquanto que noutro, ações da mesma natureza, ou são omitidas ou irrelevantes.-----Não podemos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acompanhar este voto de pesar e repúdio, pelas razões explanadas e dado que não existe um apelo sério dos proponentes à Paz, condição essencial de justiça para os Povos.»-----Em Seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Eliminação das portagens na A22 - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra:« Considerando que: -----

A introdução de taxas de portagens na autoestrada A22-Via do Infante, prejudicou de forma visível as populações e MPME do Algarve. A Via do Infante não tem infraestruturas alternativas válidas. A brutal redução de tráfego desde a introdução de portagens e o aumento do tráfego na EN125 é exemplo dos constrangimentos causados pela opção dos Governos do PS, PSD e CDS em introduzir e manter esta injusta penalização às populações do Algarve. Desde o primeiro momento o PCP e os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, colocando-se ao lado das populações e das MPME do Algarve, opuseram-se à introdução de portagens e preveniram para as consequências que a realidade veio infelizmente a confirmar. A PPP associada a esta autoestrada tem-se revelado ruínosa para o interesse público pela transferência de dinheiros públicos para a empresa concessionária independentemente do tráfego verificado constituindo-se uma verdadeira renda de lucro garantido e prejuízo para o Estado, populações e aparelho produtivo. -----

A luta contra as portagens nas ex-SCUT tem obrigado o governo a reduzir o seu valor para os utilizadores, mas estas mantêm-se penalizando as populações e o desenvolvimento. Uma redução que tem sido suportada através de recursos públicos mantendo os lucros das concessionárias. Para o PCP e para a CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, é preciso terminar com as portagens nas ex- SCUT e com os negócios de concessões rodoviárias aos grupos económicos. -----

Na atual situação que o país atravessa a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, reafirma a necessidade da abolição imediata das portagens na A22, bem como a requalificação integral da EN 125. -- Pelo exposto a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP -PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2023, delibere: -----

1- Recomendar ao Governo, que proceda à imediata abolição da cobrança de portagens na A22, de forma a garantir o direito à mobilidade das populações, o combate às desigualdades no território e o desenvolvimento do País. -----

2- Enviar esta moção ao governo, demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e aos órgãos de comunicação social.»-----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu como sou parceiro, trabalho numa empresa que é parceira da empresa que explora a A22, vou-me retirar da mesa e dou o restante tempo do Bloco à CDU. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que o senhor deputado Pedro Mota vai então ausentar-se temporariamente para não participar nem no debate, nem na votação e concedeu o tempo que ainda resta ao Bloco que são quarenta e sete segundos para a CDU fazer a defesa da sua moção. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, esta é uma luta também nossa, se calhar o Partido Socialista também vai considerar esta moção extemporânea, o que é certo é que ainda há pouco, foi agora publicada a portaria que reduz o valor das taxas das portagens, mas não é isso que nós pretendemos, nós pretendemos mesmo como diz a moção, «a eliminação das portagens». Portanto coloco à votação este ponto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, a respeito desta moção, o que há a observar é que a política do governo tem sido a de respeitar os seus compromissos de redução progressiva das portagens até à sua eliminação. É neste contexto que nós vamos observar o anúncio do governo de redução de trinta por cento das portagens em territórios do interior e a via do Infante para o próximo ano, também em janeiro, uma medida que vai custar setenta e dois vírgula quatro milhões de euros. Estas medidas têm custos, não é, portanto há uma política do PS que tem uma preocupação de repor a justiça territorial, a coesão territorial e as medidas estão efetivamente aí, pelo que eu não diria que a proposta, a moção do PC é extemporânea, o que digo é que nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo, e as medidas têm de ser graduais e progressivas, porque é óbvio que tem que se encontrar ao nível de orçamento de estado as verbas alternativas para suprirem de facto estes recuos nas remessas. Portanto, o PS está de boa consciência, está de consciência tranquila quanto a esta política governamental do PS. Portanto, nessa medida irá votar desfavoravelmente a proposta do PC. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu recorro que no ano 2022, já o Chega apresentou em sede de Assembleia da República uma proposta que dizia, «determina-se a isenção do pagamento das portagens pelos utentes da A22 Via do Infante a partir de 1 de janeiro». Curiosamente, esta proposta de aditamento ao orçamento de estado foi chumbado pelo PS e pela CDU. -----

----- Depois, relativamente àquilo que o senhor deputado José Figueiredo disse, que eu acho que é interessante realmente, o Partido Socialista apresenta esta redução progressiva em determinadas SCUT e autoestradas e falou e muito bem, setenta e dois vírgula quatro milhões de euros, mas alguém vai ter que pagar às concessionárias isto. Somos todos nós. O senhor sabe disso, não sabe? Portanto, vir aqui dizer que o estado vai poupar às famílias setenta e dois vírgula quatro milhões de euros, vai, mas indiretamente vão ter que ser pagos aos concessionários que isto não foi negociado. Portanto, alguém vai ter que pagar, vamos pagar todos nós, inclusive aqueles que não passam. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício submeteu à votação a **Moção – Eliminação das portagens na A22 - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	1	1	1	0	8



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----

-----**A Deputada Municipal, Ângela Quadros, havia-se ausentado.** -----

-----**O Deputado Municipal, Pedro Mota, não participou na discussão e votação da moção** -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que a senhora Presidente como não pode, como não está em condições de fazer a apresentação inicial que é habitual, vão fazer o seguinte. A mesa vai anotar as inscrições das bancadas acerca da informação da senhora Presidente e depois não a senhora Presidente pelos motivos que se sabe, mas a quem ela conceder a palavra do executivo, irão responder às perguntas que forem colocadas. Quem se inscreve para fazer a intervenção sobre este ponto? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, começo logo aqui na página setenta com a Gare, sei que vão fazer algumas intervenções, na Gare de Portimão o que as pessoas se queixam ali que com os ventos laterais só têm praticamente a cobertura do teto, no resto, nas laterais não tem qualquer proteção e no verão quando o sol bate ali, tanto que no inverno faz frio, convinha fazer ali mais uma proteção para a chuva e para o frio para as pessoas estarem ali com algum conforto. Também gostaria de saber, que também está na informação da senhora Presidente da hasta pública do barranco do Rodrigo, em que ponto é que está, também gostava de saber desse assunto. Para já, fico-me por aqui, depois já faço mais outras questões. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que depois de olhar para aqui para esta informação escrita e quanto à questão do desporto e da cultura e das atividades que ocorrem aqui nesta cidade, pergunta ao executivo quando é que efetivamente decide apostar no desporto e na cultura. Porque olhando aqui para os últimos números fornecidos aqui pela fundação Manuel dos Santos, pela Pordata, Portimão nos últimos cinco anos e estou a falar dos últimos cinco anos, porque são os cinco anos após a cidade europeia do desporto, tem vindo a reduzir desde 2020, onde gastou setecentos e oitenta e nove milhões em despesas de capital e eu só falo de despesas de capital porque são infraestruturas, não estou a falar de despesas correntes. Em 2021, quinhentos e quinze, em 2022, trezentos e setenta e um. Tem vindo a reduzir o valor e é neste momento o nono concelho do Algarve que menos investe em infraestruturas do desporto. Relembro que no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



programa eleitoral do PS falava-se numa elaboração do plano estratégico para o desporto até dois anos, depois das eleições continuamos à espera desse plano. Aqui assume um Conselho Municipal do Desporto, também continuo a aguardar por esse conselho municipal, continuo a aguardar pela elaboração da carta desportiva que já estava em curso, mas eu não consigo encontrá-la em lado nenhum e depois outras obras que se previu e estamos a meio do mandato e é essa pergunta que eu faço, para quando é que efetivamente vão concretizar aquilo com que se comprometeram no seu programa eleitoral? Basta olhar, acho que devem de ter noção disso, equipamentos, não é isso que nós temos assistido e isto só no desporto, quanto à cultura muito menos, continua-se a investir muito em despesas correntes, em eventos, mas em infraestruturas é pouco para uma cidade como Portimão com um orçamento de cerca de oitenta e seis milhões de euros, gasta em infraestruturas zero vírgula três por cento do seu orçamento. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, três ou quatro questões muito breves sobre questões que têm que ver essencialmente com o urbanismo, mas começava antes de mais por pedir à senhora Presidente que fizesse aqui um ponto de situação sobre a questão da revisão do PDM. Nós pedimos já que a comissão setorial aqui no âmbito da Assembleia reunisse para falar sobre este ponto, que é como foi dito, foi que estava a aguardar uma data em que o senhor diretor de departamento estivesse disponível que esteve de férias e até à data não foi agendada a reunião e, portanto, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação nesta altura. -----

----- Depois, gostaríamos de saber também o que é que está em causa ali naquelas operações urbanísticas que estão a decorrer na praia da Rocha junto ao miradouro, portanto quem sobe na praia da Rocha em direção ao miradouro do lado direito está ali uma intervenção grande a ser feita. Perguntava concretamente se aquela operação urbanística está licenciada ou não. -----

----- Depois, uma situação que foi falada também aqui recentemente que tem que ver com uma hipotética instalação de uma superfície comercial junto à bomba da Repsol na estada de Alvor, na parte de trás da bomba da Repsol ali na zona do Marachique, saber também qual é o ponto de situação concretamente sobre essa situação e depois um problema que tem que ver com o ordenamento de trânsito, senhora Presidente, hoje em dia, enfim, é notório que um dos problemas mais sérios que temos em Portimão é a questão do trânsito automóvel na cidade, particularmente a algumas horas do dia com fluxos muito intensos de trânsito automóvel e engarrafamentos que são praticamente diários sem necessidade de haverem acidentes rodoviários. Aquela colocação dos semáforos ali no cruzamento da rua 5 de Outubro com o prolongamento da rua Serpa Pinto, creio que teve ali uma boa intenção, mas tendo causado ali, daquilo que me é dado observar, constrangimentos que possivelmente decorrem da forma como estão ali formatados ou programados os semáforos naquela zona. Portanto, questionava se não há, enfim, não há forma de resolver aquela situação, porque o que se verifica é que quem entra em Portimão, nomeadamente pela ponte velha apanha eventualmente com aquele semáforo vermelho ali junto aos CTT e leva, enfim, quinze minutos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



facilmente, estou a falar da hora seis da tarde, seis e meia, leva quinze minutos facilmente para chegar à zona do jardim Primeiro de Dezembro, e isto é, enfim, parece-me que é insustentável. -----

----- Depois, finalmente e só para terminar nesta primeira intervenção, quando foi aprovado aqui o plano de mobilidade sustentável de Portimão, o PMUS, foi contemplada uma comissão de acompanhamento e monitorização que eu creio, mas perguntava diretamente até hoje, findo praticamente um ano não reuniu nem sei se está constituída e, portanto, é necessário olhar para o plano, o plano foi aprovado, enfim, parecia que era a solução para todos os males do trânsito e da mobilidade em Portimão, infelizmente não foi o caso e é preciso olhar para o plano e ver em que medida é que precisa de ser monitorizada e eventualmente alterada. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quanto à Gare rodoviária, não temos essa nota porque a Gare rodoviária tem uma sala de espera. Se calhar as pessoas ou pode o horário ser diminuto e se calhar teremos que ver se podemos abrir mais horas a sala de espera, porque na realidade na Gare rodoviária existe uma sala de espera. -----

----- Quanto ao barranco do Rodrigo, depois vou passar ao meu colega João Gambôa para poder dar algumas notas. -----

----- Quanto ao senhor deputado Ricardo Viana, desporto e cultura. Na realidade, esse ano foi quando fizemos o pavilhão da Boavista. Agora, o que temos estado a fazer, temos o projeto já terminado também para o pavilhão da Quinta do Amparo que é para fazer, queremos também e já iniciámos o skate parque e o parque da juventude. Embora também tenhamos feito a pista radical no parque da juventude, foi dado um subsídio ao clube para a fazer e, portanto, não está nas contas diretamente da autarquia, está como um subsídio que foi atribuído. Portanto, o pavilhão da Quinta do Amparo vai ser feito e na cultura temos investido tanto na antiga lota de Portimão, na antiga lota de Alvor, no Instituto de Socorros a náufragos de Alvor que vai ser brevemente inaugurado e também a casa Manuel Teixeira Gomes que o projeto está terminado e vamos iniciar a obra no próximo ano. Portanto, o que temos estado a fazer é a cumprir com tudo aquilo que prometemos aos portimonenses. -----

----- A revisão do PDM passaria também depois ao meu colega João Gambôa, o ordenamento de trânsito. No ordenamento de trânsito senhor deputado tem razão, temos estado a reduzir os segundos ao máximo do que é que os peões podem passar, muitas das vezes passam sem o sinal estar vermelho, sem o sinal estar verde ainda. Ainda as pessoas não estão habituadas àquele ordenamento de trânsito ali que tem que fluir de outra maneira. No entanto, também o trânsito não é só nesta zona que tem horas de ponta de manhã e ao final do dia. Por isso, queremos também avançar com a obra V2, hoje já recebemos o parecer positivo para podermos avançar até à Forportil e queremos também fazer a obra, a ligação entre o Retail Park e a zona industrial do Coca Maravilhas. Portanto, vai ser uma entrada que já estava prevista já há uns anos, neste momento também já estamos a fazer o projeto para que possamos dar início a essa obra. Passaria então à minha colega Teresa Mendes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que completando aqui a informação que o senhor Vice-Presidente deu no que diz respeito ao desporto e à cultura, no desporto para além das obras referidas pelo senhor Vice-Presidente, também estamos a terminar o projeto de melhorar e ampliação do pavilhão dos Montes de Alvor e em termos de obras é essencialmente o que o senhor Vice-Presidente referiu, a casa Manuel Teixeira Gomes o senhor Vice-Presidente já tinha dito. -----

----- Depois, relativamente aos planos estratégicos, dizer que a carta desportiva está em revisão final, só não foi à reunião de Câmara ainda porque dois dos elementos foi feito internamente pela equipa pela DDJ, temos dois elementos de baixa, um por acidente de trabalho e outro por doença súbita e então só por isso é que a carta desportiva ainda não veio a reunião de Câmara e depois à Assembleia Municipal para aprovação. Após carta desportiva aprovada será constituído, aliás, bem como proposta na carta desportiva à constituição do Conselho Municipal do Desporto, para depois se fazer o plano estratégico, sendo que na carta desportiva já vêm linhas orientadoras para desenhar o plano estratégico do desporto. -----

----- No que diz respeito à cultura, irá a esta reunião de Câmara proposta para fazer plano estratégico da cultura com uma entidade externa, com uma universidade e a constituição posteriormente ainda nessa proposta que vai à reunião de Câmara a construção de um grupo de trabalho dará depois origem posteriormente ao Conselho Municipal da Cultura. Portanto, a informação que tinha dada, na realidade a carta desportiva já poderia estar terminada, mas com todas as questões que houve pandémicas e outras acabou por atrasar, mas está neste momento em revisão final e espero em janeiro se os dois colaboradores voltarem, trazê-la à reunião de Câmara e à aprovação da Assembleia Municipal. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre o barranco do Rodrigo, o anúncio do procedimento previa que uma das hipóteses, no caso de ficar deserto como ficou, pudessem abrir novo procedimento sem valor base, aceitando as propostas que vierem a ser entregues. Esse anúncio já foi publicado e até ao dia 31 de janeiro estamos à espera que hajam propostas. É evidente que sendo uma proposta sem valor base, isto acaba na prática de ser mais uma consulta ao mercado e a Câmara tem sempre a faculdade de decidir se irá aceitar alguma dessas propostas, se aparecer mais do que uma, haverá o momento das licitações e depois de estar fechado terá que ser a Câmara a decidir se aceita ou não o valor que for determinado dessa licitação. -----

----- Sobre o PDM, realmente já se devia ter marcado essa reunião, porque já se tinha falado sobre isso, fica já assumido o compromisso que durante o mês de janeiro e o senhor diretor também está presente nesta sala, será marcada esta reunião para que todos tenham acesso à informação sobre a evolução da revisão do PDM. -----

----- Sobre os dois processos urbanísticos que me perguntou, por trás da Repsol deu entrada um pedido de licenciamento que não está apreciado e eu ainda não sei a conclusão nem sei, os termos normalmente só



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



passam por mim quando são para aprovar e não tenho mais nenhuma informação que lhe possa dar sobre isto. -----

----- Sobre o que se está a passar no miradouro, é uma moradia que lá está licenciada, a substituir a albergaria Três Castelos e foi licenciada uma moradia, tem um alvará de obras válido e é isso que lá está a ser edificado. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente à questão do plano de mobilidade, de facto, sim, está prevista a comissão, ela vai ser constituída, ainda não foi. O plano de mobilidade como sabem tem um horizonte a dez anos, portanto é para a próxima década e uma das áreas do plano de mobilidade e foi aqui referida e bem, é a otimização do sistema viário. E sobre a questão do trânsito e sobre a otimização do sistema viário, além do que o senhor Vice-Presidente já disse, queria só dizer que o município está a preparar e a estudar um conjunto de soluções para implementar em várias artérias da cidade, nomeadamente em termos de investimentos de rede viária que apresentará oportunamente, desde logo também pelo facto de existir um novo paradigma da circulação rodoviária que se prende com a supressão da passagem de nível e a construção de um novo viaduto que vai envolver também algumas soluções rodoviárias que terão que fazer com que faça sentido à circulação rodoviária naquela zona e que imponha um melhoramento também de um acesso dos veículos à cidade de Portimão e à circulação rodoviária na cidade de Portimão através do acesso pelas Cardosas, mas também através do acesso à zona da Gare rodoviária e à zona do mercado para o Grosso, que depois vai ter ali uma grande centralidade porque o trânsito passará a passar para a zona Sul da cidade através desse viaduto e não pela rua da estrada do Monchique onde hoje temos a passagem de nível. Portanto, oportunamente também apresentaremos esses investimentos, sendo que aqueles que o senhor Vice-Presidente referiu, esperamos terem obra no próximo ano, nomeadamente a construção daquele que é o mais prioritário, acho que é consensual, que é o prolongamento da via V2 até à Forportil e continuando até à Bemposta. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que tem aqui várias perguntas para colocar ao executivo, nomeadamente relativo ao abrigo temporário para pessoas em situação de sem-abrigo, questionar se o mesmo já foi aberto e se já foi feita uma análise da possibilidade de continuidade do mesmo no seguimento daquilo que já foi aqui apresentado anteriormente.

----- Verifico também que aqui na informação da senhora Presidente, aparece novamente a requalificação do lado da igreja matriz a ser consignada no dia 8 de janeiro de 2024, novamente à empresa Consdep, que atempadamente e ainda bem, penso que alertamos para a situação da mesma, e que a senhora Presidente na altura disse que era necessário fazer uma verificação, a minha pergunta prende-se, com se foi feita essa verificação e se temos atualmente todas as condições para avançar com este trabalho com esta mesma empresa. -----

----- Relativamente à rede viária, já aqui bastante foi dito, mas tenho uma questão a colocar que é relativamente à construção da nova passagem de peões na avenida V6 mesmo em frente ao edifício Oceano



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Atlântico, que é conhecido de quem aqui mora em Portimão, que os carros e autocarros param recorrentemente na V6 para apanhar as pessoas, e agora para além disso, ainda temos mais uma passagem de peões. Se a V6 foi construída a pensar como uma via para escoar o trânsito, cada vez mais temos mais obstáculos a esse escoamento. Portanto, não faz um bocadinho sentido a criação de mais uma passagem de peões ali naquele local, quando até já existem relatos e aqui conforme a informação da senhora Presidente, de atropelamentos neste mesmo local. Portanto, a minha pergunta é o que é que leva à construção desta passagem em frente àquela unidade turística, qual é que é o fundamento da mesma. -----

----- Ainda uma outra questão que é relativamente à falta de água no município, e já sei que as respostas é que a solução passará pela dessalinizadora e por eventualmente virmos a ter chuva, mas a questão prende-se é relativamente à continuidade de rega das zonas verdes, ainda que ultimamente tenhamos tido episódios de pluviosidade, continuamos a ter a chover e, ao mesmo tempo, a termos rega. Tendo em conta a campanha que temos da EMARP e bem, apelando a um consumo consciente e à diminuição do consumo de água, acho que parte até do próprio município dar esse exemplo, e no passado já a senhora Presidente aqui indicou que estava em execução medidas para que isto não aconteça. O problema é que continua a acontecer e não é só em Portimão, na Mexilhoeira também acontece, na Figueira também acontece, em Alvor também acontece e passa uma imagem um bocadinho contraditória. Disse, senhor Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria fazer aqui uma pequena intervenção que tem a ver com a informação escrita, essencialmente com uma constatação das contas, o peso que têm as questões dos impostos no orçamento da Câmara, nada de estranho, sabemos. Dentro desse peso, o peso das transações imobiliárias e justifica-se a forma como constantemente vemos informações na imprensa local de que quantos mais, dez, quinze, resorts vão começar, porque realmente este modelo pelo menos para a Câmara traz dinheiro não aliviando os impostos dos bolsos dos portimonenses ou de quem vive em Portimão como eu. -----

----- A questão que se põe é, se estamos mais uma vez e desculpem a palavra, já sei que a palavra é muito utilizada por mim, mas se temos a consciência e se temos uma visão estratégica para perceber que a aposta neste modo de gestão focalizado na abertura de resorts turísticos, penso que toda a gente sabe o que eu estou a falar, anunciado na imprensa local, se temos a consciência estratégica da pressão que isto vai causar num conjunto de dimensões do território. E a mim preocupa-me a dimensão do parque escolar. Portanto, o parque escolar está pelas costuras, está a ser gerido de acordo para não deixar ninguém de fora, portanto nem é essa a crítica, a questão é não vai dar mais. Portanto, quanto mais investimentos turísticos atraírem pessoas para vir trabalhar para cá, porque vêm de fora com as suas famílias, que é o que aconteceu nos últimos anos, mais vai-se perceber que as escolas que temos já não dá. Portanto, a minha filha já não dá para passar da básica para a D. João, porque e depois já não vai ser possível e, portanto, qual é a visão estratégica que os municípios têm para esta área e o que é que está a ser preparado para termos uma solução do parque escolar para os próximos cinco, dez, quinze, vinte anos. Penso que ninguém terá dúvidas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que a pressão é grande sobre essa área, porque as infraestruturas não crescem e muitas delas requerem como todos sabemos e hoje não temos o público da área escolar que tem vindo constantemente dizer que independentemente da motivação do que a Câmara tem feito, infelizmente não chega pelo estado de degradação que algumas escolas já atingiram e se associarmos também que a parte da gestão camarária, neste momento a questão educativa, a questão dos colaboradores que independentemente de responderem e bem que cumprem os rácios, mas o feedback que nós vamos tendo das escolas, é que é um exercício muito complicado em termos dos colaboradores conseguirem dar o serviço mínimo que as crianças precisam. Portanto, o nosso questionamento aqui é dentro deste modelo de crescimento, o que é que está a ser feito, pensado, estruturado para que tenhamos resposta àquilo que vai inevitavelmente acontecer que é, vão vir mais pessoas para podermos ter com quem prestar estes serviços aos possíveis turistas futuros, e que vai aumentar a pressão sobre o parque escolar, entre outras dimensões, mas que já foram faladas, portanto queria-me focalizar nisso e ouvir a vossa visão. Disse, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, estamos aqui perante um documento meramente administrativo que explana a atividade administrativa da Câmara, elaborada de forma rigorosa pelos técnicos desta casa que desde já saúdo. -----

----- A senhora Presidente no seu discurso no Dia da Cidade congratulou-se com a construção de uma série de hotéis que exaustivamente indicou. Gostaríamos aqui de fazer uma pergunta que é, se a Câmara tem alguma estratégia de desenvolvimento de outro tipo de atividade económica, diretas ou indiretas que não seja só hotelaria, cama e praia e também consideramos que em virtude de não haver ainda o PDM, que estas construções haverão de continuar a ser aprovadas da forma a que estão a ser. Já nem faço mais qualquer reparo, mas realmente o PDM já está há muito tempo atrasado e não se percebe o porquê. -----

----- Depois, gostaria de saber qual é a estratégia do município em relação à habitação, pena é que no seu discurso também a senhora Presidente tenha abordado suavemente esta questão e uma das coisas que eu quero perguntar, é que tomámos conhecimento que há cidadãos que se dirigem aos serviços de habitação para fazer a inscrição a uma habitação, e é-lhes recusada a inscrição com a justificação que não havia habitações disponíveis. O que nós gostaríamos de perguntar, é como é que a Câmara pode elaborar um diagnóstico onde afira as reais necessidades habitacionais ao não aceitar inscrições mesmo não havendo habitação disponível. É do conhecimento público aqui também que em virtude do aumento da população escolar, existem escolas superlotadas, tendo havido necessidade para uma resposta imediata da deslocação de turmas para equipamentos que não estão destinados àquelas faixas etárias. Gostaríamos de saber se a Câmara já avaliou esta situação e qual a resposta a dar. -----

----- Mais uma vez, vimos aqui sugerir o levantamento na cidade das placas de toponímia, a fim de serem substituídas as danificadas, e também em relação a estas placas, sugerimos uma vez mais que em artérias da nossa cidade que não se encontram devidamente colocadas placas de identificação e que para os turistas que nos visitam e não só, até para nós próprios às vezes é difícil entendermos em que artérias estamos. --



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra questão aqui que também gostaríamos de levantar, é se a Câmara já efetuou levantamento para saber quantas pessoas em Portimão se encontram no linear da pobreza e abaixo desse linear, qual a população que não tem apoios sociais ou tem rendimentos abaixo dos quinhentos e noventa e um euros mensais. Se a Câmara também tem sinalizado os sem-abrigos do concelho. -----

----- Todos conhecemos o excesso de procura de estacionamento no CHUA, gostaria de saber se a Câmara encetou diligências junto do centro hospitalar para a resolução deste problema. -----

----- Continuamos com as mesmas perguntas recorrentes, onde é que está o parque verde, o cemitério, a requalificação do complexo desportivo de Alvor, requalificando o campo de futebol. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu queria voltar a perguntar sobre a questão do PDM, porque o senhor vereador João Gambôa reconheceu que a reunião já devia ter ocorrido, mas sobre o estado da revisão do PDM disse zero. Eu voltava a questionar, porque acho que a Assembleia tem o direito de saber qual é hoje dia 13 de dezembro de 2023, qual é o estado da revisão do PDM e, portanto, voltava a colocar essa questão. -----

----- Depois, quero aqui deixar uma nota de estranheza. Foi aqui dito que entrou o pedido de licenciamento de uma unidade comercial da freguesia de Alvor, por trás da bomba da Repsol e pasme-se, o senhor vereador do pelouro desconhece o pedido, desconhece o pedido. É uma coisa estranhíssima, parece que é uma coisa banal entrar nos serviços um pedido de licenciamento da unidade comercial no concelho, é como se fosse uma moradia ou um bloco de apartamentos, é uma coisa diária se calhar, portanto o senhor vereador nem teve curiosidade de ver o pedido, é realmente estranho e tenho que estranhar isso. E depois, queria aqui colocar duas questões muito concretas que têm que ver com, no fundo, com o direito à habitação. Assim num mirar de pacote Mais Habitação que foi aprovado recentemente em outubro, lei 56/2023 de 6 de outubro, prevê entre outras medidas, uma medida que terá eventualmente que ser aplicada pelos municípios que consta do artigo 108C aditado ao RJUE, que é fundamentalmente o arrendamento forçado de habitações devolutas, e eu concretamente em relação a isto queria colocar aqui duas ou três questões. Primeira questão, o município de Portimão e o executivo que está aqui presente nesta Assembleia ponderam ou não recorrer a este mecanismo da lei para eventualmente forçar o arrendamento das habitações devolutas. -----

----- Segunda questão. Há algum estudo feito neste momento que permita identificar a quantidade de habitações devolutas que existem no concelho neste momento? -----

----- Terceira questão. Há algum estudo que permita identificar quais as habitações que carecem de intervenção para garantir as suas condições de habitabilidade, nomeadamente obras coercivas ou não. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, falo aqui também na página sessenta e nove, a substituição dos postaletes dos Vai e Vem, só que não é só mudar os postaletes, também podiam fazer era uma faixa que os autocarros não ficassem parados no meio da estrada das vias para que a gente tenha depois que passar por cima dos traços contínuos para passar pelos autocarros, ou se não para cumprir as regras temos que estar à espera três e quatro minutos que os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



autocarros parem para entrar e sair passageiros. O que eu queria dizer, realmente tem lá a sala de espera, mas raramente as pessoas usam aquela sala de espera, o que faz algum interesse era mesmo ver os painéis laterais junto às casas-de-banho, é aí que as pessoas esperam com as suas malitas à espera dos autocarros que é mais rápido para entrar e as pessoas que esperam também as pessoas que chegam. Acho que era uma obra que não será muito dispendiosa e teria uma mais-valia para as pessoas que utilizam aquele equipamento. -----

----- Falo também aqui na página setenta e seis, temos aqui o largo da igreja, que o deputado do PAN já falou, é uma empresa que a gente vai à procura desta empresa não aparece, nem existe um site dessa empresa, está completamente vazio qualquer informação sobre esta empresa, eu gostaria também de saber o que é que o executivo pensa fazer no largo da igreja e com esta empresa Consdep S.A. que é de Aljustrel. -

----- Na página setenta e sete, temos aqui o balneário do Pontal, neste momento aguarda decisão do executivo, não sei o que é que se passa e qual é a decisão do executivo para este balneário do Pontal. -----

----- As autocaravanas em Alvor, diz que está entregue ao senhor diretor do DGUM desde 02-05-2023 e até agora aguarda decisão, gostaríamos de saber o porquê. Gostaria de saber também do serviço de metrologia que neste momento está suspenso, gostava mais de saber mais algumas informações sobre o cemitério, o que é que se passa com o cemitério, quando é que avança o cemitério, não é só aumentar taxas, convinha também ter o cemitério e também queria falar aqui sobre a Proteção Civil que tem aqui uma situação de muitas quedas de árvores. Gostaria de saber porquê, o que é que se passa com a queda das árvores. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, relativamente à requalificação do adro da igreja, essa empresa que ganhou esse concurso já há alguns anos, temos estado em negociações pensando que eles não queriam avançar com a obra. Na realidade, querem avançar com a obra, portanto temos é que estar em cima porque não podemos fazer nada. Não temos, se não tínhamos que indemnizá-los, se os metêssemos para fora e isto tinha que ir para tribunal e, portanto, quanto tempo é que isto levaria. O que vamos estar é com a nossa fiscalização em cima e eles vão ter que avançar com a obra por isso é que a obra está adjudicada para que possam avançar e têm que cumprir com os prazos, dado que o valor que foi orçamentado e com o valor que eles concorreram querem começar e dar início às obras e nós, o executivo não pode fazer mais do que permitir. -----

----- Quanto à avenida V6, depois já passo ao meu colega. -----

----- Quanto à rega, eu gostava de dizer ao senhor deputado Ricardo Cândido, do ano 2022 para 2023 já poupámos vinte e cinco por cento das nossas regas nos nossos jardins e no final do mês de outubro temos já numa grande área a rega inteligente e, portanto, o que é que faz a rega inteligente? Quando há chuva o sistema não deixa que haja rega naquele jardim. O que vamos querer, é continuar a ampliar esta zona para outras zonas também. A rede já está montada para outros sítios, agora só o que queremos fazer é no próximo ano ampliar a rega inteligente para outros espaços. -----

----- Do abrigo temporário também falou, já abriu, mas já passarei à minha colega. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, o senhor deputado Américo Mateus, na realidade falou do IMT. Na realidade o IMT demonstra que são sessenta e dois por cento até outubro dos nossos impostos, são sessenta e dois por cento que é pago para a autarquia, embora no IMI temos baixado todos os anos e isso também é bom que se diga, no IMI temos baixado aos portimonenses todos os anos o IMI que é pago. Senhor deputado, isso depois vai ver, quando chegar à hora das contas está aí. -----

----- Do parque escolar, também já vou falar. Hotéis, habitações, a minha colega também vai falar. -----

----- Quanto ao levantamento das casas devolutas, está feito, senhor deputado, está e, portanto, este levantamento já está feito, o executivo vai reunir para ver o que é que vamos fazer com o levantamento que já temos feito das casas que estão devolutas. -----

----- Ah! serviço de metrologia. O serviço de metrologia o técnico que tínhamos cá reformou-se e como tal mandámos outro técnico para formação, já teve a primeira formação, agora vai estagiar noutra Câmara Municipal para depois podermos retomar esse serviço, embora o serviço tenha estado a ser assegurado por outras entidades, portanto não está em falta esse serviço. -----

----- Ah! quanto às árvores que têm caído, ó senhor deputado, pois cada vez que há vento, algumas árvores vão caindo, não é? O que é certo é que felizmente não temos tido problemas de maior no nosso município com as árvores que têm caído. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões colocadas, no que diz respeito ao abrigo temporário, o abrigo temporário já abriu no dia 5 de dezembro com a mesma capacidade do ano passado para doze camas masculinas e quatro camas femininas, sendo que existe a possibilidade de colocarmos mais duas camas femininas e mais duas masculinas, mas de momento abriu só com estas camas, sendo que a previsão é estar aberto até final de maio, sendo que os meses de junho, julho, agosto e setembro depois será alvo de nova reflexão se mantemos aberto ou se encerramos conforme fizemos o ano passado. Para já ainda não foi tomada essa decisão, mas até final de maio vai estar aberto. -----

----- Dizer que relativamente ao parque escolar e à estratégia para os próximos anos, sendo que não pode acontecer tudo ao mesmo tempo, como foi aqui referido pelo professor Américo, será com tempos entre os três, cinco e dez anos. Dizer que há a previsão de aumento do número de salas no projeto que está em elaboração da escola secundária Manuel Teixeira Gomes, é uma escola que irá ser alvo de candidatura a PRR, termina em 31 de março de 2024 e haverá aumento de número de salas de neste caso secundário. -----

----- No projeto da EB1 de Chão das Donas, também está a ser alvo de projeto para remodelar com o aumento do número de salas de primeiro ciclo e de pré-escolar. No projeto da EB1 de Alvor também está previsto aumento do número de salas de primeiro ciclo e de pré-escolar. O centro escolar do Alto do Alfarrobal serão só salas de pré-escolar e primeiro ciclo com creche. Este é o que irá ficar concluído nesta primeira fase a curto prazo. -----

----- Dizer ainda que está prevista na nossa carta educativa um novo centro escolar na zona de expansão e a carta educativa prevê que seja construído na zona da Bemposta, temos já o terreno, mas não temos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



projeto feito. No entanto, o que está em projeto para avançar para concurso e construção são aquelas que eu já referi anteriormente. -----

----- Dizer que quanto à identificação das pessoas no linear da pobreza e os sem-abrigo, os sem-abrigo nós temos todos, através, no PISA estão todos identificados e vem sempre no relatório da senhora Presidente, agora não fui ver por acaso a página onde está, mas estão lá os números, de qualquer maneira temos, o nosso diagnóstico social foi feito pela Universidade do Algarve em parceria com os serviços, está concluído, está só ali em fase de revisão de algumas notas para depois vir também a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à requalificação do complexo desportivo de Alvor, essa requalificação não está prevista só a requalificação do campo de futebol, mas sim a requalificação integrada de todo o complexo, do complexo existente com o campo de futebol que existe neste momento, mais o campo de areia mais abaixo, portanto aí será, temos previsto o desenho de um grande complexo desportivo em Alvor, sendo que ainda não temos, neste momento só temos um programa, ainda não temos concurso para a elaboração do projeto. Está a ser lançado, mas ainda não foi adjudicado esse projeto, mas está previsto aí o alargamento desse complexo desportivo. Ah! estratégia de habitação, estratégia de habitação, a estratégia de habitação já foram várias vezes, várias vezes já veio a esta reunião de Câmara, no entanto, volto a lembrar. Custos controlados, estamos em fase finalmente, quase ao fim de um ano vai-se conseguir fazer a escritura ali da questão do terreno para iniciarmos a obra. -----

----- 25 de Abril, já têm número de processo no IRU e por isso brevemente teremos o acordo de colaboração para iniciarmos também depois o concurso dos vinte e oito fogos. Coca Maravilhas também está no mesmo ponto, duzentos e cinquenta fogos. Primeira fase do Cabeço do Mocho que são duzentos fogos, esse está um pouco mais atrasado, mas contámos candidatá-lo e ter também acordo celebrado por volta de março, finais de março, portanto tem que ficar concluído até finais de março e vem a alteração à estratégia, proposta de alteração à estratégia à reunião de Câmara, esta reunião de Câmara na próxima quarta-feira, a alteração da estratégia no sentido de transformarmos cento e quarenta e um fogos que eram para construção de origem, que de irmos ao mercado para compra e vem essa proposta de alteração na próxima reunião de Câmara e depois também terá que vir à Assembleia Municipal para depois ser assinado com o IRU, sendo que já está, esta alteração já foi previamente trabalhada com o IRU, no sentido de ser aprovada também por eles com brevidade para podermos abreviar aqui a compra destes fogos. E acho que dos meus está. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, pois sobre o PDM, nada melhor do que termos a reunião e será lá esclarecido tudo cabalmente o que é que está em curso. -----

----- Sobre o cemitério, o cemitério, o projeto está, ainda hoje de manhã tive uma reunião, devo ter o primeiro relatório da revisão de projeto, que é um procedimento obrigatório para lançar a empreitada. Estamos paralelamente no âmbito do plano pormenor do Malheiro, ainda com resolver questões de registo de conservatória, devido aos problemas que temos na conservatória em Portimão, já corremos a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



conservatória de Loulé, agora tenho sexta-feira uma reunião na conservatória de Albufeira, ver se conseguimos fazer o registo, tem a ver com um histórico do loteamento e de processos antigos. Acrescentar só sobre esta questão dos imóveis devolutos, que é um trabalho que está a ser feito lá no âmbito do departamento, portanto que o levantamento está todo feito, agora há uma dupla verificação agora aqui no princípio do ano e depois é decidido e tal como o senhor Vice-Presidente disse, quais é que são as medidas naquilo que a legislação nos permite, de modo a pressionar que esses imóveis devolutos venham para o mercado para resolver as questões de habitação e, por outro lado, também que se proceda à reabilitação do edificado que está devoluto, que estão no centro da cidade. Acrescentar sobre a questão dos hotéis, isto é, quando os territórios são atrativos, nós, por vezes só são atrativos para nós e criamos infraestruturas e criamos condições para nós, mas e depois os outros também querem vir para cá e também acham que nós somos, também somos merecedores de termos as suas visitas e, portanto, tudo isto funciona atrás disso, mas só para comentar que realmente relativamente a todos os edifícios, a todos os hotéis que estão previstos, são previstos em loteamentos ou em planos que já estão aprovados há anos, simplesmente não havia essa atratividade e agora só em espaços que já estavam previstos do ponto de vista urbanístico. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, só para responder ao deputado Ricardo Cândido sobre a passadeira. A passadeira houve um requerimento de cidadãos para que fosse construído um atravessamento naquele sítio. Os serviços avaliaram e concordaram que seria oportuno fazer aquele atravessamento. Eu também alerto que aquela zona hoje já tem habitação, tem um ginásio, tem uma unidade hoteleira, tem um complexo desportivo onde há muitos miúdos a praticar desporto e dizer que a V6 não é uma autoestrada e os problemas de trânsito que a V6 tem parece-me a mim que não estão ligados à questão dos atravessamentos pedonais. E a V6 também não pode ser uma via que divide a cidade em duas cidades diferentes, uma cidade a poente e uma cidade a nascente da V6. Portanto, a V6 do futuro será uma V6 com atravessamentos, uma V6 humanizada e por isso também estamos a otimizar o sistema viário para que ele seja complementar e que tire pressão rodoviária à V6, porque obviamente a V6 não pode ser uma barreira física nem de mobilidade àquilo que é a vivência da cidade de Portimão, portanto e, não é de todo uma autoestrada e tem muitos atravessamentos já ao longo da sua extensão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu tinha aqui duas pequenas questões para fazer ao executivo. Na página dez, factos patrimoniais com impacto na estrutura do balanço. -----

----- Na contabilidade financeira do município e no que concerne às transferências de competências das escolas, áreas portuárias e marítimas, doca de pesca, portos e lotas, assim como das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio hídrico do estado, não se compreende a morosidade do poder central em ressarcir o município dos bens afetos às respetivas transferências de competência, logo afetando a estrutura do balanço financeiro. O que nos tem a comunicar o executivo e que medidas estão a ser desenvolvidas na resolução deste desiderato? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra questão. Na página três, rotação de pessoal. A CMP, Câmara Municipal de Portimão continua a debater-se com falta de pessoal e note-se pela informação escrita da senhora Presidente, que se constata que saíram por aposentação, falecimentos e licença sem vencimento, sete funcionários e só foram admitidos quatro. Agrava-se assim o fosso desmobilizador dos ativos no município. Como solucionar, e o que está previsto pelo executivo em colmatar estas lacunas? Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor Presidente, é muito breve, enfim, é só para registar e para voltar a insistir pela terceira vez neste ponto, que a Assembleia tem o direito de saber, o plenário tem o direito de saber qual é o estado da revisão do PDM. Eu não sei se as manobras invasivas senhor vereador João Gambôa, devem-se a desconhecimento sobre o assunto ou eventualmente até receio de assumir aqui em plena Assembleia qual é o ponto de situação da revisão do PDM, mas eu volto a insistir pela terceira vez, eu independentemente da reunião da comissão que agora foi prometida para janeiro, eu volto a pedir aqui que hoje nesta Assembleia, que a Assembleia seja informada por parte do senhor vereador qual é o ponto de situação da revisão do PDM. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que a sua intervenção vai ser só apenas pedir um esclarecimento ao senhor Vice-Presidente em relação aos jardins de Portimão. Referiu aí que os jardins, enfim, têm um novo método de rega, portanto, e, eu perguntaria quais são os jardins, ou está-se a referir às rotundas de Portimão? Já agora, gostava que me dissesse para eu perceber o que é que são jardins para Portimão. Muito obrigado, tirando aquele que vão fazer ali ao pé da praça. Pronto, mas isso é para 2024. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente do executivo, eu peço desculpa, mas se tenho sido crítico pela sua ausência nalgumas assembleias, gabo-lhe o gosto de estar aqui presente hoje e desejo as melhoras que ainda não me tinha dirigido a si. A propósito disto, lembrei-me da última Assembleia que aqui tivemos, continuo sem receber qual é o valor do terreno público e onde é que está inscrito esse valor que é promovido pela autarquia. ----

----- Relativamente ao PDM, eu volto a insistir, já várias vezes aqui foi falado, eu não sei se, e com todo o respeito lhe digo isto senhor vereador João Gambôa, não sei se o senhor não houve, se faz que não ouve, se finge que não ouve, que é as várias questões que se colocam aqui através do PDM, e o que é que se passa com o PDM e a revisão do PDM e qual é a justificação para este atraso, que o PDM penso eu que já devia estar publicado. Aliás, até pelo aquilo que a senhora Presidente disse na comemoração dos noventa e nove anos da cidade, que tirou uma série de coelhos da cartola relativamente àquilo que prevê na cidade do futuro, muitas destas situações se calhar enquanto a senhora não estivera no executivo, mas eu continuo sem perceber se realmente estão a ordenar para planear a cidade, se estão a planear a cidade para ordenar. Ainda fico com muita dúvida do que é que está a ser feito e, portanto, gostaria de saber exatamente o que é que se passa e não remeter isso para a sede de comissão ou das pessoas, todos que estão lá presentes, acho que é direito de todos aqui questionar e saber qual é a justificação para um documento tão estrutural



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para a cidade que remete para o desenvolvimento futuro, económico, social, ambiental e sustentável da cidade nos próximos anos e, portanto, esta é outra das questões que gostava de ver também respondida. -

----- Depois, relativamente à informação da senhora Presidente, eu continuo a admirar-me, é uma insistência minha, mas é uma teimosia, é por isso que eu acho estes orçamentos, estas coisas muito isotéricas, há um orçamento, há uma previsão de despesa e a despesa está cumprida no mês de outubro em cinquenta por cento, nomeadamente despesa de capital, porque é aquela despesa que significa obra, ou seja, passam meses e meses, mandatos atrás de mandatos, a execução da despesa de capital é cinquenta por cento nesta altura, está orçamentado um valor, porquê, qual é a explicação que o executivo tem para chegar a esta fase do ano, faltam dois meses e a execução das despesas estarem apenas cinquenta por cento. ----

----- Depois, outra questão que eu me parece também relevante. Eu já ouvi falar aqui em cartas educativas, cartas de habitação, cartas desportivas, cartas, cartas, processos de intenção, mas depois a questão é quando se vai verificar a execução e o resultado final de todos esses documentos parece, fico com a sensação que se está a planear, a planear na teoria, mas depois, na prática, como é que vai ser, não sei. Aliás, ainda esta semana e a propósito disso, e eu oiço falar em hotéis, oiço falar, parece que agora já esquecemos a demonização que se fez sobre o alojamento local, que o alojamento local era um demónio da cidade e o problema da habitação, mas afinal vem aí desenvolvimento económico através do turismo, o que é bom, mas depois não há uma série de áreas paralelas que não sei se estão a ser pensadas porque eu não vejo nada. Aliás, qualquer um dos documentos que estão elaborados hoje aqui para analisarmos e serem aqui abordados e falados, eu não vejo aqui uma única linha sobre uma análise microeconómica do concelho. Vejo muita coisa macroeconómica, até justificar com a guerra, a pandemia, os conflitos, há *copy past* do orçamento de estado, mas análise concreta sobre microeconomia do concelho e consubstanciar as decisões na microeconomia do concelho, não vejo absolutamente nada, o que eu acho estranho, eu como Presidente de Câmara e líder do executivo, eu não sei se tomava decisões, ou então perceber de que forma é que tomam estas decisões. Aliás, ainda esta semana a propósito de cartas educativas e tudo mais, ainda esta semana saiu «investigadores defendem», aliás, foi na comissão da AMAL, este estudo foi até promovido para a AMAL, «investigadores defendem a relação entre os índices de pobreza do Algarve e a dependência do turismo mono setor económico», e aquilo que oiço falar aqui é desenvolvimento, turismo, turismo e mais turismo e hotéis e mais turismo. É bom, sem dúvida, é bom para a economia, mas depois há toda uma área e um conjunto intersectorial paralelo que eu não estou a ver ser acompanhado pelas necessidades. Mais, há um problema de educação, há um problema de mão-de-obra especializada, há um problema de espaço e de habitação para uma série de gente e eu não estou a ver aqui refletido nem falado.-----

----- Depois, outra questão que também eu acho que é interessante e a propósito daquilo que o senhor Vice-Presidente Álvaro Bila disse, que é relativamente às obras da zona circundante da igreja. Eu fico admirado senhor Vice, quando o senhor diz o executivo não pode fazer nada. Então, isto houve um concurso, há um contrato junto, o contrato tem premissas, início de obra e prazo de obra, portanto, e, se a pessoa não faz, e então anula-se e parte-se para novo concurso. Agora, estamos aqui há quanto tempo à espera? Diga,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eu não quero estar a forçá-la a falar que a senhora não pode falar, mas o senhor Vice diz com certeza, mas quer dizer, isto dizer aqui numa Câmara, pois o executivo não pode fazer nada, pode. Tem mecanismos para isso, claro que faz. Senão, quer dizer, é o síndrome da Gabriela, eu nasci assim, eu sou assim, hei-de ser assim e pronto ficamos por aqui. Isto faz-me lembrar o síndrome do Terreiro do Paço, nós queremos fazer muita coisa, mas depois quando essas coisas dão mão, é um problema, é a gestão corrente e andamos aqui todos nisto. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, sobre a hasta pública do barranco do Rodrigo, abaixo do valor que vai solicitar, eu acho que é melhor ceder à recomendação do BE, ou seja, que seja cedido o lote para fazer a Universidade do Algarve e que a restante zona seja um espaço de lazer, uma zona verde que Portimão tanto precisa. Não precisamos de mais construção daquele tipo, a gente precisa de habitação social e de habitação a custos controlados para os portimonenses e que aquele espaço seja uma zona verde para todos nós, e não é falta de dinheiro, vê-se aqui na página seis que houve um aumento da receita de dezasseis por cento, não sei quantos milhões, há dinheiro para fazer isso e aqui está uma das maneiras que se pode aplicar o dinheiro que os portimonenses contribuem e não só para fazer este espaço verde e que não seja lá identificado mais habitação que querem fazer, porque como já foi dito aqui é mais turismo, o que é que vai fazer? Vai gastar a pouca água que já temos e ainda não está a dessalinizadora, isso ainda foi falado há pouco tempo na Intermunicipal, levaram uma moção lá, o Bloco de Esquerda já levou uma moção sobre a água em 2019 e está tudo na mesma, cada vez há mais hotéis, cada vez há mais campos de golfe, cada vez há mais pera abacate, basta ver ali entre o Arau e o Odiáxere e ali a zona também ali da Senhora do Verde que é só abacates, há um que eu nem consigo, perde-se a vista, com a falta de água que a gente tem e continua-se a fazer mais situações de construção de hotéis e de agricultura intensiva e nada, com as monoculturas, e mais, e depois é o trânsito, como já falaram aqui vários deputados que vai entupir toda a cidade, a cidade que vai fazer com que, eu acho que não precisa de ter um grande crescimento, a gente não precisa desses hotéis, a gente temos que ter é qualidade de vida para Portimão e isso não se está a ver, e aqui tem uma boa forma de ter qualidade de vida. Se for abaixo dos doze milhões que a Câmara fique com este terreno e que faça uma zona de lazer para que nós consigamos passar tempos com a nossa família e fazer desporto e muito mais. Tenho dito. Peço perdão, já mais uma que é sobre o PDM, não fiquei esclarecido das questões que foram feitas aqui pelos anteriores deputados, gostaria de saber para quando, Lagoa já fechou o seu PDM, Lagos também já fechou, para quando Portimão? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, era só para insistir para que a Câmara respondesse se tem alguma estratégia de desenvolvimento de outra atividade económica, direta ou indireta que não seja só hotelaria, esta hotelaria que aqui está instalada, cama e praia. Não temos nada contra os hotéis, agora a questão aqui é se há outra estratégia. A senhora Presidente disse também no Dia da Cidade que não poderíamos só nos dedicar ao turismo e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



exclusivamente ao turismo, e a pergunta aqui é se realmente existe uma estratégia ou não, esta questão é que não foi respondida. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, se calhar aceitando logo a provocação do senhor deputado Natalino, eu vou mandar novamente todos os espaços verdes que já foram para esta Assembleia quando foi o concurso feito, vou mandar novamente todos os espaços verdes e os jardins se foram algo para a rega inteligente. Portanto, eu depois vou fazer chegar aos serviços da Assembleia para distribuir novamente por todos os deputados e, portanto, isso depois será distribuído passo a passo onde é que foram implementadas rega inteligente. ----

----- Quanto ao senhor deputado Mário Espinha, na realidade a avaliação dos bens ainda não nos foi enviada, e é isto que temos estado a continuar a pedir, porque passaram, com o acordo foi passado os bens, mas a avaliação dos bens ainda não vieram e é isso que temos estado a pedir, é por isso que o Dr. Pedro Pereira também, aliás, de quinze em quinze dias tem estado, voltando a se fazer o pedido para que estes dados nos sejam facultados. -----

----- Dizer-lhe ainda que da falta de pessoal, na realidade vem aqui o novo, para abrimos os concursos de pessoal que temos que abrir, uns apresentam-se, mas depois temos que abrir concursos e vem aqui o mapa de pessoal para o próximo ano, que é para colmatar as faltas não só dos que saíram, mas também muitas faltas de pessoal que já temos ao longo do tempo, porque temos muito menos funcionários do que tínhamos em 2009 e 2010. -----

----- Depois, o senhor deputado Paulo Canha, a nível dos cinquenta por cento da despesa no orçamento da despesa. Na realidade, isto deve-se ao atraso em muitos concursos que temos tido e também não fazemos os projetos. Temos mandado fazer tantos projetos, mas não estando executado ainda o projeto, não podemos abrir o concurso, como é o caso, por exemplo, da escola Manuel Teixeira Gomes e de outras escolas que também queremos fazer. -----

----- Quanto à deputada Lurdes Melo, já temos ouvido aqui falar no nosso polo tecnológico do autódromo, também para dinamizar a nossa freguesia mais no interior e o polo universitário que como o senhor deputado do Bloco de Esquerda disse e muito bem, o polo universitário continuamos a querer fazer naquele espaço, e o projeto também da zona verde também vai ser feito no próximo ano, o projeto vai ser feito também no próximo ano daquela zona verde, queremos fazê-lo ali. Os meus colegas não sei se têm mais alguma informação. -----

----- A tabela dos preços dos terrenos a senhora Presidente enviou neste momento já para a Assembleia, depois então será facultada para todos os deputados que a Assembleia vai. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, perante tanta insistência sobre a questão do PDM, os PDM que estão aprovados no Algarve são dois, é o de Silves, é o de Lagoa e o de Lagos que foi adaptado, não teve realmente uma revisão completa como teve os outros, porque teve outro processo, tem a ver com outra questão técnica. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Relativamente ao PDM de Portimão, à deliberação para o início do período de participação, temos a REN bruta, temos a REN bruta, temos o levantamento dos equipamentos que já articulámos com os serviços, estamos a rever a rede viária que está também a ser recolocada, tendo em vista o que estava e aquilo que é previsto, a estratégia está feita, está em validação, a carta de riscos também está em produção, portanto são tudo panóplia de peças que podem ver nessa reunião e ficam cientes do que é que está a ser feito, mas devo-vos dizer que sobre o PDM e a vossa preocupação também é minha, vou dizer aquilo que já disse noutras assembleias, eu gostava mesmo de ter aqui hoje, ter hoje ou ter da vossa parte um projeto, um que não tenha sido executado em Portimão ou que esteja por fazer por falta da revisão do PDM, e devo também vos dizer que setenta por cento dos PDM, isso não é desculpa, também já tenho dito isto aqui uma série de vezes. Setenta por cento dos PDM do país não estão aprovados e também vou dizer que por incrível que pareça neste pacote legislativo que vem na sequência do mais Habitação e das portarias e da agilização dos licenciamentos, o próprio RJIGT que obriga e temos que o fazer porque é uma obrigação legislativa que vai ser revogada em 2026 e também para vos dizer que hoje e à data de hoje, à data de hoje, e vou repetir isto acho que é pela terceira vez, se de repente tivéssemos o PDM aprovado amanhã, ou revisto amanhã de acordo com os critérios da atual legislação, tínhamos o problema dos concelhos que já têm os PDM aprovados. Ficavam sem a área, expansão urbana, ficavam sem área para construir casas e neste momento essas áreas não estão e agora tenho que alinhar com o Pedro Mota, não estão na praia da Rocha onde estão as casas para os ricos, estão nas zonas de periferia onde eventualmente ainda existe alguma possibilidade de construir a preços mais reduzidos que os terrenos são mais baratos e termos essas habitações que tanto precisamos de injetar habitação no mercado e, portanto, é este o estado, vão ver isso em pormenor e é isto que se está a passar. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu vou fazer aqui uma declaração política senhor Vice Álvaro Bila que é, eu temo que no último ano do mandato os problemas dos concursos não fiquem ultrapassados. Eu temo que no último ano do mandato não haja provavelmente o ano em que mais cumprimento da despesa de capital vai acontecer. A questão é saber porquê, já não vai haver problemas de mão-de-obra, já não vai haver problemas de concurso, já não vai haver problemas de custos, a economia no último mandato vai ser completamente diferente. Eu espero não estar aqui para analisar as coisas dessa forma e obviamente os senhores serão depois alvo do escrutínio e sufrágio dos portimonenses. -----

----- Quanto àquilo que acabei de ouvir do senhor vereador João Gambôa, eu fico incrédulo. Das duas três, ou há uma diferença entre a realidade e a parte técnica e eu admito que possa haver e que eu não percebo nada da situação, ou então a resposta que o senhor acaba de dar aqui é completamente disforme, até por comparação que existe com outros concelhos no Algarve. O senhor fala aí em rede urbana e malha urbana, parece que as coisas estão completamente esgotadas e, portanto, enfim, eu espero por essa reunião e caso sejamos convidados para estar presentes ou através do nosso vereador, para perceber exatamente o que é que aí vem. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, senhor Presidente, eu não ouvi aqui sobre o balneário do Pontal, que ainda está à espera de decisão do executivo e das autocaravanas de Alvor, também não ouvi nada, está em, aguarda decisão do diretor desde o dia 02-05-2023. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, apelando aqui à condescendência da mesa, senhor Presidente em exercício, só queria dizer aqui duas ou três coisas sobre a intervenção do senhor vereador João Gambôa acerca do PDM, enfim, se houvessem dúvidas sobre a renitência em responder às questões, a intervenção que acabou de ser aqui feita esclarecem quaisquer dúvidas. O senhor vereador João Gambôa conseguiu aqui uma coisa fantástica que foi uma intervenção de um minuto e meio, dois minutos, dizer uma série de enormidades políticas, técnicas e eu em relação ao adjetivo fico pelas enormidades e só vou dizer isto. Aquilo que o senhor vereador acabou de dizer é no fundo, aquilo que disse em outras assembleias, o que me faz duvidar realmente da evolução recente do estado dos trabalhos, e depois o senhor vereador esquece-se, ou se calhar ignora o meu concelho que é a componente estratégica dos PDM de segunda geração e o senhor isso aí esqueceu-se completamente da intervenção que fez, o que é lamentável e revela a falta da visão estratégica deste executivo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostaria de colocar aqui algumas questões concretamente até por umas respostas que devem de ser com certeza sintéticas. Saber quantos fogos de habitação municipal existem, exatamente o número, saber destes, quais as dívidas e as rendas em atraso, o número. Há quanto tempo existem essas dívidas, há um ano, há dois anos, há três anos? Qual é o valor dessas dívidas, o número, se existe algum acordo com a autoridade tributária sobre a recuperação da dívida dessas habitações, o número, perceber se a Câmara tem o levantamento, de quem é o contrato e quem é que está na casa, e se tem esse levantamento gostaria de saber quais são as conclusões. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, gostava só de responder ao deputado Pedro Mota, do parque de caravanas o que se passa é que temos estado a negociar com a APA para a requalificação da frente mar de Alvor, e então aí será incluído o parque de caravanas e isso vai ser um projeto amplo para toda aquela zona. -----

----- Não encontrei aqui ainda dos balneários do Pontal, mas o que aguardamos é a requalificação do balneário, estamos a decidir a maneira com que é que vamos requalificar aquele balneário e até também como é que vamos por causa dos queimadores que ainda estão em combustível e queremos ver também com painéis fotovoltaicos e a requalificação daquele balneário, é isto que aguarda a decisão do executivo. Senhora vereadora, diretamente se calhar só respondendo a estas perguntas que depois podemos enviar.--

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que relativamente ao parque habitacional existente, não sei o número exato, setecentos e qualquer coisa fogos, não sei agora exatamente quantos são, mas claro que sabemos quem é que ocupa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cada fogo, sabemos quais as rendas que estão em atraso, tenho essa listagem por acaso em cima da minha mesa, não está atualizada porque a última vez que a pedi foi em setembro e, entretanto, há planos de pagamento que estão a decorrer e alguns já não é o valor que lá está, portanto, aquela não está atualizada não vos vou facultar aquela lista, mas é uma questão de pedir uma lista atualizada de cada fogo quanto é que está em dívida ou não, e quando têm dívidas fazem planos de pagamento para que se possam regularizar as suas dívidas. Ocupações ilegais, temos algumas que têm estado a decorrer em tribunal para fazermos ações de despejo e neste momento já temos uma que foi autorizado o despejo e está o processo de despejo neste momento a decorrer com as devidas notificações, uma vez que todas já foram para tribunal e, portanto, neste momento, uma foi já autorizada que até por acaso é no bairro Pontal e a pessoa vai ser despejada, mas temos todo, tudo isso está elencado, depois poderei facultar, tenho que ver um bocadinho com a proteção de dados como é que é facultada essa lista, porque até internamente nós não costumamos, até connosco não é partilhada, eu tenho a lista comigo, mas não costuma ser partilhada, tenho que ver por causa do nome das pessoas, não sei como é que posso partilhar a lista convosco, mas vou verificar com a proteção de dados, mas depois não sabem, ah só o fogo, posso pôr é o número do apartamento sem ter lá a pessoa. Não sei se posso, mas de qualquer maneira vejo com a proteção de dados a forma de poder partilhar a lista.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, eu vou voltar um bocadinho atrás e vamos voltar a falar um bocadinho da educação. É assim, olhando para a carta educativa que foi revista em 2019, nessa carta estava prevista a construção de várias escolas novas, nomeadamente a escola básica de Alvor, em substituição da de Montes de Alvor, a escola básica numa zona próxima do centro da cidade, uma nova escola básica também na zona do barranco do Rodrigo e todas elas estavam com a data prevista para entrada em funcionamento no ano de 2024/2025. Hoje somos surpreendidos aqui nesta Assembleia, que afinal vai haver é uma remodelação na escola secundária Manuel Teixeira Gomes, na escola básica Chão das Donas, na EB1 de Alvor e também o novo centro escolar da Bemposta. A pergunta que eu faço é para quando, ou se vai ser mais uma promessa. É que em 2019 este executivo disse que no próximo ano letivo entrariam em funcionamento algumas escolas. Escolas estas que aparentemente já desapareceram dos planos, e agora vem com um novo plano e em novas escolas ou acrescentos às escolas, digamos assim, porque isto não é só fazer salas, não é? É preciso depois haver espaço exterior também para as crianças brincar, e se o espaço exterior está dimensionado para cem crianças, às tantas se metermos lá cento e cinquenta a coisa pode não correr tão bem, não é, ou não haver as condições para que as crianças possam ter um desenvolvimento que nós queremos. -----

----- Outra questão também, é que é assim, o executivo muitas vezes dá um passo maior que a perna. No início deste ano letivo, fomos surpreendidos e ainda bem, com a proposta e a aprovação de que passava a ser o almoço gratuito para todas as crianças, independentemente do escalão. Muito bem. Mas o executivo não precaveu a contratação de novos recursos humanos, ou seja, se nas cantinas das escolas continuam os mesmos funcionários e se eles já antigamente tratavam de cem almoços, passarão a ter que servir quatrocentos almoços por vezes. Logicamente que não é possível, logicamente também que não é admissível



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que os funcionários andam a pressionar as crianças para almoçarem rápido porque têm outros meninos para se sentarem. Também não é admissível isso e por isso eu pergunto o que é que está a ser feito também na zona das refeições escolares, de forma a conseguir ter capacidade para servir todas as crianças e muito bem, volto a aplaudir a medida de dar o almoço gratuito a todas as crianças, muito bem isso, mas é preciso precaver quer o espaço físico, quer os recursos humanos, e sobre recursos humanos, eu volto a perguntar como é que está o concurso da contratação, porque é assim, abriram concurso para reforço dos quadros de três cozinheiros e de dois auxiliares de ação educativa. Muito bem, para já acho o número pouco e tem-se visto, porque muitas vezes as escolas não têm conseguido servir almoços porque falta gente, porque está de baixa, por isto, por aquilo, os rácios estão cumpridos ali no mínimo, qualquer fator extra que aconteça cria logo um grande embaraço à escola para conseguir responder, portanto acho que estes números não serão suficientes, mas acontece que abriram estes concursos em maio, mas só no final de novembro, seis meses depois é que conseguiram fazer as listas dos admitidos, e agora ainda vamos ter que fazer as provas, ainda vamos ter que fazer as entrevistas. Para quando é que estes, afinal é que estes novos funcionários poderão estar capazes de cumprir a sua função. Agradecemos uma resposta, muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à questão da carta educativa e dos aumentos de salas, não vou acrescentar mais nenhuma informação àquilo que já disse anteriormente relativamente aos concursos, cozinheiros e AOS assistentes operacionais, as provas escritas dos cozinheiros ocorreram ontem e as provas escritas dos assistentes operacionais ou são hoje, ou são amanhã, penso que são amanhã, quinta-feira, hoje é quarta, não é? Portanto, serão amanhã. -----

----- Almoços pré-escolar e primeiro ciclo, as escolas já estavam dimensionadas para o número de alunos porque normalmente acabam por almoçar praticamente os cem por cento, portanto o facto de serem gratuitos não faz com que aumente o número de alunos. No caso do segundo ciclo idem aspas, porque maior parte dos alunos quintos e sextos anos costumam almoçar nas suas escolas, depende muitas vezes dos horários. Houve aumento pontualmente, também não tenho aqui esses números, mas também tenho lá em cima no meu gabinete, onde houve aumento de refeições, houve também redimensionamento da equipa, neste caso com CEI, porque foi colocado, foi agora, portanto não há funcionários para lá colocar nos quadros, mas onde houve esse aumento, onde houve essa necessidade foi redimensionada a equipa, no sentido de podermos proporcionar um melhor serviço aos alunos e alunas das nossas escolas do nosso concelho. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a propósito da informação escrita aqui sobre títulos de residência, assistimos recentemente ao desmantelamento do SEF que deu origem à chamada AIMA Agência para Integração de Migrantes e Asilo, um nome até muito humanista e pomposo, eu percebo, entre outras coisas, a divisão de várias áreas funcionais da própria agência, do próprio SEF e dívidas entre a GNR, a PSP, enfim, tudo mais e penso que a partir de janeiro as autarquias deixam de dar estes títulos de residência, passarão a ser da responsabilidade do Instituto de Registos e Notariado. Como é que a autarquia prevê esta transição e de que forma existe esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



preocupação para dar resposta a uma série de pedidos que se estão obviamente a acumular. Eu também estranho que é informação atrás de informação, e eu vejo só duas ou três nacionalidades de pedidos de títulos de residência e aquilo que se houve nas notícias é que alegadamente existe uma série de trabalhadores de outros países à procura de exatamente desses títulos de residência e não o conseguem. Como é que a autarquia encara esta situação? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu infelizmente fiquei mais ou menos na mesma, fiquei sem perceber quando é que essas salas e quando é que essas escolas, ou nomeadamente o novo centro escolar da Bemposta será executado, mas pronto haveremos de conhecer a resposta num futuro, penso eu, mas agora também queria colocar aqui algumas questões sobre o barranco do Rodrigo. A hasta pública ficou deserta, muito bem. Quais são os planos da Câmara para o futuro? Vai lançar uma nova hasta pública, não vai, como é que ficam os projetos para o local? A universidade vai ser feito, não vai? As moradias, os projetos para as moradias não caducam no final deste ano? Como é que vai ser? Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto às perguntas agora do deputado Vítor Couto, o meu colega ainda agora referiu-se a isso, que até 31 de janeiro está aberto então para que possam entrar novas propostas. As propostas quando entrarem terão que vir à Câmara para serem analisadas e se concordamos ou não e, portanto, podem não entrar propostas ou também podem entrar propostas por um valor baixo e que o executivo não vai então fazer a alienação daqueles terrenos. O que já foi dito aqui também ainda agora em resposta a um deputado que fez essa pergunta, a universidade é para continuar, portanto como plano B, a habitação cai e será feito o projeto que vamos fazer para o próximo ano com o parque urbano naquela zona e, portanto, acho que a resposta está dada e o meu colega ainda agora já se tinha referido a isto. -----

----- Depois, senhor Presidente, tenho aqui então, é a senhora Presidente que está-me a dar aqui um documento para ser lido e então o que é que estava à espera hoje e a senhora Presidente estava à espera que hoje falassem da inauguração do centro de recolha animal, que a Câmara fosse felicitada pelo início do parque urbano, do parque da juventude também, pelo início da recuperação, pela recuperação do salva-vidas de Alvor, pelo programa de natal, pelos vales de natal de quinze euros a cada miúdo e que é dado a oito mil alunos, pelo apoio ao comércio tradicional com vouchers e pelas comemorações do Dia do Município. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Ah! esta como muito importante também, que é a amortização do FAM que vamos fazer ainda este mês que é para deixarmos de estar em endividamento excessivo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, qual é o valor mínimo que o executivo pensa ceder na venda do barranco do Rodrigo. Pode ser um euro, não é?

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que aquele terreno tem uma avaliação. Senhor deputado Pedro Mota, aquele terreno foi feita uma avaliação daquele terreno e, portanto, nunca menos da avaliação, mas terá que vir a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reunião de executivo, portanto, esse depois será um valor que o executivo tem que decidir, não é por um euro de certeza que não vai ser. Oito e meio, mais ou menos oito milhões e quatrocentos mil, não, não, o valor da avaliação, não, não, não, não. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, era só por uma questão e responder às questões que a senhora Presidente diz que nós deveríamos ter dito aqui, eu devo-lhe dizer que em relação a essa questão da amortização do FAM, não vale a pena dizer, quer dizer a senhora não devia ter, a Câmara não deveria ter amortizado no final deste ano, já deveria ter amortizado há muito tempo. Isto porquê? Porque os saldos que nos apresentam são saldos elevadíssimos e a Câmara acha que não deve ter prejuízos, acho que a Câmara deve ser equilibrada, mas já que não executa, isto sempre foi a minha conversa há anos, não é de agora, há anos, para que os munícipes pudessem aproveitar as facilidades que a Câmara teria em diminuir o IMI, diminuir as taxas, diminuiu, eu pergunto na minha habitação que a Câmara anualmente tem diminuído se calhar não dá para pagar a bica, ó porquê? Porque estava debaixo do FAM e então o que nós dizíamos e eu dizia era para não amortizar a dívida de uma vez só. Era para amortizar mais a dívida para que ela terminasse ou pelo menos dentro dos valores em que a Câmara pudesse decidir ficar mais autónoma, deve ficar mais autónoma mais cedo para permitir que os portimonenses nas dificuldades que têm neste momento tivessem mais essas facilidades anos mais cedo, e o que os senhores não fizeram percebe? Portanto, e, disse-lhe no dia que a senhora aqui referiu, não foi nesta foi noutra Assembleia que fico satisfeito com isso como é lógico. A única coisa que eu digo é que deveria ter sido mais cedo, os portimonenses agradeciam e mais coisas teria a dizer, mas hei-de dizer depois. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhor Presidente, já agora só para dizer ao senhor deputado, o ano passado já amortizámos dez milhões, senhor deputado. O ano passado, no final do ano passado amortizámos dez milhões. Este ano vamos amortizar mais cinco milhões. O senhor deputado pode dizer aquilo que entender e nós também temos que fazer a nossa avaliação que temos feito e por isso temos amortizado o ano passado, porque achamos que podíamos, temos tido muito cuidado com o que temos e que queremos amortizar, o ano passado amortizámos dez milhões, este ano cinco milhões e temos reduzido o IMI, este ano com o IMI familiar e o IMI que vamos reduzir, mais à volta de setecentos e cinquenta mil euros a menos na receita do município. Nos anos todos que temos amortizado, já amortizámos dois milhões e meio de IMI e, portanto, é isto que tem sido feito desde que a senhora Presidente tem estado aqui. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que a situação que estão neste momento é o seguinte. Nós estamos a cinco minutos do termo previsto para esta sessão, e uma vez que o ponto seguinte é um ponto que vai envolver naturalmente muito, enfim, tem muitas intervenções, aliás, estão previstos cento e cinquenta minutos para o ponto seguinte da ordem de trabalhos e o que eu sugeria é que esta sessão terminasse por aqui e nós retomássemos como está previsto no dia 18, iniciando com o ponto 4-a) da ordem de trabalhos, que é a «discussão e votação das demonstrações orçamentais e financeiras previsionais e das grandes opções do plano do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



município. Se estiverem todos de acordo, muito boa noite senhores deputados, senhoras deputadas e uma boa noite para todos. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** deu por concluída a 1ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezoito de dezembro, no mesmo horário e local.-----

-----2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 18 de dezembro de 2023 -----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **Sheila Gassin Tomé**, Segunda Secretária da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Filipe de Jesus Baptista Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Rita Sofia de Barros Reis	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Pedro Filipe Martins da Purificação	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada independente Ângela Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023	Data: 18 de dezembro de 2023
---	------------------------------

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



CHEGA	Patricia Alexandra G. Ferro	1 dia	18/12/2023	Jorge Daniel Alves de Melo
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	18/12/2023	Marilu Santana
PS	Pedro Jorge Moreira	1 dia	18/12/2023	José Luís Mateus Barbudo
CDU	Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	18 dias	18/12/2023 A 04/01/2024	Joana Catarina Quintanova Sanches
CDU	Joana Catarina Quintanova Sanches	3 dias	18/12/2023 A 20/12/2023	Pedro Filipe M. Purificação
PS	Cristiano Malha Gregório	1 dia	18/12/2023	Alzira Maria Maças Calha
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	1 dia	18/12/2023	Raquel Gonçalves Bernardino
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	18/12/2023	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Cristina Maria de Sousa Velha	1 dia	18/12/2023	Bruno Miguel L. Candeias
PSD	Américo Leonor Mateus	1 dia	18/12/2023	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues
PSD	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues	1 dia	18/12/2023	Filipa Maria António Marques
PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	18/12/2023	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	18/12/2023	Susete Madalena R. Santos
PSD	Susete Madalena R. Santos	1 dia	18/12/2023	Miguel Afonso Mendes Pereira
PSD	Miguel Afonso Mendes Pereira	1 dia	18/12/2023	Rita Sónia de Barros Reis
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	18/12/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1 dia	18/12/2023	César Rodrigo Valente

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
----------------	------------------	-------------------------	-----------------	---------------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	18/12/2023	Filipe de Jesus Baptista
----	----------------------------	-------	------------	--------------------------

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes, explicando que, aliás, já houve o cuidado dos serviços de informarem os senhores deputados municipais de que a senhora Presidente não poderá estar presente, e por esse facto está o senhor Vice-Presidente a representá-la. -----

----- Em relação àquilo que foi referido, eu não explicitiei devidamente, a senhora Presidente informou por ofício e também pessoalmente que, «por me encontrar fora do país em reuniões do Comité das Regiões Europeu não me é possível estar presente na segunda reunião da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal no próximo dia 18 de dezembro, pelo que me faço substituir pelo senhor Vice-Presidente Álvaro Bila». Portanto, fica aqui em ata explicitamente e formalmente o pedido de substituição pelo senhor Vice-Presidente. Daria agora a palavra ao senhor deputado João Caetano, faça favor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para fazer uma interpelação à mesa sobre essa circunstância que acabou de referir. Primeiro, para manifestar a estranheza aqui da bancada pela ausência da senhora Presidente, porque pergunto, pergunto a vossa excelência se a data de hoje não foi previamente concertada com o gabinete da senhora Presidente, porque tendo em conta o documento que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vamos aqui discutir hoje, que é tão somente o orçamento e as GOPS, para além dos impostos municipais, dada a importância do documento aqui em questão, eu estranharia, pelo menos estranharia que a data de hoje não tivesse sido previamente combinada com a senhora Presidente e, portanto, se foi assim, pergunto se foi assim ou não, se foi assim, aconteceu alguma coisa, enfim, inesperada que tenha levado a senhora Presidente a ter que se deslocar para o Comité das Regiões para alguma reunião marcada à última da hora, ou houve aqui algum desfasamento e algum engano aqui na concertação das datas. Portanto, era essa questão que eu colocava à mesa, porque tendo em conta a Assembleia que é e aquilo que estamos aqui a discutir, parece-me no mínimo estranho que de repente tenha havido uma reunião que impede a presença da senhora Presidente aqui hoje. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, a única coisa que lhe posso dizer, até porque como é do conhecimento dos líderes de bancada, houve uma conferência de líderes à qual eu não estive presente, normalmente estou, mas nessa não estive, estiveram os meus colegas da mesa, as datas por norma são sempre articuladas com o gabinete da presidência, sendo articuladas com o gabinete da presidência presumo que são articuladas com a senhora Presidente de Câmara e, portanto, face a isso normalmente a mesa tem esse trabalho de articular. Obrigada. O que lhe estou a dizer é factual, portanto nós articulamos, a mesa articula com o gabinete da presidência sempre todas as reuniões. Eu não sei justificar-lhe isso, não posso justificar-lhe. Obrigada. -----

----- Hoje temos a continuação e temos, digamos aquilo que são os assuntos magnos que esta Assembleia pode tratar, porque todos são importantes, mas estes são especialmente importantes por ser, por constituir os documentos que vão enquadrar toda a atividade municipal do próximo ano, isto é, «discussão e votação das demonstrações orçamentais e financeiras previsionais e das grandes opções do plano do município para o quinquénio de 2024 a 2028, cuja deliberação de Câmara é a número 848/23». Seguem-se depois como é conhecido, «a discussão e a votação do mapa de pessoal e o plano anual de recrutamento do município para o ano 2024, a discussão e votação das taxas de imposto municipal sobre imóveis do ano 2023 a arrecadar no ano 2024, discussão e votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2024 e referente aos rendimentos ao ano 2023, a discussão e votação do valor de percentagem da derrama sobre o lucro tributável a um sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas para o ano 2024 e também relativo ao ano em curso» e finalmente «discussão e votação da designação da cidadã Maria Teresa Alvo de Sousa Tavares Sampaio Várzea, para o cargo de provedora municipal do animal, nos termos da deliberação 858/2023». Portanto, é esta a agenda que temos e vamos ver se conseguimos cumpri-la, se não conseguirmos, vamos ter que continuar. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4.a)** Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2024 a 2028, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 848/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é com uma grande honra e responsabilidade que se dirige a todos vocês para apresentação e discussão do orçamento municipal para o ano 2024. Este é um momento crucial, pois delineamos as diretrizes financeiras que nortearão o nosso município na direção do ano que se avizinha em respeito pelo programa sufragado pelos portimonenses. ----

----- O orçamento da receita e da despesa plurianual do município de Portimão para os anos 24 a 28, caracteriza-se pelos seguintes aspetos: -----

----- - Manutenção do equilíbrio das contas do município; -----

----- - Manutenção da sustentabilidade estrutural; -----

----- - Melhoramento das soluções básicas do município; -----

----- - Apetrechamento operacional dos equipamentos municipais; -----

----- - Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental. -----

----- As receitas correntes previstas são na ordem dos oitenta e três ponto cinco milhões de euros, o que se traduz num acréscimo de dezasseis ponto dois milhões de euros, diretamente influenciados pela evolução positiva nas rubricas de impostos diretos que mais tem a ver com o IMT. Já no que concerne no orçamento da despesa previsto para o ano 2024, o mesmo situa-se nos oitenta e seis ponto quatro milhões de euros, repartido com a despesa corrente no valor de sessenta e três ponto quatro milhões de euros, um peso de setenta e três ponto quatro por cento da despesa total, representando um aumento de investimento de treze ponto seis milhões de euros face ao ano 2023. Assim sendo, das projeções efetuadas para a elaboração das demonstrações financeiras, importa destacar em apreço a apresentação das melhorias significativas e realçar, nomeadamente: -----

----- - A melhoria do ativo líquido em cerca de vinte e dois ponto quatro milhões de euros; -----

----- - A melhoria do património líquido em vinte e três ponto sete milhões de euros; -----

----- - Um decréscimo do passivo total a um ponto três milhões de euros; -----

----- - O resultado líquido positivo na ordem dos vinte e um ponto um milhões de euros; -----

----- - Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental para o ano 2024 e seguintes. -----

----- Permitam-me, porém, antes de entrarmos num debate detalhado do orçamento ora proposto, reconhecer os desafios que enfrentamos e as oportunidades que apresentam. Vivemos num contexto dinâmico, com uma exigência crescente dos serviços públicos de qualidade enquanto nos deparamos com limitações orçamentais e incertezas económicas que limitam e condicionam. Contudo, provaram com situação de endividamento excessivo do município, é um momento desafiador que encontramos motivação. Neste sentido, o programa pensado e a implementação para o quadriénio 21/25 tem sido marcado por um pacote alargado de medidas para a consolidação das contas municipais e a recuperação da autonomia financeira e da preparação para o lançamento progressivo de um conjunto de investimentos públicos absolutamente fundamentais para o nosso concelho. Dando cumprimento a este desígnio, é com uma espécie de regozijo que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



hoje anuncio que este será o último orçamento elaborado com os condicionantes do Programa de Ajustamento Municipal em vigor desde 2016. -----

----- Desagravamento da política fiscal do município. Efetivamente o ano que agora finda, ficou marcado pela antecipação do pagamento de uma importante tranche de empréstimo que contraímos junto do Fundo de Apoio Municipal. Com esta antecipação de pagamento, a nossa autarquia sai do processamento de endividamento excessivo e retoma o controlo orçamental absoluto, isto é, Portimão terá a partir deste ano a possibilidade de rever a sua política fiscal com reflexos já no orçamento que hoje apresentamos aos portimonenses, a nova redução do IMI já vem desde zero quarenta e cinco e agora propormos para zero trinta e nove, permitindo uma poupança global em três ponto dois milhões de euros aos nossos cidadãos. -----

----- A redução da taxa de IMI de imóvel destinado à habitação própria permanente em função dos dependentes, representando uma nova poupança estimada em oitocentos mil euros. A aplicação da possibilidade do aumento de período de isenção temporária do pagamento de IMI de três para cinco anos nos prédios para habitação própria permanente. A prorrogação por mais dois anos da isenção de IMI dos prédios destinados à habitação própria permanente com um valor patrimonial inferior a cento e vinte e cinco mil euros. Participação variável em IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão à taxa máxima de cinco por cento e a taxa da derrama de um ponto cinco sobre o lucro tributável não isento de impostos sobre o rendimento coletivo. Não obstante o excelente desempenho económico-financeiro do município de Portimão nos últimos exercícios económicos, a consolidação das contas municipais e o cumprimento das metas fixadas no programa rigoroso da recuperação da autonomia financeira, não se constitui como um fim, mas antes como um meio para aumentar a capacidade da resposta da própria autarquia. Nesta conjuntura, o orçamento que ora apresentamos, prevê não só um conjunto de respostas mais imediatas às circunstâncias recentes que afetam muitos dos nossos concidadãos, fruto do enquadramento macroeconómico e da incerteza, derivado do aumento da inflação e consequentes subidas das taxas de juro. Neste contexto, a recuperação da nossa autonomia orçamental assume especial importância porquanto permite o desenvolvimento de um orçamento municipal mais capaz ao encontro das necessidades dos nossos concidadãos assente em seis eixos fundamentais. Portimão amiga e próxima das pessoas. -----

----- Segura um reforço da aposta da prevenção e no apoio dos cidadãos às instituições sociais do concelho através de um cenário de dificuldades económicas, acrescido para muitos cidadãos com o aumento dos custos, produtos alimentares, habitação e saúde. Neste contexto, prevê-se não só a continuação das medidas de apoio social em vigor, mas também um reforço às instituições sociais do concelho na ordem dos dois ponto cinco milhões de euros, como também foi pedido por alguns partidos nas reuniões que tivemos, isto é, um aumento de trinta e nove por cento do valor, comparativamente ao inscrito no orçamento de 2022. De igual forma, considerando a necessidade de aumento, a atratividade e a segurança do espaço público, bem como a proteção dos nossos concidadãos e empresários, com a particular permanência para o centro da cidade e está igualmente previsto a expansão do sistema de videovigilância instalado nos principais acessos da cidade, praia da Rocha e centro da cidade, no investimento de mais um milhão de euros. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Portimão, dinâmica inovadora. Prevendo medidas destinadas a promover a inovação tecnológica, a investigação e a fixação de novas empresas, novas formas para a atração de investimento, a proteção de nova economia local que tão fortemente dependem do turismo. Neste particular, resultado de um amplo consenso com os restantes municípios da região, o turismo do Algarve e as principais associações representativas do setor, prevê-se introdução da taxa turística enquanto mecanismo de financiamento à consolidação estratégica do setor, através de políticas públicas dedicadas que permitam enfrentar os grandes desafios que se afiguram, nomeadamente a mitigação dos impactos correntes da atividade turística, melhoria da atratividade do destino e a reabilitação do património histórico, investigação científica na área do turismo e alterações climáticas. Formação de profissionais, desenvolvimento de projetos sustentáveis e o combate à sazonalidade turística, digitalização e as consequentes alterações nas preferências dos consumidores. -----

----- Portimão inclusive e das famílias, preconizando medidas para o desenvolvimento de uma cidade saudável, desportiva para os seus cidadãos, em particular ênfase para os jovens. Portimão é um dos municípios, cuja população mais desceu nos últimos censos, mais de quinze mil crianças ou jovens na nossa rede escolar. O ensino básico ao secundário, para fazer face a esta tendência sem riscos de rutura. Na rede estão já em fase de elaboração os projetos de adaptação às instalações da antiga escola de hotelaria e turismo, para um centro escolar com novas salas de creche, pré-escolar e primeiro ciclo, a nova creche pública no Vale Lagar, a requalificação e a ampliação das escolas primárias do ciclo de Chão das Donas, Alvor e Pedra Mourinha, bem como o projeto para a escola secundária Manuel Teixeira Gomes. Tal como a educação, outras das políticas para a atração de fixação de população que é fundamental, é o desporto. Portimão é uma referência nacional no que diz respeito à política desportiva, pelo que é indispensável assegurar futura desta nova geração com mais e melhores condições, nomeadamente a elaboração de projetos de requalificação do Polidesportivo dos Montes de Alvor, do bairro Sal e do pavilhão da Quinta do Amparo, onde o investimento já em 2024 ultrapassará os quatro milhões de euros. Além destes investimentos, apontaremos igualmente no centro de desporto náutico que reforce a nossa ligação histórica à cultura do mar e incrementalmente à prática destes tipos de desportos. -----

----- Portimão é uma terra sustentável e equilibrada, acessível para todos na defesa do espaço público e dos valores naturais. Consciente das necessidades e imprescindível da concretização de uma política de valorização da nossa cidade, permitam-me destacar um conjunto importante de investimentos a nível do centro histórico. Mediante a requalificação da circundante da igreja matriz ao nível dos espaços verdes e de lazer usufruto da população, bem como a requalificação do parque da juventude e a criação de um novo parque urbano ao pé do mercado municipal, cujo investimento conjunto ascende a cinco milhões de euros e ainda a nível de acessibilidades nas diversas intervenções na rede viária. -----

----- - A longa ligação à estrada nacional 125; -----

----- - Zona industrial Vale da Arrancada, um milhão de euros; -----

----- - O prolongamento da via V2, lançamento do concurso para a obra para 2024, investimento aproximado de cinco milhões de euros; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- - Requalificação da estrada 531 Penina Montes de Alvor; -----

----- - Lançamento do concurso; -----

----- - Repavimentações nas três freguesias do município, um milhão de euros; -----

----- - Requalificação dos arruamentos e urbanizações da Quinta do Pinheiro, obra no valor de um milhão de euros; -----

----- - Requalificação já no terreno da praça Tengarrinha na urbanização da Raminha, das ruas Bento de Jesus Caraças, Heróis da Restauração e ainda o largo António Pedro na Mexilhoeira Grande no investimento global de cerca de oitocentos mil euros; -----

----- - Conclusão do projeto para a construção de uma nova ligação ao hospital à estrada nacional 125 que tanta falta faz; -----

----- - Construção de um viaduto junto à estação da CP que eliminará a atual travessia da linha férrea que tanto prejudica a fluidez de trânsito naquela zona. -----

----- Portimão uma terra criativa e com história. Fortemente vocacionada para o património, a cultura e a defesa dos nossos costumes. Nesse âmbito, a política cultural do município encontra-se assente em dois pilares fundamentais, a criação de uma nova agenda cultural e de entretenimento para os nossos residentes e visitantes, mas também a preservação do nosso passado e da nossa cultura. Para corporizar este novo compromisso com a cultura, iremos requalificar o auditório, recuperando a sua tradição do espaço multicultural e introduzindo novas valências para a atração da população numa obra orçada em dois milhões de euros e estamos a trabalhar no projeto de ampliação e transformação do núcleo museológico da casa Manuel Teixeira Gomes, onde o investimento de dois pontos cinco milhões de euros. -----

----- Portimão uma terra de rio e de mar, reforçada por serem assumidas competências na gestão das praias, nas zonas ribeirinhas de Portimão e Alvor, dando corpo à estratégia da devolução da cidade ao rio. Por essa razão, estamos a ultimar o plano da requalificação do porto de pesca de Alvor e da zona ribeirinha de Portimão que estão naquele espaço tão emblemático, numa zona de melhor e mais atrativa, da qual os portimonenses possam fluir com as suas famílias e amigos. Desta forma, entendo a importância do mar em serra para a cidade e iremos iniciar o projeto da reabilitação da fortaleza de Santa Catarina, transformando-a num novo espaço museológico dedicado ao mar e a todos os que fizeram dele a sua vida, reforçando a memória coletiva da nossa cidade. -----

----- Por tudo exposto anteriormente, é seguro afirmar que este orçamento é um instrumento de combate à imprevisibilidade e à situação macroeconómica dos seus efeitos nefastos para os nossos concidadãos, mas também um orçamento que opera numa linha de virar a página para que de forma sustentada e em respeito pelo equilíbrio orçamental, rigoroso e assente na confiança reconquistada, os investimentos que pelas mais diversas razões haviam sido sucessivamente adiados. Recuperada a credibilidade financeira e institucional do município e a autonomia orçamental, estamos fortemente comprometidos em melhorar a qualidade de vida dos portimonenses. Será o empenho deste executivo, através de decisões políticas que conduzirá aos resultados, expectativas num futuro, que pretendemos próximo, inserido num contexto de projetos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estruturantes que anteriormente já enunciei e por isso importa concluir, reafirmando hoje aqui perante a Assembleia Municipal de Portimão, o compromisso que selámos com os portimonenses nas eleições de setembro de 2021. Temos ambições, projetos e vontades de avançar rumo a uma nova realidade em sede de administração municipal que quer ativa, interveniente e eficaz. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu com atenção a introdução do senhor Vice-Presidente, enfim, de grosso modo é o que está aqui no documento que lhes foi remetido em grande medida e queria começar por referir nesta primeira intervenção, este orçamento mais uma vez e é o terceiro orçamento que estão a discutir no presente mandato, é a fama de um problema de base que é a estratégia que o executivo tem tido de empurrar, perdoem-me a expressão com a barriga para a frente a amortização antecipada da dívida ao FAM, deixando para as calendas, as calendas aqui são 2024, para que eventualmente se o calendário e o cronograma correr bem, esperemos que sim, em 2025 consiga então aliviar-se aqui os impostos municipais, em 2025 porquê? Por coincidência há eleições autárquicas e isto é tanto mais grave quanto em 2022, em 2023, em 2021, o executivo teve sempre excedentes orçamentais na ordem das dezenas de milhões de euros e nós, nós e outros partidos da oposição temos aqui repetidamente afirmado que a estratégia devia ter sido diferente, devia ter sido uma atitude mais proativa junto da Comissão Executiva do FAM de tentar amortizar mais do que aquilo que já foi amortizado da dívida, com medidas concretas de renegociação do PAM que permitissem dar margem de manobra à autarquia, ao executivo no alívio fiscal das empresas e das famílias de Portimão. Ora, não foi essa a estratégia, porque nestes anos todos e já lá vão creio eu oito anos do PAM, houve uma amortização parcial e as medidas foram mínimas de alívio, mas isto somos nós que dizemos. Ora, pasme-se no documento que nos foi aqui entregue, há aqui uma passagem que eu vou ler e que não fomos nós que escrevemos porque a proposta de orçamento não é nossa como é bom de ver e que diz assim, passo a citar, «prevê-se que em PAM seja apurado anualmente um saldo total para as execuções orçamentais capazes de gerar um excedente a ser aplicado na redução da dívida do município, respeitando um cenário de sustentabilidade definido». Quem escreveu isto foi a Comissão Executiva do FAM ao apreciar esta proposta de orçamento, ou seja, o FAM diz, é isso que decorre da lei também, que as opções orçamentais anuais devem ser suscetíveis no âmbito de um PAM de gerar excedentes para que sejam aplicados na amortização antecipada da dívida, que é tudo aquilo que o município não tem feito nestes anos todos e, portanto, temos aqui um orçamento que tem este pecado original, digamos assim, mas não é o primeiro nem é o segundo, nem é o terceiro e é tudo na perspetiva de em 2024 então conseguir-se aqui uma redução significativa, nomeadamente com a saída do endividamento excessivo para então em 2025 termos o alívio à bica das eleições, e numa primeira intervenção eu queria aqui dar alguns números além daqueles que foram aqui já referidos que são importantes, mas há aqui outra face da moeda, por exemplo, os passivos contingentes que estão referidos na página trinta e cinco que são as ações em tribunal que eventualmente o município poderá ter que suportar caso perca esses processos, o valor de previsão são onze milhões, setecentos e cinquenta mil euros, mas não sei porquê o valor das ações todas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



somadas caso o município perdesse todas que não consta lá, são vinte e cinco milhões, oitenta e três mil euros. Portanto, é um bocadinho menos de metade o valor da previsão, e depois há aqui outras questões que remetem-nos novamente para 2025, aquela direção das obras no PPI, as obras mais, digamos mais representativas aponta para 2025, dou três exemplos, a requalificação do edifício do Alfagar em 2024 é cinco mil euros para obras, em 2025 têm seiscentos mil euros, o largo Gil Eanes em 2024 é cinco mil euros para obras e em 2025 tem um milhão e quinhentos mil euros e a requalificação da zona ribeirinha tem cem mil euros em 2024 e tem quinhentos mil euros em 2025, ou seja, o horizonte deste orçamento não é 2024, é 2025 e, portanto, senhor Vice-Presidente, eu perguntava-lhe diretamente nesta primeira intervenção se isto é uma forma intelectualmente honesta de gerir o dinheiro dos portimonenses e de pedir esforço repetidamente ano após ano aos portimonenses que continuem a suportar ano após ano taxas e impostos no máximo quando já poderia ter havido um alívio e depois há aqui outra questão que eu vou terminar esta primeira intervenção que pergunto. Os senhores dão como dado adquirido aqui um encaixe financeiro de dois vírgula sete milhões de euros de taxa turística, e eu pergunto, os senhores têm a certeza absoluta que vão conseguir cobrar essa taxa? É porque aquilo que o senhor aí disse para justificar a cobrança de uma taxa do ponto de vista jurídico é altamente duvidoso que sirva como fundamento e como fundamentação económico-financeira para cobrar essa taxa e, portanto, vamos lá a ver se não vamos ter aí um problema do ponto de vista jurídico-legal com esta fundamentação que o senhor disse, pelo menos em relação àquilo que está no regulamento do projeto, regulamento inicial onde tinham lá coisas tão fantásticas como contra prestações pelo pagamento da taxa como o Portimão Arena, a casa Manuel Teixeira Gomes, o museu municipal, etc., etc. Portanto, pergunto-lhe estas primeiras questões e depois deixo o resto para uma segunda intervenção. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostaria de começar por dizer que o documento refere a sustentabilidade financeira conquistada pela Câmara. E não podia deixar de dizer que quando se fala em sustentabilidade devemos ter presente que a sustentabilidade deve ser vista para todas as pessoas, não é só para a Câmara, mas também para os munícipes que cá vivem e como é que nós podemos falar de sustentabilidade quando há serviços que são deficientemente prestados aos munícipes, há taxas, há impostos, há água, há resíduos que são aplicados com valores muito superiores aos concelhos vizinhos, porque ao contrário do que é referido no documento as taxas não baixarão e basta consultar os valores cobrados em 2023 e os aprovados pelo executivo para 2024 para ver que há várias taxas que vão efetivamente subir de valor. É referido também a redução do IMI como uma grande vitória e nós podemos ver que em dezasseis municípios, Portimão está nos três que cobram mais taxa de IMI, portanto não é para mim uma vitória tão grande como isso e como se pode falar em sustentabilidade, quando há escolas a fechar por falta de funcionários, funcionários esses que são da responsabilidade do município? Como é que se pode falar em sustentabilidade, quando há cada vez mais lugares de estacionamento gratuito a passarem a estacionamento pago que pesam nos bolsos dos portimonenses mesmo apesar da oferta de algum tempo, conforme medida implementada? Como é que se pode falar em sustentabilidade, quando há lixo espalhado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pela cidade, há pessoas a dormir na rua, há redes de mobilidade suave que não funcionam, há transportes públicos que estão longe de servir a população, há espaços verdes prometidos que estão por concretizar e há muitos outros aspetos que penalizam quem cá vive. Bem sabemos, podemos referir as intervenções pontuais feitas com um jardim aqui, um jardim acolá e alguns abrigos ficam abertos alguns dias, mas no geral penso ser difícil de afirmar que os portimonenses têm o que merecem no que toca aos serviços prestados pelo município. O que tem é um executivo que cada vez mais obriga os portimonenses a andarem de mão esticada, de mão aberta e cada vez mais dependentes do município, mas dizer também para concluir que concordamos com o abater da dívida do FAM, aliás já o tínhamos proposto várias vezes que fosse feito, evitando privar as pessoas e residentes e visitantes de Portimão do bom serviço público, proporcionando a aplicação de taxas que não estrangulassem as pessoas, as empresas e proporcionando também o progresso que se exige numa cidade de tanto potencial como tem Portimão. Por agora é tudo, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começa aqui, como começou o senhor Vice-Presidente na nota de abertura. Com consequências da inflação, a inflação já baixou, não sei se sabe, a inflação em novembro de 2022 estava a dez por cento, neste momento está a três ponto dois. Essa já não entra aqui muito, porque temos que ter alguma atenção quando a gente escreve o que escreve ainda por cima num documento destes, tem que se ter alguma cautela, mas temos que ver também os números. Em 2022, tínhamos dez ponto dois, em 2023 temos três ponto dois. -----

----- Cidade segura, não tão segura como nós queríamos e como nós estávamos habituados, já não está tão segura. -----

----- A praia da Rocha quase todos os fins-de-semana desacatos, andar na rua já se torna um bocado complicado, já queria algum medo e alguma ansiedade andar sozinho na rua e principalmente à noite. -----

----- Uma cidade verde, cidade verde são rotundas que estão privadas. Os únicos espaços verdes que eu vejo bonitos são aquelas rotundas privadas. O resto é só mato. -----

----- Quando fala aqui na Portimão dinâmica inovadora, gostaria de saber qual é as soluções, fala aqui das soluções da incubadora de empresas, estou farto de perguntar qual é o sucesso dessas empresas, qual é o sucesso deste dinheiro que a Câmara investe e qual é as empresas que saíram daqui, quais foi os unicórnios que saíram daqui, quais foram a start-up que saíram daqui que criassem, que a Câmara investe tanto neste tipo de soluções e que não se vê nada que possa-se tirar daqui ou retirar daqui deste investimento. -----

----- Portimão inclusiva das famílias. Pré-escolar, praticamente não existe, o pré-escolar está como está, só quando têm quatro ou cinco anos é que entram no pré-escolar, berçários quase é zero e quando se fala ainda sobre a saúde, a nível de saúde então não vale a pena, eu acho que nem devia de estar aqui. Quando se fala em encerramentos de maternidades, de pediatrias, ortopedias e pronto não vale a pena elencar aqui, não há médico de família, pronto eu acho que não vale a pena estar aqui a falar da saúde, porque também feliz ou infelizmente também não é da Câmara, por isso não valia pôr aqui uma coisa que ainda por cima o próprio partido que nos governa é PS e agora sem a geringonça e a saúde em Portimão é lastimável. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Terra sustentável equilibrada, terra sustentada e equilibrada só para alguns, só para os ricos que podem comprar os tais apartamentos que têm falado aqui, porque os outros coitados zero e mais, aqui neste orçamento não fala de habitação, zero de habitação, entregam alguma casa, têm chaves na mão para entrar a alguém, zero, estão cá há sete anos, não têm uma casa para entregar a ninguém. Pronto, isto é só da nota informativa. E depois fala-se aqui como já foi falado e bem, em 2023 para 2024 aqui no resumo das receitas, estava aqui setenta e cinco mil euros em 2023 e agora aparece aqui de repente uma forma mágica em 2025 deste orçamento, cento e trinta milhões. Quer dizer, passam de setenta e cinco milhões para cento e trinta milhões, é uma arte mágica, gostaria de saber porque é que passam, ah já sei, ano de eleições! Exato, foi isso, passaram dos setenta e cinco para os cento e trinta mil, ano de eleições, exatamente. E depois os projetos, os projetos são sempre os mesmos, os projetos já estão acabados, fala-se aqui na reabilitação da escola, já foi, falam aqui da lota de Portimão, já foi feito, ainda continua aqui, já falaram do Alvor, já foi inaugurado este fim-de-semana e continuam aqui. E depois também como já foi dito aqui, eu não quero imitar o deputado Carlos Martins, mas parece que é o *take*, é o *take* da estrada 531, é o *take* da V2, é o *take* como já foi elaborado aqui de várias obras que elas nunca mais aparecem, da igreja é verdade, da igreja já falámos aqui também na informação da senhora Presidente e nada é feito, e mais, como já foi dito e bem, nós toda a oposição, sempre trabalhou e sempre pressionou este executivo para pagar a dívida, para conseguir baixar os impostos e não só, e como já foi dito aqui, nós ainda temos uma dívida, não é, este executivo ainda tem uma dívida de trinta e cinco milhões, tirando mais os onze milhões que está aqui inscrito sobre o problema que poderá haver das soluções jurídicas e também dos empréstimos a curto prazo e médio prazo. Por isso, ainda temos aqui uma dívida de quase cem milhões. Pronto, neste momento fico-me por aqui. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, senhora Presidente, falando para o deputado João Caetano, dos passivos contingentes, o valor que está aí foi o valor que os nossos advogados disseram que era expetável que pudéssemos perder e por isso ficou esse valor aí dos onze milhões, foi esse valor foi a bola, pronto, isso aí eu tecnicamente nisso não vou falar. -----

----- As obras que o senhor deputado também falou, temos aqui algumas rúbricas que depois dos resultados transitados vão ser reforçadas e, portanto, é expetável que em março e falou aí no Alfagar, o Alfagar assim que o projeto esteja feito e que esteja acordado, queremos logo fazer obra, senhor deputado. Portanto, depois de março com os resultados transitados, vão integrar neste orçamento e vai existir obras logo em 2024 e esta então é prioritária, assim como outras que o senhor deputado falou aí. -----

----- Dos espaços verdes, e é uma coisa que tem muito a ver também comigo, quando me falam aí nas rotundas, nem todas estão dadas a privados, há muitas rotundas que são do município. Além das rotundas, os espaços verdes, hoje temos cinco lotes diferentes, não estão todos iguais com a mesma manutenção, há três empresas que fazem a manutenção dos nossos espaços verdes e não tem corrido nada bem, temos uma empresa com dois lotes que tem corrido bem, as outras duas não tem corrido bem e, portanto, temos feito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os relatórios. O contrato pediram o máximo até três anos e quando chegar ao primeiro ano, se as coisas continuarem assim temos que mandar este concurso abaixo e abrir outro, porque na realidade o que queremos também e a Câmara está a pagar, todos nós estamos a pagar para termos o espaço verde como deve de ser e, portanto, ou cumprem-no, ou se não temos que mandar estes concursos abaixo e fazer de novo. De resto, senhora Presidente, acho que referi tudo, não tenho mais nada a dizer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que lembra-se e faz já aqui uma repetição daquilo que disse nas últimas duas assembleias que é, ele continua à espera de qual o valor de venda do terreno público em Portimão, onde é que está escrito e qual é o regulamento que está escrito, continuam sem receber, terceira Assembleia que fala nisto. -----

----- Bom, relativamente ao assunto que nos traz aqui, eu fico admirado, e também na última Assembleia disse que ia olhar para estes documentos, eu cada vez acho estes documentos mais esotéricos e realmente, enfim, e se eu relacionar o discurso da senhora Presidente da autarquia aqui no Dia da Cidade com aquele que o senhor Vice-Presidente disse aqui, basicamente foi o mesmo, e eu a olhar para este documento a partir de uma determinada página, vejo que há aqui citações que estão entre aspas, mas eu fico sem perceber, nomeadamente da análise macroeconómica deste documento onde é que foram buscar todo este enquadramento macroeconómico. Isto foram buscar ao orçamento de estado, esta cópia que está aqui é do quê? Eu não percebi muito bem, há aqui uma série de, enfim, de ideias macroeconómicas que eu penso que serão estas ideias macroeconómicas que têm sido repetidas ao longo do tempo que depois servem para tomar decisões microeconómicas, mas eu gostava de no futuro olhar para estes documentos e ver aqui análises microeconómicas do concelho, e aí dizer assim, pelo aquilo que analisámos sob o ponto de vista microeconómico, estamos a pensar tomar estas decisões assim, assim, mas agora vir apresentar aqui uma série de ideias, uma série de vontades, uma série de desejos que são consubstanciados em análises macroeconómicas, a mim deixou-me muito duvidoso relativamente ao sucesso das mesmas. Aliás, se eu olhar para «os novos rumos», se eu olhar para «prontos para o futuro» e se olhar agora para o último «estamos juntos», eu acho que a atualidade deste programa do PS aqui em Portimão deveria ser, está tudo na mesma e parece que vamos todos começar e vamos começar e o que me assusta agora é, parece que ouviram realmente o partido Chega desde que estou aqui dizer que é necessário pagar a dívida, é necessário pagar a dívida, é necessário amortizar a dívida, mas chega a uma certa altura em que os senhores realmente vão amortizar a dívida e aquilo que me parece, e deixam-nos assustados, é ouvir a senhora Presidente no discurso aqui da cidade e ouvir agora o senhor Vice, é que não tarda nada daqui a quatro ou cinco anos vamos ter que remeter-nos outra vez a novo endividamento. Porquê? Porque pelo aquilo que está aqui a surgir de coelhos da cartola, vem aqui uma série de, é um milhão para isto, dois milhões para aquilo, três milhões para isto, quatro milhões para aquilo, eu espero que os senhores tenham sucesso e que façam tudo o que dizem que querem fazer, porque realmente obra estrutural da cidade, obra estrutural para a cidade, eu não me lembro de nenhuma que nos últimos anos tenham feito. Mais, aliás, o próprio FAM alerta aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para algumas coisas e este documento previsional o que nos diz aqui, é que a despesa corrente vai aumentar, há enorme despesa, aumento da despesa de capital, sim, é aquela que significa obra, mas eu também duvido muito que a consigam fazer a não ser como algumas bancadas aqui já disseram, é pelo aproximar do contexto, há contextos benéficos, há contextos em que se abrem concursos e que se concorre aos concursos e as obras aparecem feitas e há outros concursos noutras alturas em que ninguém aparece, e há outros concursos que são preenchidos, mas depois não se começam as obras. Aliás, o senhor Vice-Presidente dá-se ao luxo de vir falar aqui da requalificação outra vez da igreja matriz, quando ainda na última Assembleia o senhor disse, «abriram o concurso, houve quem concorresse ao concurso, mas não inicia a obra». Se não inicia a obra, então o que é que faz? Ou deita abaixo o concurso, ou coloca quem ganhou o concurso em tribunal. Agora, vir falar aqui outra vez que passados dez anos é que a obra vai para a frente... Então, mas se há incapacidade de cumprir, eu espero que o que se passa com o cumprimento do concurso da igreja matriz não se passe em mais nenhuma destas obras que os senhores pretendem fazer na cidade e, portanto, coloca-nos muitas reservas face a este documento previsional que aqui está referenciado e eu alerto para outra questão, é que o que nos assusta é exatamente o aumento da despesa corrente e o aumento da despesa corrente é exatamente isso, é despesa fixa e corrente para os próximos anos, e os senhores sabem tanto quanto nós que a compensação do aumento da despesa corrente só é feito de uma forma, mais impostos, mais taxas e é isso, é isso que o próprio documento FAM alerta nesse sentido. Atenção, porque diz aqui, «despesa total prevista, apesar do superior ao previsto pelo PAM para o exercício de 2024 está compensado pelo acréscimo da receita essencialmente originada pelo aumento de impostos diretos das taxas, multas e outras penalidades» e isto os senhores não conseguem explicar, e eu gostava de ouvir o seu pensamento face a isto, porque isto sim, isto é que vai diminuir aquilo que ainda esta semana passada ouvimos pelo Conselho de Finanças Nacional, que é a carga de impostos que vão surgir até ao ano 2037 de todos os portugueses. Portanto, eu gostava de perceber em Portimão qual é que é a análise microeconómica que os senhores fazem para se consubstanciarem para este documento. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só tem uma pergunta, senhora Presidente. É que se os oito milhões setecentos e oitenta e três mil euros que estão aqui previstos para a transferência de competências chega para colmatar todas as obras, despesas, etc. de todas as competências assumidas pela Câmara Municipal. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao deputado Paulo Canha, dos dados que tem aí macroeconómicos, é do orçamento de estado, senhor deputado. Esses dados são sempre retirados do orçamento de estado tanto aqui como em todos os municípios portugueses, portanto não estamos aqui a fazer nada que todos não o façam, portanto são todos do orçamento de estado e quando falou aí por causa de o município mais uma vez daqui a uns anos está-se a endividar, das mãos deste executivo o que tem havido aqui é um grande cuidado e ponderação, senhor deputado e por isso é que tem visto também que os resultados transitados, aqueles que têm passado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e temos estado até por causa da medida de habitação do PRR, se não tivermos candidatos para o PRR para o 1º. Direito, o município tem que apostar em habitação também jovem e para isso também tem que ter aqui alguma disponibilidade financeira para poder fazer face e não ser endividado e, portanto, da parte deste executivo, aqui do executivo permanente, não nos queremos endividar mais e, portanto, é isto que temos estado a fazer. Todas as obras têm respaldo no nosso orçamento. Todas as obras que estão previstas, é isto que temos feito. -----

----- Quando fala aí novamente na obra do adro da igreja, a obra só foi consignada agora no final deste ano e, portanto, vai começar agora em janeiro, a obra vai começar em janeiro, portanto não vale a pena estarem a falar em dez anos, eu também só estou cá há dois como o senhor deputado também está cá há dois e, portanto, sempre tenho ouvido dizer, até aliás do deputado Natalino, felizmente desde que estou neste executivo até as amortizações têm sido feitas, foram feitas o ano passado e foram feitas este ano. Temos estado quase todos de acordo, houve muita manutenção da parte do executivo que acompanhou a senhora Presidente e para pôr as contas como deviam de ser e agora temos feito, tanto o ano passado como este ano, fizemos a amortização para deixarmos de estar em endividamento excessivo. Eu acho que é isto que todos queremos e também é isto que todos, e quando falo no IMI, de baixar o IMI, vão-me logo dizer o que é que isto dá no bolso das pessoas. O que é certo, é que temos baixado sempre o IMI e não o vamos querer aumentar, senhor deputado. Ainda agora falamos aqui, estamos em zero trinta e nove. Ainda este ano gostávamos de ter votado também na derrama e no IRS. Não conseguimos por causa do FAM, mas é isso que vamos querer, é baixar impostos e não aumentá-los. Agora, no IMT sim, isso aí temos tido todos os anos muita receita de IMT que também temos que ter cuidado, porque ela vai parar de certeza, não se vai comportar com esta média dos vinte e quatro meses que temos feito agora aqui, ela não se vai comportar assim desta maneira e, portanto, há que começar a abrandar e é para isso que temos que estar preparados também. -----

----- Quando falou do terreno do barranco do Rodrigo, o barranco do Rodrigo não quisemos pô-lo aqui, porque não é expetável que haja mais algum comprador para aquele terreno. E se não houver já a senhora Presidente disse aqui ainda na última reunião que vamos fazer o projeto para os espaços verdes que queremos fazer e não vai ser vendido e, portanto, se não existir propostas, não vai ser vendido e, portanto, tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor Vice-Presidente que ele não respondeu ao senhor deputado da CDU dos oito milhões das transferências de competências. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre** Bila, das transferências de competências, a comissão que tem feito as reuniões, é mais, tem a ver com a saúde e com a educação, e as contas que têm sido feitas, sim, tem dado a verba, vamos ter agora uma negociação que é por causa da escola Manuel Teixeira Gomes, essa sim tem que sair do orçamento de estado aquela obra, porque o município quando aquela escola transitou para o município ficou logo acordado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que o estado é que tinha que pagar aquela obra, tanto a remodelação, como a ampliação daquela escola também. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria relembrar ao senhor Vice-Presidente que está cá há dois anos, mas, no entanto, o executivo da Dra. Isilda Gomes está cá há dez. Ainda há um bocado o Pedro Mota falou em oito, não são oito, são dez e o Partido Socialista há cinquenta, e de facto de há dez anos para cá e, aliás, desde o malogrado Dr. Mergulhão, há uma coisa que vinha sempre, o engenheiro Mergulhão, havia uma proposta que vinha sempre nos programas eleitorais, que era o cemitério municipal. Continua a ser uma necessidade e de facto eu vejo que este executivo abandonou completamente a ideia da execução do cemitério, de que de facto não há uma linha no orçamento. -----

----- Outra questão também que foi abandonada, que pura e simplesmente não há um apoio e não há um incentivo, não há um reforço, é o comércio tradicional. Nós vamos à rua das lojas e há imensas lojas fechadas, o comércio tradicional praticamente não existe em Portimão ao contrário de outras. Verdade, senhor Vice-Presidente, ao contrário de outras cidades algarvias que têm um tecido empresarial de pequenas e micro empresas que exploram o comércio tradicional e são pujantes como Lagos, como Loulé. Aqui em Portimão não, lamento, lamento e acho que não me vai poder contrariar. -----

----- Outra questão, relativamente à taxa turística, nas respostas que deu há pouco, não respondeu e gostávamos de ouvir a sua resposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que cada vez fica mais admirado com as respostas que vai obtendo, e esta sua admiração provavelmente é um problema que é seu mesmo. Eu ouvi o senhor Vice-Presidente falar aqui, e vou-lhe dar aqui um exemplo. Estão previstos, ou está previsto um investimento de dois vírgula cinco milhões de euros no auditório. Porque é que deixaram chegar a degradação do auditório até este ponto? Porquê? Se esta obra o custo está previsto em dois milhões e meio, provavelmente se tivesse sido o ano passado era só dois milhões, se tivesse sido há dois anos era só um milhão e meio. Quer dizer, porque é que a autarquia tem responsabilidade de fazer agora todos os portimonenses investirem dois milhões e meio de euros quando existe um processo de degradação de um equipamento importante da cidade, está ali um elefante, está ali, não percebo o porquê, gostava de obter uma resposta para isto, e depois deixe-me dar aqui outro concelho, e é um concelho da bancada Chega. Os senhores pagam tanto dinheiro para fazer assessoria a uma série de ações aqui na autarquia, paguem um gabinete de assessores para fazer uma análise microeconómica do concelho e que venham sempre nestes documentos, e aí sim os senhores podem projetar realmente obra que não só betão e para sair fora da questão do mono turismo como desenvolvimento económico do concelho para desenvolver realmente o concelho de Portimão, porque o que se vê aqui é que mais uma vez se fala em investimentos baseados naquela loucura agora que se faz querer que com o pagamento do endividamento excessivo que é só uma parte, mas a dívida continua lá quase toda e eu lembro-me, isto chegou a este ponto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que os senhores têm gerido a autarquia de Portimão à custa do acumular de dívida. Portanto, o pagamento excessivo da dívida não significa o pagamento da dívida, não vamos criar essa ilusão, porque, aliás e não me venha mais uma vez com a situação e não quero ser mal-educado e a dizer a ladainha, mas não com a justificação do PAM e do FAM, não deixa, não deixa. Deixa, deixa, se fosse bem negociado deixava. Aliás, zero vírgula zero um de redução do IMI, eu acho que isto é uma risota com capacidade que têm em negociar com o FAM. Porquê, porque, aliás só de cobrança da taxa do turismo vão buscar dois milhões e meio, os senhores se quisessem desenvolver, dois vírgula cinco, se quisessem desenvolver economicamente e socialmente a cidade, o que é que faziam? Diminuíam o IMI para a taxa mínima, não cobravam nada da derrama ao tecido económico local e devolviam cinco por cento do IRS. Um por cento de dedução à coleta de cada contribuinte em dez mil euros significa cem euros. Os senhores se devolverem um por cento de IRS para dez por cento de coleta líquida, significa cem euros na mão de um portimonense. Têm essa noção, mas o que é que os senhores vão fazer, zero vírgula zero um, o equivalente a um café, um pastel de nata e eventualmente um medronho para adormecer a coisa. Portanto, é isso que os senhores devem pensar sempre que vêm com estes documentos a esta Assembleia. Obviamente têm a faca e o queijo na mão, porque têm a maioria e podem fazer e podem seguir em frente, mas eu duvido muito que isto traga sucesso e desenvolvimento económico e social para a cidade. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, para dizer que ouviu o senhor Vice-Presidente anunciar vários investimentos relacionados com o desporto e com agrado, mas gostaria de perguntar se a pista de atletismo que foi anunciada no vosso programa eleitoral é para avançar em 2024, ou se está definitivamente abandonada essa ideia. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que como ali já muito bem foi referido pelo deputado Paulo Canha, de facto, este documento carece nalguns aspetos de um suporte e de um suporte para um cenário microeconómico feito à medida do território, neste caso do município, porque há aqui coisas que ele sinceramente não consegue compreender e, portanto, ele vai ter que questionar o executivo. Porque é que a atualização das receitas e das despesas para os anos 2025 e seguintes, está à razão de quatro por cento anual, quando o crescimento previsto pelo Banco de Portugal para 2025 é de apenas dois por cento e a previsão da taxa de inflação que está prevista também para 2025 e para os anos seguintes segundo a OCDE, não passam os dois vírgula quatro, ou seja, eu não consigo perceber porquê essa taxa de atualização que foi feita, e gostava de saber qual foi a razão de usarem quatro por cento, não cinco, não três, como é que chegaram àquele número?-----

----- Também outra questão que carece de algum esclarecimento e que é, já vem de outros ciclos eleitorais, digamos assim, é porque é que em 2025 o investimento que esta Câmara perspetiva fazer é mais do dobro do que aquele que normalmente faz ao longo dos outros anos. Será por ser ano de eleições? Pergunto eu. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, falando aqui numa economia circular que este orçamento não fala de economia circular, não fala de uma ação para combate das alterações climáticas, mas eu posso fazer aqui uma observação. Por exemplo, a eletricidade, em 2023, dois milhões e duzentos e para 2024 três milhões e quinhentos. Então não se vê aqui uma poupança, andaram-nos a pôr leds, mas aumentam quase um milhão e trezentos mil. Na água a mesma situação, um milhão e duzentos e depois passa para um milhão e quinhentos. Quer dizer, em vez de estarmos a gastar menos estamos a gastar mais. Não se compreende e eu acho que só nestes números é preciso estudá-los bem e fazer com que estes números baixem para que as ações climáticas, temos que começar por algum lado e aqui as ações climáticas começa por estes valores também. E depois também falamos aqui nos estudos, pareceres, projetos e consultadorias. Quer dizer, o ano passado era oitocentos e setenta e nove, este ano passa para dois milhões, é uma coisa fabulosa, dois milhões em estudos. Estes dois milhões investidos em habitação era melhor do que, não sei colocando aqui este estudo o que é que tiram destes pareceres? Nós aqui, nas assembleias e na informação da senhora Presidente não vejo nada destes estudos e que traga de bom ou de novo para esta cidade. Não se vê nos documentos que nos trazem. -----

----- Seminários, exposições e similares, isto dito de uma forma mais singela, festança, três milhões e oitocentos, quase quatro milhões em festança. É isso que nós temos aqui e depois temos nas freguesias, o ano passado as freguesias houve seiscentos e cinquenta mil euros, este ano reduziram. Aqui nas freguesias é que reduzem. Em vez de aumentarem reduzem nas freguesias. -----

----- Instituições sem fins lucrativos, seis milhões. Não percebo que as instituições de fins lucrativos levam seis milhões. As famílias levam só um milhão e seiscentos mil. Não se compreende, é um orçamento que eu não consigo perceber. Se diz que é amigo das famílias, amiga das pessoas e dos portimonenses, não estou a ver, é para alguns, possivelmente aqui quando se vê as instituições de fins lucrativos com seis milhões, é porque é para alguns não é para todos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que não tem nenhuma pergunta direta a fazer ao executivo, tem apenas algumas considerações acerca deste documento. Podemos ler no documento que temos uma previsão de IMT de trinta e dois milhões, obviamente à custa da especulação imobiliária e do aumento da habitação no concelho que impede os portimonenses de adquirir casa. Quem as adquire não são os portimonenses, são os que vêm de fora com o dinheiro no bolso e que adquirem as casas mais caras. Voltamos mais uma vez, desculpem voltar a falar no mesmo, a dividir os portimonenses em primeira e segunda, os que podem e os que não podem comprar casa, e os que não podem comprar casa ausentam-se para os concelhos limítrofes, são mais baratos do que aqui. Temos o IMI com uma das taxas mais altas da região e ainda leio que leva a que hajam menos três ponto dois milhões de receita só. Tendo em conta que vão entrar trinta e dois milhões em IMT, qual o problema em baixar de três ponto nove para três? Ouvimos a senhora Presidente anunciar na tomada de posse a intenção de acabar com o betão dispensável, mas depois ouvimos no Dia da Cidade que iremos ter mais três mil e trezentos quartos para turismo, uma mão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cheia de novos espaços hoteleiros, uma previsão de um espaço novo no Morgado de Arges de mais três mil e não sei quantos quartos. Onde é que está o aumento da qualidade de vida dos portimonenses e os espaços verdes se continuamos a construir hotéis. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto à pista de atletismo, no projeto da escola Manuel Teixeira Gomes, vai ter uma pista, aquela pista que lá está vai ser melhorada e vai levar uma pista de atletismo dentro da escola Manuel Teixeira Gomes. Foi também falado com o diretor e foi acordado também, no entanto, não é a pista que temos falado e que Portimão também merecia, que devíamos ter outra pista de atletismo. -----

----- Senhor deputado Pedro Mota, quando se falou da luz e da água, na realidade também temos mais edifícios que não tínhamos e temos mais contadores tanto de luz, como de água também com as transferências de competências que temos agora e é por isso que o valor também está e também é preciso ver se o ano passado quando foi feito não ficou abaixo e depois dos resultados transitados levou mais valor. Este ano foi tudo calculado para metermos logo no nosso orçamento, mas temos muito mais edifícios e podemos fazer essa conta também se calhar e era uma daquelas coisas que podíamos enviar também, é os edifícios que temos a mais e que dantes não tínhamos. -----

----- Quanto à taxa de inflação que o senhor deputado Vítor Couto falou, quando estes documentos foram feitos, foi a taxa de inflação que se achou com os nossos técnicos de quatro por cento e foi por isso que ficou com a taxa de inflação de quatro por cento. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só fazer um esclarecimento. Eu queria só, antes dessa explicitação, queria só informar o senhor deputado Paulo Canha relativamente àquela questão dos metros quadrados, eu, os serviços da Assembleia receberam já uma informação na parte da senhora Presidente, eu pensei que não houve tempo ainda para, mas amanhã receberá a resposta, ou os senhores deputados. Ok. E houve uma outra informação também que foi prestada que eu sei que foi relativamente a uma última Assembleia que também tinha sido perguntado. Certamente, senhor Vice-Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na taxa turística quando falam, por acaso não ficou com esta, porque como tinha que lhe responder, porque isto já veio à reunião, já veio a esta Assembleia e a taxa turística que foi aprovada para esta Assembleia, aliás, a taxa turística, não, não, a taxa turística vai vir ainda, já está o documento preparado, é isso, é isso, é isso. O documento está preparado, já foi a reunião de Câmara, já foi enviado para a Assembleia para depois e, portanto, o documento está elaborado e aí, quando falarmos da taxa turística vamos ver a fundamentação da taxa turística que temos lá e que está aqui só vertida no orçamento o valor, mas lá está tudo como é que foi calculado, os municípios do Algarve que vão ter a taxa turística e os que já têm, só Silves é que não vai colocar a taxa turística, de resto foi tudo e, portanto, senhor deputado quando chegar a essa altura, o documento já deve estar na Assembleia para ser depois discutido



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e para uma próxima Assembleia virá aqui para falarmos da taxa turística. Neste momento, gostava de passar a palavra ao meu colega João Gambôa para falar por causa do cemitério, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tal como explicou na última sessão da Assembleia Municipal, o projeto do cemitério está executado, está em fase de revisão de projeto, tal como a lei e a contratação pública prevê. Temos em paralelo a correr os registos provenientes da alteração do plano de pormenor da Quinta do Malheiro que envolve, há dois alvarás de loteamento e alguns como histórico e que têm que ser todos revistos do ponto de vista de registos e tem causado alguns constrangimentos até fruto dos problemas que temos nas conservatórias, inclusive na conservatória de Portimão, que posso partilhar, porque acho que devo, chegou ao ponto de noutra conservatória do registo predial de Loulé fazer queixa interna ao ministério da conservatória do registo predial de Portimão, devido à falta de elementos e a transmissão de elementos, que haviam registos feitos nos livros e outros que ainda não estavam automatizados e, portanto, assim que ficar resolvido, o projeto estará ponto para lançar concurso. Espero que até à incorporação do saldo transitado este assunto esteja resolvido e ficará espelhado na atualização do orçamento, quando recuperarmos esse saldo, espero eu já ter as condições todas para que seja lançada a obra da empreitada do cemitério e das infraestruturas adjacentes. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar, enfim, queria dizer que estão presentes, o que é normal neste executivo, mas gostava antes de mais de relembrar o senhor Vice-Presidente, de que está há dois anos no executivo, mas no município ele pensa que já está há muito, muito tempo e o Partido Socialista já há quase cinquenta anos lidera, portanto este município e grande parte das pessoas que aqui estão presentes fazem parte dessa equipa, tal como ele faz da sua equipa e, portanto, não tem memória curta, lembra-se do que tem acontecido, lembra-se das propostas que são sempre feitas a esta Assembleia e que pela primeira vez parece que têm dado, este executivo tem dado a ideia de que iniciou funções só em 2023, e só a partir de 2024 é que irá fazer obra. Normalmente essa obra inicia-se em 2024, vamos ver se inicia e acaba no ano de eleições. Recorrentemente isto é uma funcionalidade do Partido Socialista desta autarquia, nós já estamos habituados, eu pessoalmente tenho sempre dito e em relação à dívida que o município hoje e que a Câmara hoje elenca, portanto, como uma grande novidade e como uma grande, enfim, felicidade, digamos assim para os munícipes pelo facto de este ano ir liquidar parte parcialmente a dívida, porque ela não fica liquidada, já agora dizer que essa dívida foi contraída pelo Partido Socialista, já agora também convém dizer, porque parece que, enfim, que foram os outros que contraíram essa dívida e que, enfim, e que o município foi levado a contrair um empréstimo por culpa da oposição. E então dizer, já agora perguntar que sempre foi a minha, sempre disse aqui nesta Assembleia há quatro ou cinco anos, de que com o excedente que o município tem vindo a apresentar recorrentemente ano após ano, de que já deveria ter amortizado esta dívida mais cedo para poder dar aos portimonenses os contributos que eles mereciam, ou seja, não é baixar zero vírgula zero um do IMI, que isso representa, se calhar para muitos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nem um café num ano dá para pagar o que baixa do IMI. Aos mais ricos aqueles que têm os apartamentos de um milhão, ou dois milhões, talvez possa ir até uma refeição, e então ouvimos recorrentemente o senhor Presidente dizer que a Câmara vai, enfim, dá oitocentos mil, dá um milhão e não sei quê, baixa do IMI em termos globais, falta dizer o que é que isso representa para cada município e era isso que nós queríamos que a Câmara tivesse feito mais cedo para poder baixar o IRS, tal como as câmaras vizinhas de Lagoa, de Lagos e de outras ao longo aqui do Algarve, só estou a falar no Algarve porque é nesta região que nós pertencemos e a Câmara desculpava-se sempre de que não podia, quando nós pedimos essa proposta, a Câmara desculpava-se que não podia, porque tinha uma dívida com o FAM e, portanto, o FAM não permitia. Permitia só que a Câmara não queria negociar. Isto é preciso ser dito, é preciso ser dito, desculpe, é preciso ser dito. Outras autarquias fizeram-no e os senhores também na última fizeram e vieram aqui anunciar que baixaram porque negociaram com as entidades para o poder fazer. Portanto, não venham dizer que não. Por outro lado, já agora dizer ao senhor Vice-Presidente, que na última Assembleia pedi-lhe um mapa e o senhor disse que me dava o mapa dos jardins de Portimão. Ah! muito obrigada, a senhora Presidente não disse por isso é que eu lhe estou a perguntar. Obrigado pela atenção e espero receber brevemente, espero bem que não seja só a rotunda, já lhe disse espero bem que não seja só rotunda. É isso que eu espero, porque em todas estas questões de orçamento fala-se nos jardins verdes, fala-se nos jardins, fala-se nisto, fala-se naquilo e eu pergunto quais jardins? Portanto, vou saber, vou analisar o mapa e ficarei a saber com certeza dos jardins que há sessenta e seis anos eu nasci nesta cidade, fico a conhecer os novos jardins de Portimão, e ainda bem que assim é. Bom, e por enquanto fico por aqui, porque isto é mais do mesmo, é mais do mesmo, estamos numa fase não é pré-eleitoral, mas o município só começou a funcionar em 2023, portanto vamos dar mais um ano para que possamos ver as obras que esta Câmara irá fazer aos municípios, esquecendo-se dos cinquenta anos que lá estão. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, relativamente à taxa turística senhor Vice-Presidente, eu espero, enfim, estava a ver que estava distraído e que isso já tinha vindo aqui à Assembleia e que eu não tinha dado por ela, era um bocado estranho, mas enfim, às vezes acontecem coisas estranhas nesta casa, podia ser o caso. Espero que a fundamentação económico-financeira que vem na proposta final que foi aprovada seja diferente daquela que vinha no projeto, porque se mantiveram inalterada essa fundamentação, eu faço uma aposta consigo aqui se quiser hoje e aposto consigo aquilo que o senhor quiser que esse regulamento não vai entrar em vigor nem em 2024, nem em ano nenhum com aquela fundamentação. Aposto consigo aquilo que o senhor quiser. Portanto, espero bem que tenham alterado essa proposta porque, enfim, fazer regulamentos e fundamentar taxas daquela forma que estava na proposta inicial, aquilo é pouco menos do que brincar ao regulamento e às taxas. -----

----- Depois, relativamente aqui ao cemitério, verificamos que aqui há uns tempos a culpa seria de um proprietário ali dalguns prédios na zona, dos lotes, posso dizer o nome é de conhecimento geral, chama-se Armando França, no caso na empresa propriedade do senhor Armando França, verificamos com agrado que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



agora a culpada é a conservadora do registo predial de Portimão. Parece que aqui o atraso agora mudou, o ónus mudou por outra entidade e notamos aqui uma evolução e saudamos essa evolução ao senhor vereador João Gambôa. -----

----- Depois, para terminar aqui esta intervenção. Ó senhor Vice-Presidente, além das questões que já aflorámos aqui e que não são despiciendas, este orçamento ou esta proposta ao orçamento tem aqui também uma fragilidade base, e nós no outro dia perdemos aqui algum tempo a tentar falar sobre a questão do PDM, da revisão do PDM e não foi por acaso. As revisões do PDM de terceira geração, ou de segunda geração melhor dizendo, preveem uma componente estratégica muito reforçada e não é por acaso, não foi por acaso que o legislador previu essa componente. Ora, nós aqui em Portimão não sei porquê, não temos PDM revisto, já vamos para aí quase no terceiro mandato com trabalhos de revisão do PDM. Ora, falta aqui sobretudo nesta proposta e não é de agora, do ano passado também acontecia isso, há dois anos a mesma coisa, mas é uma situação que se vem agravando ano após ano, falta realmente aqui uma estratégia de desenvolvimento municipal que permita compreender as opções orçamentais, porque este documento é só um documento previsional, é um exercício previsional que tem que ter por fundamento opções que permitam perceber o que é que se pretende que seja Portimão daqui a cinco, seis, sete, dez anos em termos de desenvolvimento estratégico. Ora, isso não acontece aqui e como eu dizia na primeira intervenção e vou terminar com isto, apontam-se obras que têm um valor residual em 2024 em sede de orçamento e que serão executadas em 2025 e, portanto, isto é um orçamento que está pós-datado para o ano eleitoral e que sobretudo é inferno do vício que eu já disse na primeira intervenção, que é, empurrar com a barriga para a frente a questão da amortização junto do FAM, e nessa medida, vai merecer o nosso voto contra como é evidente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Presidente em exercício que eles não sentem qualquer orfandade política com a ausência da senhora Presidente, uma vez que o senhor desempenha muito bem o cargo em representação da senhora Presidente. Portanto, é esse o contexto que nos apraz dizer que não sentimos nenhuma orfandade política, e a sentir orfandade política seria o PS muito mais que a oposição. Bem, naturalmente nós estamos perante um documento previsional, há previsões mais ou menos rigorosas, há previsões mais ou menos certas, mais ou menos falhas e é óbvio que quando se elabora um orçamento, tendo sempre presente as despesas correntes, despesas de capital, receitas correntes, despesas de capital e naturalmente que ao fazer o balanceamento destas despesas e destas receitas, temos que encontrar obviamente compensações de umas para as outras, isto é, ao efetuarmos uma despesa, naturalmente temos que ir ao encontro de uma receita que efetue suporte dessa despesa. Isto é basilar, mas quando se faz um orçamento, obviamente que colocando a questão no plano político e não vale a pena nós querermos negar a realidade que temos, porque se porventura os problemas de Portimão estivessem resolvidos, não faria muito sentido o poder político, não é? Esta questão das opções que podem e que devem a nosso ver figurar num quadro de um planeamento local, obviamente que sim, isso acho que faz todo o sentido, mas para dizer que nem tudo aquilo que é desejável é possível e, portanto, aquilo que o executivo equaciona é aquilo que é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



possível em bom rigor e é executado, mas fazemos notar aqui algumas críticas que por vezes nos parecem desajustadas entre as quais mencionaria, porque também não vou entrar em detalhes que a oposição já entrou, não vou entrar em detalhes, dou um ou outro exemplo para vermos como por vezes algum negativismo político está sempre presente na apreciação de um documento, no fundo, para termos esse pretexto de provocar essa diferenciação e votarmos contra, naturalmente. Isto é de salutar? É. Vamos ver que se nós gastamos em consultorias, não dispensamos o PDM. As consultorias supõem efetivamente trabalhos específicos técnicos muito exigentes que de um modo geral não são passíveis de serem executados pela autarquia. Porque se fossem passíveis de ser executados pela autarquia, naturalmente que ela fá-los-ia, mas deixo aqui um particular realce para o facto de em todo o tempo em que o Partido Socialista tem estado a governar, nunca o Partido Socialista deixou de consignar despesas para transferências sociais. Portanto, o Partido Socialista tem funcionado na Câmara a nosso ver, tem funcionado sempre com um mini estado de providência, e é necessário que efetivamente se faça esta honra ao Partido Socialista no executivo da Câmara Municipal. É óbvio que podemos contar os anos e é um facto que nessa contagem dos anos há sempre uma votação intercalar de quatro em quatro anos, suponho, que legitimam o exercício de uma função que se chamam eleições. Portanto, este executivo está aqui legitimamente interessado, bem a menos que os senhores queiram desacreditar a inteligência dos portimonenses, acho que não se atreverão a tanto. ---

----- Falou-se muito de negociações do FAM, é óbvio que foram aqui apresentadas ou apresentados resultados de negociações feitas com o FAM e os senhores sabem muito bem que para negociar é necessário que nós não nos encontremos numa posição de fragilidade. Portanto, as negociações foram as possíveis, e ditaram justamente de uma aprovação no ano 2020 de uma redução de zero ponto dois pontos percentuais da taxa do IMI referente ao ano 2020 com efeitos em 2021. Uma redução de zero vírgula zero um por cento pontos percentuais da taxa de IMI referente a 2021 e a redução de zero ponto um pontos percentuais da taxa de IMI para o ano 2023 com arrecadação em 2024. É evidente que quando nós falamos de governo e de oposição, muitas vezes até nem pensamos ou pensamos de forma desabrida que às vezes uma boa parte das pessoas que inclusivamente pesaram, enfim, nesse despesismo, foi uma questão cultural e que amargou este país de norte a sul, hoje fazem parte da oposição, tanto que remetem as responsabilidades disso na oposição de quem aqui estiver. Então, eu diria que, enfim, ouvimos as mais diferentes apreciações, por exemplo, ouvi de alguém que eu considero muito pessoal e, enfim, politicamente, o senhor Pedro Mota, porquê os milhões, aqueles milhões para as instituições de solidariedade social, ou seja, para as instituições não lucrativas. É óbvio que se não existisse um PIDAC, um plano de desenvolvimento institucional não seria necessário que os municípios se atravessassem neste domínio, mas curiosamente os senhores aí não criticam os outros municípios que nos fazem também e com valores superiores então a Portimão. Isto para dizer o seguinte. As instituições de solidariedade social são apoiadas ao nível do investimento. Não há dinheiro dos municípios para despesas correntes dessas instituições e muito bem, significa dizer que os municípios apoiam o empreendedorismo institucional que tem uma feição marcadamente social, porque se o senhor quiser colocar os seus pais ou os seus filhos numa creche privada ou, enfim, num lar privado, necessariamente dar-



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



se-á conta de que não consegue de todo em todo dar satisfação a essa acessibilidade face aos custos institucionais. Bem não prendo, e prendendo grandemente com outro tipo de apreciações como a questão das festanças e tudo mais etc. nós somos uma cidade turística e como cidade turística naturalmente temos que ter um quadro de animação sociocultural bem sedimentado e até com cultura popular local. Portanto, não é necessário ir daqui para Espanha ou para França, ou o que quer que seja para encontrar de facto fórmulas para sedimentar essa cultura local e fazer com que ela faça parte integrante dessa dinâmica cultural. E nós temos essa riqueza, é uma questão de a colocarmos a funcionar de uma forma bem mais dinâmica e empenhada. Naturalmente que nós já aqui discutimos as questões relativas à taxa turística, fizemos aqui longas dissertações sobre isso, nomeadamente os impactos negativos que o turismo tem na economia local, impactos sociais, impactos culturais, impactos económicos e obviamente que é necessário trabalhar e fazer um estudo profundo e encontrar as bases justamente para a sua aplicação, uma vez que de todo em todo é importante que o turismo seja ele próprio a pagar muito dos impactos negativos que produz nas sociedades locais. Portanto, eu diria que do ponto de vista daquilo que é o nível de satisfação do PS, é óbvio que nós aspiramos muito mais, mas naturalmente compreendemos e partimos daquela premissa nem tudo aquilo que é desejável é possível, nós compreendemos que o executivo que sai ou que tenta sair do endividamento excessivo, tem feito uma progressão imensa neste domínio e nós temos que fazer justiça aos executivos sucessivos que têm efetivamente pugnado por ter uma gestão rigorosa com resultados à vista e nós compreendemos que é muito difícil fazer oposição neste contexto, é óbvio que é em face disso, nós não podemos deixar de ter para com o executivo uma palavra de ânimo, de incentivo para que prossigam e aprofundem esta gestão rigorosa em todos os planos, quer no plano dos investimentos, quer no plano da gestão corrente, e consequentemente, portanto nós não temos dúvidas quanto ao rigor destas previsões, portanto achamos que estas previsões não são de todo em todo irrealistas por um lado, por outro lado, e elas estão cunhadas nas opções políticas do programa eleitoral do PS, e é com base nessas considerações que iremos votar favoravelmente. Obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, ora bem, começando por realçar a importância do documento que hoje temos aqui em apreciação, o orçamento municipal e as grandes opções do plano para o quadriénio 2024/2028, este em nosso entender não deve ser um documento que se restrinja somente à análise do conjunto de números e das previsões, mas sim assumir-se como o plano estratégico, que defina-se o rumo para a nossa cidade nos próximos anos impactando a vida dos outros, aqueles que vivem em Portimão, mas mais do que uma mera análise fria dos números, é imperativo compreender que um executivo municipal fala acima de tudo, um orçamento municipal fala acima de tudo de pessoas e do impacto direto nas suas vidas. E o que constatamos nesta proposta em linha com os orçamentos precedentes, é que os residentes em Portimão sejam eles trabalhadores, proprietários de habitações, comerciantes ou industriais, continuarão a ter que se confrontar com o insaciável apetite fiscal que este executivo nos tem presenteado. Relembramos a esse título que o Partido Social Democrata, que as receitas previstas neste orçamento ultrapassam e muito aquelas que o Fundo de Apoio



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Municipal, o FAM, exigiu aquando da concessão do empréstimo ao município de Portimão. Estimava esse documento que seriam necessários para o equilíbrio financeiro desta Câmara Municipal em 2024, a arrecadação de uma receita com impostos diretos no valor de trinta e sete milhões. O que é que nós vemos? Hoje, estamos aqui a analisar um orçamento que este executivo vem aqui propor, em que a previsão de arrecadação da taxa das receitas com IMI, IMT, derramas e outros impostos atingem os cinquenta e sete milhões, ou seja, mais trinta por cento em relação àquilo que foi projetado para 2023, mais treze, ou seja, treze milhões de euros e ainda mais vinte milhões do que àquilo que estava negociado em sede do FAM. É caso para dizer que este executivo não vai para além da Troika, mas que vai para muito além daquilo que o FAM exige e que possuía margem para aliviar a carga fiscal dos portimonenses e só não o faz porque não o quer, porque tem margem para negociar, tem vinte milhões a mais que está a arrecadar do que àquilo que era exetável. Meus senhores, minhas senhoras, tal até poderia não ser um problema se vivêssemos em tempos de uma economia expansionista, em que os poderes de compra das famílias tivessem aumentado, em que as famílias estivessem de alguma forma desafogadas, mas essa não é infelizmente a nossa realidade. -

----- Os números recentemente publicados pelo observatório das desigualdades, estimam que quarenta e dois por cento da população portuguesa antes de qualquer transferência social estão em risco de pobreza. A lista de pessoas inscritas nesta Câmara Municipal para a obtenção de uma habitação social, continua constantemente a crescer. Hoje, não são só as pessoas que caíram no desemprego que tendem a ter dificuldades. Hoje muitos dos nossos trabalhadores, às vezes possuindo até mais do que um emprego, não conseguem suportar as despesas básicas, como o alojamento e a alimentação do seu agregado familiar. Tudo isto é algo que nos deveria fazer refletir. Tal acontece não só, mas também devido à carga fiscal que é imposta aos portugueses em geral e aos portimonenses em particular, e este documento muito pouco tem para nos oferecer. Podem dizer alguns dos partidos aqui representados que a carga fiscal incide principalmente naqueles que têm mais património, nomeadamente património imobiliário. É verdade, mas esquecem-se de dizer que ao fazer incidir que essa carga fiscal sobre os imóveis naturalmente tal se reflete no valor dos arrendamentos e dos imóveis transacionados em Portimão. Desengane-se quem pense o contrário. No fim, quem paga a fatura é sempre aquele que precisa de um teto para abrigar a sua família, e para tal, muito contribui a política fiscal desta Câmara que inflaciona ainda mais os já elevados valores praticados no arrendamento, nas transações imobiliárias realizadas no nosso concelho. -----

----- Não se vislumbra neste documento a apresentação de soluções efetivas para estes e para outros desafios enfrentados pelos portimonenses, gerando nesta bancada muita preocupação com os nossos concidadãos, e este é um orçamento que prevê gastar três ponto oito milhões em eventos, mas que simplesmente destina um ponto seis milhões para ajudar as famílias, conforme está plasmado nas páginas cinquenta e cinco e cinquenta e seis deste documento. -----

----- No setor da habitação, após a aprovação da estratégia local da habitação, passado alguns anos, ainda nada saiu do papel e do campo das intenções e não será ainda em 2024 que os portimonenses vão ver cumpridas essas promessas. Mas se essas promessas não são cumpridas, assiste-se a novas promessas e a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



novos engodos. Sendo disso exemplo o proposto, o aumento do período de isenção do imposto municipal sobre imóveis, do IMI de três para cinco anos. E porque é que isto é um engodo? Porque simplesmente esta isenção só se aplica a habitações que tenham um valor patrimonial inferior a cento e vinte e cinco mil euros. E eu pergunto, onde é que estão casas à venda em Portimão por esse valor? Existe alguma capaz de acolher uma família? Duvido. E até digo mais, até as casas que o município pensa construir a custos controlados estão a ser negociadas com um valor superior, algumas delas. Nem para essas vai servir esta isenção, portanto isto ou dizer nada, é a mesma coisa em termos orçamentais, mas problemas também do setor da educação, um problema que já aqui foi discutido frequentemente, da sobrelotação das escolas, dos problemas que atingem e afligem a escola pública e que estão a obrigar os pais a recorrer ao ensino privado que por sua vez também já não consegue satisfazer a procura. Meus senhores, o que este orçamento apresenta para 2024 nesta matéria, em matéria de educação e em matéria no ensino não superior, prevê gastar oitocentos e oitenta e cinco mil euros. Um valor que apenas é um e meio por cento do valor total planeado para as grandes opções do plano neste ano, mas pasme-se, ainda menos do que aquele que foi investido em 2023, é pouco, é muito pouco. -----

----- Senhor Vice-Presidente, senhores membros da Assembleia, era imperativo que este orçamento fosse mais do que um mero conjunto de números, devia acima de tudo representar um claro compromisso com o bem-estar e com a qualidade de vida dos portimonenses. Ao não representar esse compromisso, o Partido Social Democrata opõe-se ao mesmo e irá naturalmente votar contra esta proposta. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que tem uma questão a colocar, que gostava de colocar ao executivo para já que é, a uma determinada altura, página vinte e um, salvo erro, vêm aqui os projetos que são cofinanciados por fundos europeus e refere-se só ao ano de 2024. Eu gostaria de perguntar, é relativamente ao quinquénio 2024/2028, o que é que está previsto pela autarquia relativamente a projetos cofinanciados e valores cofinanciados. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só queria responder ao senhor deputado Figueiredo Santos, se calhar alguns portimonenses que eu conheço são mesmo avarentos, porque quando precisaram de um lar não o tiveram, tiveram que ir para o privado e contratar pessoas para tomar conta dos seus idosos em casa ou doentes. Quando precisaram de uma ambulância, tiveram que alugar em Lagoa. Quando precisámos de levar ao centro de saúde ou a algum, tivemos que ir ao dispensário e pagar tudo do nosso bolso. Por isso, eu acho que esses serviços são um bocado utópicos, porque quando essas famílias portimonenses precisaram realmente de um incidente que houve e pode acontecer com qualquer um de nós, saiu tudo do privado e mais, mesmo para conseguir o privado foi difícil, mesmo a pagar foi mesmo muito difícil, tanto consultas como pessoas para ir fazer o serviço em casa como o apoio domiciliário, como ir ao dispensário, como alugar ambulâncias que tiveram que vir de Lagoa e repito, e muitos deles sócios dos bombeiros, mas na altura não tinham os serviços de ambulâncias tiveram que alugar ambulâncias em Lagoa. Por isso, esses seis milhões eu acho bem que eu também já fiz



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



parte de instituições e acho que se deve apoiar, mas tem que ter conta e medidas. Um milhão e setecentos para as famílias, seis milhões para as instituições, eu acho que tem que haver uma balança. Tenho dito. ---

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, aqui ainda em relação ao documento, mais uma pequena consideração. Podemos ler o seguinte no documento, «Portimão uma cidade onde o melhor do mundo sejam as crianças e os jovens. Portimão quer que seja aqui que estas cresçam num ambiente feliz e inclusivo, preparados para abraçar os desafios do futuro». Eles podem crescer aqui, nascer é que não, tem que ser em Faro que cá costuma estar sempre fechado. -----

----- «Defende-se uma educação e aprendizagem ao longo da vida, por isso uma cidade inovadora e educativa», mas não conseguimos garantir os funcionários mínimos nas escolas para tomar conta das crianças. -----

----- «Ao nível da saúde, Portimão deverá ser uma terra que providencia a todos o acesso aos cuidados de saúde essenciais», mas só se puderem esperar nas urgências durante horas, ou então se forem pagar ao privado que esse até vai funcionando. -----

----- «Apresentam-se igualmente medidas que almejam uma terra, cidade inclusiva e solidária com todas as famílias». Se puderem pagar o custo astronómico das casas, senão vivem em garagens, ou em apartamentos, cinco ou seis famílias. O que é que neste orçamento beneficia alguma destas coisas? Ainda não consegui perceber. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos projetos cofinanciados, quando os avisos são abertos, só quando concorremos e depois de estarem aprovados é que podemos colocar aqui e por isso para 2025 e mesmo para 2024 vamos concorrer a muito mais projetos. À medida que os avisos são abertos, nós vamos concorrendo, não consigo dizer agora quais são os projetos, porque desde que consigamos concorrer com um projeto que já temos, muitos deles, aqueles projetos, por exemplo, com a escola Manuel Teixeira Gomes, ainda agora acabei por dizer espero, que tem que ter participação. A fortaleza de Santa Catarina estamos a fazer o projeto, assim que abrir um aviso vamos concorrer e, portanto, não lhe consigo dizer agora aqui todos os projetos que vão ser finalizados até ao final do ano, mas são sempre assim. Estes projetos é os que já estão em andamento, todos os outros não conseguimos. -----

----- Senhora Presidente, depois também gostava de dizer que o senhor deputado do PSD falou na ajuda às famílias. O que for necessário para ajudar as famílias, senhor deputado, sabe que este executivo sempre o tem feito. Já quando foi na altura do Covid foram precisos quase oito milhões para apoiar as famílias e as empresas e este executivo assim o fez para ajudar as famílias e as empresas e, portanto, se for necessário mais valor, ainda agora falei nos resultados transitados também. Estamos a falar aqui, vocês sabem que este orçamento que estamos a aprovar, em março virão depois os resultados transitados e, portanto, é um valor que vamos aqui acumular com este orçamento e, portanto, de resto da minha parte é tudo, senhora Presidente, nunca regatearemos para apoio às famílias. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhor Vice, eu essa resposta, enfim, eu esperava mais, esperava mais, porque em determinadas circunstâncias e em contextos iguais, se calhar dão ideia de quais são os projetos, o que é que tencionam fazer. Eu recordo-lhe que aqui nesta mesma sala o senhor Dr. José Apolinário esteve aqui a propósito da divulgação de uma série de fundos que existem e se bem me lembro até a propósito do PT2030, o Algarve dispunha de setecentos e oitenta milhões de euros para investimento. Eu olho para aqui e vejo Portimão, enfim, um concelho que necessita a todo o custo de financiamento e de projetos e depois vejo aqui dois milhões de euros comparticipados. É bom, mas sabe muito a pouco mediante os setecentos e oitenta milhões de euros disponíveis pela CCDR. Mais ainda, digo-lhe mais, segundo dados que apurei pelo Algarve, Portimão é dos concelhos que menos tem previsto este tipo de investimento, se não estou em erro. Então se olharmos para o concelho de Loulé, concelho de Faro e até Olhão, por exemplo, está muito aquém daquilo que, a não ser que nos venham surpreender para o próximo ano e no ano a seguir, porque o ano a seguir é que é. Esperemos não ter razão e eu detesto ter razão. -----

----- Depois, deixe-me dizer-lhe aqui outra coisa para terminar também a minha intervenção que é o seguinte. Ainda há um bocado ouvia aqui o senhor deputado do PAN falar, enfim, e também ouvi atentamente o discurso da senhora Presidente, vêm aí cerca de três mil e não sei quantos quartos ao nível da indústria hoteleira, hotelaria. Mais uma vez é ótimo, é bom que venham, nós não somos nada contra isso. Provavelmente há uma série de *stakeholders* e de negócios paralelos que vão desenvolver, mas eu volto a recordar aquilo que disse aqui na última Assembleia. Um estudo que até foi promovido pela própria AMAL há bem pouco tempo e em consonância com a Universidade do Algarve, o perigo dos índices de pobreza estarem intimamente ligados com o mono setor do turismo para desenvolvimento económico do Algarve. Sabemos que o Algarve é uma zona em difícil desenvolvimento há muitos anos identificada. Sabe porquê? Exatamente por este problema, e então se eu ligar a isto com outros setores, nomeadamente aquilo que depende, hotelaria, emprego, desemprego, sazonalidade, este documento que aqui está, eu não vejo nada que aborde essa preocupação. Da mesma forma que eu também não vejo nada que aborde a preocupação relativamente à estratégia local de habitação. Eu já ouvi falar em cinco mil e tal fogos sobre o plano de estratégia municipal local, depois já ouvi falar em mil e não sei quantos fogos, o último documento que tenho aqui até uma vez intervirm a propósito disto e do acordo que havia com o IRU, disseram-me que o investimento agora vem todo do PRR, mas neste documento previsional o que é que fala sobre habitação? Zero. -----

----- Depois, deixe-me dizer-vos outra coisa também que eu acho que é importante os senhores que têm responsabilidades de gestão, e eu no vosso lugar de maneira nenhuma faria as coisas desta forma que é o seguinte, e o senhor deputado José Figueiredo falou e muito bem. Tem havido muita atenção relativamente às transferências sociais, sem dúvida nenhuma, é um apoio importante às famílias e aqui o senhor deputado do PSD já falou isso, saiu exatamente esta semana um estudo do observatório das desigualdades, em que fala exatamente como o Algarve, uma das regiões, a região em maior risco de pobreza, vinte por cento da população a partir dos dezoito anos. Mais, esse risco de pobreza atinge os quarenta e um vírgula oito por



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cento se retirarmos as transferências sociais e, portanto, eu espero que os senhores continuem a ajudar quem necessita, mas que não façam só disso a utilidade para o voto e a utilidade daquilo que nós sabemos há muito tempo que é prática do Partido Socialista, tira cem a quatro, aliás, tira cem a um e divide vinte e cinco a quatro, e assim consegue de certa forma ir ano após ano, ano após ano resolvendo aquilo que são os problemas em cada ciclo eleitoral e, portanto, eu não vejo aqui também neste documento previsional abordar aqui educação, saiu um estudo esta semana do PISA, em que deita obviamente Portugal abaixo relativamente a alguns indicadores, nomeadamente de literacia. Sobre a educação, então não vale a pena falar e, portanto, há aqui uma série de competências que estão incutidas naquilo que são as transferências de competência das autarquias, a educação, a saúde, a saúde vêm as unidades locais, as ULS, enfim, há toda uma integração aqui de vários sistemas, também não vejo aqui nada a falar sobre a saúde, enfim, para nós este documento, eu acredito que os senhores estejam a fazer o melhor que podem, mas acredito que não estão a fazer aquilo que sabem. Tenho dito, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, relativamente ao apoio das famílias, senhor Vice-Presidente, só lhe tenho a dizer que devia de guardar essas palavras para as famílias que têm vindo aqui à Câmara pedir a proteção social e ajuda e que a resposta tenha sido é que não há, é que está sempre disponível para ajudar as famílias, mas quando as pessoas vêm cá bater à porta, a Câmara aquilo que tem respondido é que não há habitação social, não há habitações disponíveis, não há solução e que aguentem, mas também queria fazer outra questão, porque falou-se aqui em candidaturas a fundos comunitários, a fundos nacionais para financiamento de algumas obras, muito bem, acontece é que salvo erro e peço que me esclareça se é verdade ou não, nós tínhamos até ao final, até 31 de dezembro de 2023 para rever o PDM, senão, nós vamos ter limitações nas candidaturas aos fundos comunitários e nacionais que não sejam relativamente à área da saúde, da educação, da habitação e de apoios sociais, e ao ficarmos limitados nessas candidaturas, eu pergunto quanto é que Portimão vai perder anualmente por não poder concorrer a isso, uma vez que não foi revisto o PDM, apesar de todas as prorrogações que já houve. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, bem, eu realmente gostaria de deixar apenas aqui um ou outro apontamento a propósito da discussão que está em curso e faço-o justamente por consideração naturalmente aos argumentos que aqui são apresentados. Bem, a argumentação que aqui surge, nomeadamente no domínio da habitação, que naturalmente a todos nos sensibiliza, isso é um dado. Agora que é equívoco nós estarmos a tentar discutir a habitação no seio deste orçamento, como se efetivamente, digamos os municípios não dependessem de uma política nacional de habitação e, portanto, sem retirar responsabilidades municipais a esta matéria, acho que é uma matéria que tem que ser articulada e, portanto, e que não está no estrito domínio das câmaras. Falou-se também de educação, falou-se também do mercado de hotelaria. Ora bem, ou nós efetivamente pugnamos por ter um livre mercado e ripem, eu penso que o Partido Socialista a esse respeito procura ter um mercado regulado, e colocamos obviamente limites, enfim, limites jurídicos, bem entendido era essa iniciativa do mercado, ou



do livre mercado, ou não podemos bem em si estar a culpabilizar a Câmara, porque vai aceitar mais ou menos unidades hoteleiras. O mesmo eu diria em relação à educação ou à saúde. O que é que o município tem em termos de extensão de responsabilidade neste domínio? Se formos analisar bem esta questão da descentralização de competências, até agora ao momento apenas tem remetido para as câmaras competências residuais. Que competências é que a Câmara tem no domínio da educação? Não são residuais, não tem a ver com o pessoal auxiliar basicamente? É isto, portanto, se quisermos efetivamente aprofundar esta descentralização, ah! nós estamos inteiramente do vosso lado, estamos sinceramente convosco, vamos aprofundar esta estratagem e a partir daí, sim, naturalmente fará todo o sentido posteriormente responsabilizarmos os municípios por isso. Portanto, há aqui dimensões que fogem um pouco de facto à discussão deste orçamento, eu diria que não fugindo à discussão do orçamento propriamente dito, são excedentários, porque as políticas nacionais é que de certa maneira dão forma àquilo que são responsabilidades limitadas residuais nos municípios. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, em relação àquilo que o senhor deputado Figueiredo Santos acabou de dizer, o que nós pretendemos que a Câmara fizesse pelo menos a nível de educação e a nível de saúde, é aquilo que a Câmara fez quando o Partido Social Democrata era governo. Se as coisas estão mal no concelho quer a nível de saúde, quer a nível da educação, não ouvi uma única palavra da Câmara se queixar dessa situação na defesa dos munícipes, nem uma única palavra, mas quando o governo não era PS, a Câmara tinha esse prazer de fazer, desde como é que se chama aquilo? À volta do hospital, portanto aquele passeio que fizeram cordões humanos e não sei quê a reclamar, chamava as televisões. Agora, nem uma única palavra e é isso que nós gostaríamos de ouvir do Partido Socialista, quando as coisas estão mal e porque o governo é vosso, os senhores deviam de dizer e deviam de aconchegar digamos assim os munícipes, porque a Câmara está com eles e os senhores não têm coragem de o fazer, só porque o partido que está no governo é o vosso mais uma vez. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, em respeito pelas palavras, pela argumentação do deputado senhor Natalino Alves, importa aqui não confundir os planos, porque são contextos históricos completamente extintos. Na verdade, quando nós estamos a falar da política local encetada pelo PSD aqui na pessoa do Dr. Pedro Nunes que esteve aqui nesta Assembleia e que provocou uma retirada de serviços essenciais para a prestação da saúde, portanto serviços de saúde que foram transferidos para Faro, nós não estamos a falar de falta de recursos aqui. Nós estamos a falar de uma política de abolição de recursos locais que são desviados para Faro, que estão totalmente diferentes daquilo que se passa a nível nacional por força até da retração, enfim, das políticas que surgiram após a Troika, em que o domínio da saúde teve naturalmente o seu recuo, mas é óbvio que o que está aqui verdadeiramente em causa e é àquilo que eu me estou a cingir em termos argumentativos, é que a política de saúde local promovida, patrocinada pelo senhor Pedro Nunes, não tem rigorosamente nada a ver, é qualquer coisa de aviltante relativamente àquilo que urge ao espaço de dificuldades com que nós hoje nos confrontamos com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



recursos humanos. Portanto, estamos a falar de questões completamente diferentes e, no fundo, o que é que fazemos? Colocamos tudo no mesmo saco, as análises valem o que valem e é necessário que tenhamos em conta de facto esta ideia de um desassossego, não é? A ideia do desassossego é isto mesmo, é que analiticamente nós sejamos rigorosos naquilo que dizemos, é que comparar situações completamente distintas, que do ponto de vista empírico não têm o mínimo de aceitação, não faz muito sentido. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu pedi um minuto ao Bloco de Esquerda por, exatamente por desassossego motivado por esta intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos. Porque nove anos, praticamente nove anos depois da saída da Troika de Portugal, o senhor deputado Figueiredo Santos consegue, nove anos depois da saída da Troika e mais ou menos oito anos depois do PS estar no governo. O senhor deputado Figueiredo Santos consegue a proeza de, enfim, dizer-nos aqui ou tentar aqui convencer-nos que os problemas de saúde aqui na região do Barlavento ainda se devem ao senhor Dr. Pedro Nunes que já lá vai há mais de dez anos e, portanto, isto é de uma falta de rigor, de memória e de honestidade intelectual, que eu muito sinceramente não posso deixar passar senhor deputado Figueiredo Santos. O senhor esquece-se que o PS está no governo desde 2015, finais de 2015, é verdade, que o PS, nomeadamente teve uma Secretária de Estado da Saúde que é do Algarve e que não só no hospital central que não existe ainda, nas opções concretas para atrair médicos para a região falhou redondamente e o senhor veio-nos aqui convencer que o problema na saúde aqui no barlavento é o Dr. Pedro Nunes e foi a Troika. Isto é um atentado às nossas inteligências e, portanto, eu agradecia que o senhor quando falasse de saúde e quando tentasse aqui desculpar as responsabilidades do PS, ao menos fosse um bocadinho mais rigoroso e fosse um bocadinho mais subtil, porque a sua intervenção hoje foi realmente foi por demais evidente daquilo que o senhor quis aqui dizer. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, uma pergunta simples ao executivo, quantos quartos estão previstos, ou quantos hotéis estão previstos e quartos para os próximos anos em Portimão? Obrigado. Quartos não, camas, camas para ser mais exato, tecnicamente exato. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que o senhor deputado, o próprio respondeu. Acho que o senhor deputado é que respondeu a essa questão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu fiquei na dúvida dos três mil e qualquer coisa. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, era só por uma questão daquilo que nós ouvimos aqui do deputado Figueiredo Santos em relação à visita do Ministro a Portimão e nestas instalações onde estamos, onde eu estava presente. Foi anunciado com pompa e circunstância casas, por acaso, por cima do banco onde eu trabalhei, agora já não porque estou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reformado. Eu perguntava em que estado é que isso está? Quer dizer, mais uma promessa que os senhores prometem e que, portanto o município nada diz, não se queixa. Perguntei à senhora Presidente e ela disse numa Assembleia aqui que isso era com o ministério, mas para anunciar com pompa e circunstância e os portimonenses porque está desculpado, portanto, foi aqui nesta Câmara, para anunciar é aqui, mas para se queixar e para reivindicar aquilo que dizem e que prometem, que não é a Câmara, não estão cá, desapareceu. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu de facto não queria entrar aqui em querelas, porque efetivamente os dados históricos estão lá e obviamente que nós não podemos renegar aquilo que foram opções políticas tomadas e essas opções políticas tomadas que foram efetivamente aqui apoiadas e que tiveram a ver exatamente com a retirada de serviços deste hospital local, deste hospital de Portimão e, portanto, penso que isto é indesmentível, penso que o deputado Figueiredo Santos não está aqui a fazer demagogia. Agora, outra questão é do domínio do mercado, disse e muito bem da funda atração de médicos. Já disse senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao número de camas não temos esses dados aqui, portanto noutra Assembleia, porque não estamos preparados para isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que haverá essa resposta oportunamente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhor Vice, então deixe-me dizer-lhe outra preocupação. Para três mil e não sei quantas camas, à partida assim por alto também e o meu conhecimento nessa área é parco, mas provavelmente essas unidades hoteleiras vão precisar de cerca de dois mil colaboradores. A autarquia já pensou nisto? É uma pergunta que deixo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, o senhor Vice-Presidente não tem resposta para essa questão. Senhores deputados, não havendo resposta para essa questão, vou pôr à votação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, só para terminar a intervenção, eu só gostaria de dizer o seguinte. É que parece que estamos todos esquecidos que estamos perante uma Troika em Portimão já há alguns anos. Portanto, fala-se da outra Troika, mas Portimão tem uma Troika, aliás a Troika serve para deixar negociar uma série de coisas. Portanto, nós estamos perante uma Troika em Portimão e os senhores esquecem-se disso. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2024 a 2028, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 848/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	-----	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



						(PCP/ PEV)			
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	0	0	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----**Foram aprovadas, por maioria,** as Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2024 a 2028, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 848/23.** -----

-----**No seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Se a descentralização tem trazido mais dúvidas e discussões sobre as competências descentralizadas e correspondente consequência na melhoria da resposta aos cidadãos e gestão do valor público. É certo que as novas atribuições acarretam um aumento da despesa, assim como de condições financeiras para que se possa garantir o desempenho das novas competências, diria que estamos perante um federalismo financeiro. -----A questão que se observa, é para além da transferência de competências para a administração local, a mesma não tem decorrido da melhor forma, o princípio de financiamento subjacente não tem sido com as verbas necessárias para que a implementação da descentralização seja concreta, real e justa. Na prática, não existe uma coordenação entre o processo e os meios necessários para o implementar, independentemente do que consta na carta europeia de autonomia local sobre a paridade que deve existir entre as atribuições definidas e o respetivo financiamento. -----

----- Contudo, por muito que se faça, os factos e a realidade, mostram que a autarquia de Portimão só conseguirá a real emancipação, quando tiver ao seu alcance os meios financeiros para poderem desenvolver o verdadeiro serviço público municipal. Nesse sentido, esse objetivo só poderá acontecer quando os recursos financeiros forem estáveis, com maior amplitude temporal e que não estejam dependentes por um lado da administração central, do hábito dos fundos europeus e por outro de definições políticas e engenharias financeiras e geoestratégicas, tendo com base a conquista e perpetuação do poder municipal. Consequentemente e adicionalmente, a autarquia não apresenta um plano concreto capaz de gerar valor e evoluir para uma independência financeira! -----

----- Adicionalmente, o tema da "Troika" de Portimão continua na ordem do dia e a dívida ao FAM. -----

----- Como sabemos, lamentavelmente teve de existir um conjunto de técnicos externos do Fundo de Ajustamento Municipal (FAM) para definir um caminho de contas certas e ensinar aos políticos locais como se pode salvar um município da "falência". Infelizmente o fundo de apoio municipal tem de se supervisionar o empréstimo cedido por vários anos assim como validar todos os orçamentos apresentados anualmente fazendo sempre sérias recomendações. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A "PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2024-2028" continua "estrategicamente" condicionada pelas restrições técnicas do acordo celebrado com o Fundo de Ajustamento Municipal (FAM). Mas sabemos que pagar mais dívida e antecipar o calvário é inequivocamente uma decisão política e não apenas técnica como o executivo quer permanentemente fazer querer. Contudo, se politicamente e ideologicamente houvesse vontade já teriam liberto o concelho do "garrote" que os próprios provocaram e que tanto lamentam se queixam! -----

----- O Município de Portimão é dos que mais endividado continua. O peso dos empréstimos sobre as disponibilidades financeiras é elevado, fruto de políticas de endividamento em serviços e bens não produtivos anteriores ao ano 2013 e que continuam a ter peso sobre o presente e futuros orçamentos (pelo menos até anos eleitorais)! -----

----- Assistimos à transição de obras e/ou derrapagens temporais das mesmas, do orçamento de 2023 para 2024 e por sua vez para 2025, promovendo o subdesenvolvimento das funções públicas do poder local.

----- Deverá o Município rever os preços base das obras de empreitada através da seriedade e do compromisso dos prestadores de serviços, promover a consulta ao mercado em vez dos ajustes diretos utilizados em tantas situações, e cumprimentos dos prazos de execução de obras, por forma a minimizar os custos associados à crise estrutural da economia regional. -----

----- Falta na presente gestão do Partido Socialista uma estratégia municipal integrada e de ligação das ações do município com outros setores. A falta de estratégia sectoriais deve-se há falta de planeamento. Não existe uma estratégia ao nível do comércio tradicional local para Portimão, Continua a imperar a política de licenciamento sem a conjugação entre a micro e macroeconomia. Como expoente temos a demonização sobre o alojamento local como culpado da crise da habitação, mas de repente em Portimão vão surgir hotéis como cogumelos! -----

----- Infelizmente a agonia que o município vive hoje é o resultado duma irresponsabilidade praticada durante muitos anos por parte de muitos autarcas do Partido Socialista acompanhados de irresponsabilidade do governo da República; cuja falta de controlo, critério e fiscalização, permitiu a gestão da autarquia com acumular de dívida sem que esta fosse aproveitada/incluída numa estratégia autárquica de investimento, que quando existia era normalmente sustentada na criação de dívida à banca.-----

----- Na atualidade pagamos todos pelos erros, irresponsabilidade, incúria e imoralidade de quem foi detentor desses cargos públicos principalmente nas últimas duas décadas em Portimão. -----

----- Muitas das necessidades individuais e coletivas estão comprometidas no presente e para o futuro exatamente porque muitos autarcas que aqui passaram provocaram a limitação das leis atuais que tanto apoiaram outrora e se queixam atualmente. -----

----- Esta condição ainda acaba por incrementar mais diferenças entre os municípios e entre as próprias regiões, curioso é o facto de passados tantos anos a diferença face à média europeia nunca diminuiu após tanto investimento requerido e disponibilizado pela EU.-----

----- No contexto atual e com os limites que a LCPA (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso) e FFL



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(lei das finanças Locais) obriga que todos sejamos afetados, nomeadamente com os impostos locais diretos, o que leva a mais aumento das assimetrias locais e regionais.-----

----- A lei das finanças locais (Lei.73/2013), obrigou a uma alteração de paradigma, entre muitas à alteração na forma de orçamentar acabando com a possibilidade de “truques” muitas vezes “irreais” alinhados por exemplo em “alienação” de património que nunca se executavam. Apesar de muitas considerações incoerente que lhes possamos apontar, a legislação tem de ser cumprida obrigando a orçamentos “mais realistas no que se refere à sua estruturação e execução, no entanto pouco refletores na maioria dos casos das necessidades das populações, sendo este documento previsional um exemplo disso! -----

----- Neste particular, o orçamento da despesa para 2023 prevê-se que termine nos 50%, sendo que a despesa de capital, a que significa “obra” seja ainda mais baixo e que ronde os 30%, ou seja, prevê-se investimento, mas não se realiza por todas as razões e mais algumas. Contudo, previsivelmente no ano de eleições tudo ficará resolvido quanto às dificuldades apresentadas e quanto às lamentáveis explicações do executivo! -----

----- Outra das incongruências do documento é que desde a prestação de contas trimestral (informação da Presidente) até ao documento em apreço nunca é feita uma análise microeconómica do concelho, remetendo para textos que são uma cópia do apresentado em OE, consubstanciando as decisões do executivo apenas em análises macroeconómicas! -----

----- Também por estes factos torna-se necessário colmatar e prevenir que os erros do passado não se repitam, é fundamental regras e transparência na capacidade de investimento e endividamento, mais que tudo é fator critico o exemplo de “bom pagador” na assunção de dividas, e que as mesmas sejam realizadas em função das pessoas e do desenvolvimento local e regional, tal como acontece com milhares de famílias, que necessitam de recorrer a empréstimos para adquirir habitação, assumindo e liquidando as suas responsabilidades, urge um Estado e um poder local responsável para com as suas obrigações.-----

----- Sabemos que a autonomia financeira, resulta da habilidade e competência que cada município tem de gerar receitas para fazer face aos investimentos e as despesas próprias. Neste caso há a considerar favoravelmente que um Município com autonomia financeira é aquele cujas receitas próprias significam 50.1% do total. O que não é o caso aqui em apreciação. Este dado além de ser significativo no contexto das autarquias portuguesas e europeias, demonstra a capacidade que as mesmas têm de se sustentar, sem ter de recorrer ao endividamento, ou de transferências do Estado. Contudo, os municípios sob alçada do FAM como é o caso do nosso município, estão muito mais condicionadas para fazer face ao conjunto de despesas correntes e de investimento próprio da gestão diária do poder local, questão esta que é de real importância porque coloca os cidadãos locais em patamares diferentes, quer de desigualdade quer de sobrecarga de impostos, permitindo também um sistema com externalidades. -----

----- Neste caso particular a narrativa imoral do executivo do Partido Socialista tem sido de desculpabilização pelo facto da “Troika” Portimonense tecnicamente não permitir baixar os impostos locais como são o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) até o mínimo permitido municipalmente, a anulação do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e devolução de 5% da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão.-----

----- Seria razoável aceitar a justificação, porém os factos dizem que os munícipes de Portimão são dos que a nível nacional mais têm pago de juros de dívida local. Só por si o sentimento de culpa poderia e deveria ser decisivo para definir uma estratégia para antecipar o pagamento do excedente da dívida e principalmente um rumo para o abatimento que custa só em juros mais de 1 milhão de euros por ano! -----

----- Desta forma, o que temos assistido nos últimos meses é que depois da muita insistência do partido Chega em Portimão para se tornarem “obsessivos” nessa caminhada, finalmente o executivo faz uma promoção e apregoa o pagamento antecipado do excedente, mas nada diz e não sabe o que fazer com os mais de 84 milhões de dívida que assombram a autarquia mesmo após o pagamento do excedente! -----

----- Todavia, o executivo apregoa louvando, que finalmente a suposta liberdade que a “Troika” de Portimão poderá ceder no presente com o pagamento apenas do excedente e que agora é que será a libertação para a ação no futuro, mas...como está descrito no relatório do próprio FAM, existem avisos sérios sobre os documentos previsionais de 2024-2028, mas sobretudo para 2024. -----

----- Adicionalmente, o Partido Chega está seriamente preocupado com o aumento da despesa local prevista para os próximos anos, nomeadamente a assunção de mais despesa corrente que poderá redundar em mais aumento de impostos. -----

----- O Partido CHEGA alerta para o receio de num futuro próximo poder existir um novo cenário de endividamento excessivo a partir de 2025. Os documentos apontam para uma previsão de um aumento da despesa de 2023 para 2024 em 50%. -----

----- O documento previsional em análise para os próximos 5 anos anunciam um aumento da despesa insustentável para o nível de endividamento do município e para o tipo de receitas que o Município de Portimão tem. A Despesa prevista para 2023: 86 milhões, 2024: 130 milhões, 2025: 116 Milhões, 2026: 104 milhões, 2027: 106 milhões de euros), o que provavelmente fará com que a “Troika” continue a pedir à autarquia que se responsabilize pelo aumento da despesa dando como garantia receitas através dos impostos e taxas locais, sendo que a tendência é que o peso da despesa corrente (despesa fixa) aumente para os próximos anos!-----

----- Sabe-se que o cumprimento do orçamento na ótica da despesa para o ano de 2023 vai terminar com cerca de 50% do cumprimento da despesa total, mais preocupante é o cumprimento da despesa de capital face ao orçamentado corresponde apenas a 30%. Com a agravante da despesa de capital significar “obra”, acabando previsivelmente mais um ano em Portimão com cerca 70% do orçamentado de “obra” por cumprir! -----

----- Factos que são contraditórios face ao excedente orçamental provado com um saldo transitado em 2022 perto dos 30 milhões e este ano (2023) de 50 milhões de euros de “liquidez”. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O que inequivocamente não deixa margem para a dúvida de que o pagamento antecipado da dívida não é por mera questão técnica do FAM porque existe verba para colocar a autarquia em contas certas e deixar de sobrecarregar todos os particulares e empresas locais, mas por uma opção política em querer levar todo este processo estrategicamente para 2025 (porque será?). -----

----- Relembramos que a limitação no presente e no futuro foi condicionada por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção de poder foi o principal objetivo, os autarcas do Partido Socialista realizam na nossa visão orçamentos desequilibrados e desajustados da realidade, baseados em investimentos nos quais não tinham e continuam a não ter a capacidade de os fazer ou até que os próprios investimentos resultem em obra efetivamente de interesse para as populações. -----

----- Portimão é um dos Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos. -----

----- Se nos situarmos nos censos 2021, é dos Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e uma simulação desse custo indica-nos que cada habitante de Portimão pagou só em juros 779,7€, o que perfaz desde 2010 até 2020 mais de 46,5 milhões de euros pagos em juros. É dos Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores.

----- Este Documento previsional não serve os Portimonenses, não serve quer os cidadãos quer as famílias e as empresas! Tem sido um passado de zero em obras estruturantes para a cidade e município, arrastando apenas alguma parca atividade para períodos de anos eleitorais. -----

----- Da discussão em sede de Assembleia Municipal não se vislumbra que os documento previsionais melhorem a educação e cultura da autarquia, a economia e o turismo são esquecidos, o setor da saúde continua com graves problemas que ao nível dos cuidados de saúde primário e hospitalar desde os recursos humanos até aos meios materiais, as forças de segurança cada vez mais as incapazes para dar respostas, as freguesias continuam com os seus parcos orçamentos sendo o parente pobre do poder local, quando deveria ser aí o começo do verdadeiro Estado-nação, são trocas e mais trocas das atribuições e competências entre freguesias ao sabor do presidencialismo político e de "contratos interadministrativos". O sector do Turismo, necessita de um Plano Municipal, como instrumento vital para o desenvolvimento local e uma política orientadora da ação do sector público e privado. -----

----- Depois de "demonizado" o alojamento local e de toda a propagando do governo como se o setor fosse o rei de todos os males principalmente para a habitação local, questionamos o executivo sobre se estava preocupado e que garantias ou como resolveriam as empresas privadas que vão construir 15 empreendimentos turísticos os problemas da habitação para tanto funcionário que vão necessitar e da falta de recursos humanos também qualificados para a implementação de mais de 6000 camas turísticas no concelho a partir de 2024, e a resposta foi "zero"! -----

----- O Executivo do Partido Socialista anuncia medidas, mas sem antecipar e estar verdadeiramente preocupado em resolver problemas como a questão levantada em assembleia municipal que são necessários previsivelmente mais de 2000 mil funcionários para os 15 empreendimentos e que correspondem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alegradamente 6000 camas anunciadas para os próximos anos, a resposta foi “zero” por parte do Partido Socialista perante tamanha pressão económica e social que previsivelmente causará! -----

----- O sector do Turismo, necessita de um Plano Municipal, como instrumento vital para o desenvolvimento local e uma política orientadora da ação em conjunto do sector público e privado. -----

----- Complementarmente, o abandono da política de desenvolvimento do comercio tradicional, do projeto RUA DAS LOJAS, inserido na estratégia da A.R.U. - Centro Histórico, está por implementar. As zonas verdes continuam degradadas, reconhecendo o executivo a deficiente prestação de serviço, mas que nada faz para alterar! -----

----- Não há um plano para o sector da economia azul, e as zonas ribeirinhas necessitam de estratégia económico-social de desenvolvimento local e regional. -----

----- Mesmo com esta deliberação a prever o futuro do concelho para o quinquénio 2024-2028, lamentavelmente não se conhece o impacto do PDM - Plano Diretor Municipal de Portimão em elaboração sobre o ordenamento e planificação e necessidades de investimento para o futuro, continuando mês após mês fechado a sete chaves e que o executivo não responde às perguntas sobre um documento tão importante e estruturante para o desenvolvimento económico, social, ambiental e ecologicamente sustentável para o concelho! -----

----- Assistimos a outro dos expoentes máximos da gestão autárquica e a degradação a que se deixou chegar um equipamento nobre da cidade que é o Auditório Municipal, anunciando-se agora no dia da cidade um investimento de mais de 2 milhões de euros para a sua reabilitação! -----

----- Sobre o investimento e futuro do ensino académico e o campus universitário em Portimão continua tudo igual, assim como a dependência do grande parque urbano sobre um dos grandes elementos do património da cidade, o PU do Barranco do Rodrigo estranhamente não há interessados após a hasta pública! -----

----- Teima-se em passar ao lado da crise habitacional sem olhar às necessidades da classe média (vencimentos entre 800€ e 1400€) mas permitindo urbanizar para níveis muito superiores e para empreendimentos hoteleiros. -----

----- Mais incrédulo ficou o Partido Chega que mal se vislumbra o pagamento antecipando apenas do excedente da dívida e já se anunciou o sonho da cidade olímpica para Portimão durante as comemorações do dia da cidade por parte da Sr.^a Presidente da Câmara, ficamos sem perceber qual o impacto nos próximos orçamentos. Sabemos porém, que Portimão não tem histórico na tradição de que “o homem sonha a obra nasce” mas “o homem sonha e a dívida acontece”. -----

----- O presente orçamento não dá resposta às necessidades mínimas dos cidadãos. O município de Portimão continua atrasado ao nível da manutenção dos espaços públicos, de políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental e de uma nova abordagem para o sector educacional e formativo. -----

A autarquia de Portimão continua numa encruzilhada sem fim à vista, com a agravante do documento em apreciação para o período de 2024-2028 continuar a não dar resposta realmente efetiva e de ter uma estratégia para responder às consequentes emergências sociais e económicas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Várias têm sido as propostas e moções apresentadas em sede de Assembleia e Vereação e nunca foram acolhidas pelo executivo do partido socialista. -----

-Depois da discussão em sede de Assembleia Municipal não ter sido nada explicativa e elucidativa referente a um plano de vital importância para o concelho, com a agravante da ausência da Senhora Presidente do executivo, mas também pelos motivos apresentados o Partido Chega vota contra a deliberação.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-b)** Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 849/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, relativamente à documentação que foi distribuída sobre este ponto, fala-se aqui em noventa e seis postos de trabalho em fase concursal atualmente. Queria que o executivo esclarecesse em que fase se encontram estes concursos. -----

-----Já agora senhora Presidente, como não há mais inscrições, queria também que o executivo esclarecesse, prevê-se aqui a contratação e a abertura de seis postos de trabalho na área da saúde. Seis são os postos de trabalho que transitaram mercê da lei da transferência de competências. A minha pergunta era, se os postos de trabalho na área de saúde que pretendem abrir serão suficientes para assegurar as necessidades, uma vez que é o executivo que tem que assegurar os postos de trabalho na fase, ou melhor, no setor administrativo do centro de saúde e como se vê de facto que há uma enorme falta de pessoal, se os postos de trabalho que prevê abrir, serão suficientes e se cogita eventualmente continuar o atendimento como está em abrir mais postos de trabalho eventualmente durante o próximo ano.-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu não vi neste mapa uma taxa referente ao absentismo laboral. Não sei se me falhou, mas penso que não está e gostava de saber qual é o dado que têm neste momento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos concursos que estão a decorrer, sei que os concursos para as escolas estão neste momento na fase das entrevistas. -----

----- Quanto a todos os outros, não lhe sei dizer agora o ponto de situação, mas podemos fazer chegar concurso a concurso qual é que é a fase que está a transitar. -----

----- Quanto à saúde, passaria então aqui à minha colega vereadora Teresa Mendes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente à saúde, no mapa que está de recrutamento não estão seis postos a recrutar, porque eles... pronto, seis transitados, portanto eles não estão, ou seja, nós vamos recrutando, tendo em conta o mapa, as autorizações que temos para recrutar, sendo que estamos a recorrer principalmente no pessoal operacional e segurança a empresas externas. Os administrativos neste momento são os suficientes, pelo menos não temos nota por parte da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



saúde, não temos por parte da diretora dos centros de saúde, não temos nota que necessitem de mais, é à semelhança, nas escolas existe um rácio e é com isso que depois é atualizada a verba transitada. Na saúde esse rácio é inexistente, tem que ser tendo em conta o relatório que é feito em sede de comissão que é feito com o relatório, ao final do ano temos sempre um relatório. Portanto, não temos nota da necessidade de administrativos. Operacionais e segurança sim, essa tem vindo a crescer o número de horas que temos recrutado, que temos contratado. Agora, dos administrativos não. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, aqui da leitura do documento que nos foi enviado, constata-se que ele foi elaborado com base nos contributos das várias unidades orgânicas do município e, portanto, enfim, partimos do princípio que reflete necessariamente as necessidades do ponto de vista de recursos humanos que foram aqui identificadas por cada uma destas unidades. Sucede que em termos de arrumação aqui por área funcional e categoria dos trabalhadores, verifica-se que temos aqui dos lugares a prever para o ano 2024, temos aqui quarenta e sete vírgula dois por cento de trabalhadores na carreira de assistente operacional, vinte e cinco vírgula cinco na de assistente técnico e vinte vírgula cinco na de técnico superior. E depois há aqui categorias que têm valores mais residuais. Fiscal, dois vírgula nove e outros com três vírgula oito por cento. E a questão aqui que eu queria colocar, tendo em conta aqui esta divisão, digamos assim por categorias, é se de entre as funções, ou melhor, de entre as atribuições que o município tem hoje, se efetivamente esta distribuição por categoria reflete aquilo que é necessário para conseguir essas competências, porque sabemos todos e isso é um dado quase empírico, que há uma grande dificuldade em recrutar operacionais, nomeadamente pessoal que executa tarefas como calceteiros, pedreiros, enfim, jardineiros, etc. porque hoje em dia há uma grande dificuldade em, digamos em «seduzir» estes trabalhadores para virem para a função pública, porque no privado felizmente têm condições e têm oportunidades de trabalho que se calhar são muito mais vantajosas do que aquelas condições que vêm a encontrar no público. Acontece que tendo em conta, nomeadamente a transferência de competências, por exemplo, embora saibamos a necessidade que há, tanto na área da educação, como na área de saúde de mais recursos humanos, parece-nos, mas isto é uma opinião e, portanto, formulava essa questão também, parece-nos que vinte vírgula cinco por cento para a categoria de técnico superior, parece-nos que será pouco, a não ser que me digam que nessa categoria o município já tem aqui quadros suficientes. Portanto, deixava essa questão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, nós temos falado várias vezes, ainda na última Assembleia Municipal abordámos o tema da educação e da falta de recursos humanos nas escolas e tem-nos sido sempre respondido que está o concurso a decorrer, mas que os rácios estão a ser cumpridos nas escolas ao contrário do que tem sido a nossa perceção e das queixas que temos ouvido no terreno. Hoje vemos aqui neste mapa o recrutamento previsto de setenta e duas pessoas para as escolas. Muito bem, vemos este recrutamento com agrado. Agora, a questão é esta.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os rácios afinal estavam a ser cumpridos ou vão passar a ser cumpridos depois deste recrutamento ao contrário daquilo que tem o executivo afirmado até então. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao relatório da taxa de absentismo, este documento é sempre apresentado em março. Em março vem sempre na informação e no relatório da taxa de absentismo, portanto depois virá em março. ----- Quanto ao número de postos de trabalho, isto foi pedido a todos os serviços e todos os diretores. Da parte do executivo foram aprovados todos, todos os pedidos que tivemos e todas as necessidades que o município tem que foram dadas pelos nossos diretores e, portanto, quanto a isso, senhor deputado, a preocupação também é nossa, porque sabemos que se calhar há muitas vagas destas que vamos abrir concurso e não vamos conseguir contratar ninguém, ainda agora falou a nível de jardinagem, canalizadores, pedreiros são sempre áreas muito complicadas, temos uma carpintaria e não conseguimos ter um carpinteiro e, portanto, todos nestas, mas tudo, tudo o que tínhamos e tudo o que foi solicitado pelos nossos diretores estão metidos neste documento. É tudo, senhora Presidente. Já agora, podia passar a palavra à minha colega Teresa Mendes? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente aos rácios, os rácios são cumpridos. Como eu já tinha referido noutras reuniões, quando existem CEI, temos colocado CEI no lugar de pessoas quando não temos quadro aberto. O ano passado tínhamos duas vagas, entretanto houve atualização de rácios, portanto as pessoas que foram colocadas nas escolas foram CEI para compensar estes, são vinte e seis mais seis, portanto, porque diretamente para a sala de aula que deve ser o que me está a dizer, são vinte e seis e seis, são trinta e duas pessoas. Todas as outras, catorze são cozinheiros, pronto os outros são cozinheiros, mas está tudo a ser, todas as vagas estão completadas com CEI. Nós temos contratados, temos um contrato-programa com sessenta e cinco CEI, sendo que neste momento estão colocados cinquenta e cinco, os outros dez são folgas para alguma falta que possa vir a fazer falta, mas as autorizações foram para sessenta e cinco CEI, para o universo de todas as escolas que é enorme, são quatrocentos, quase quinhentos funcionários. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, relativamente aqui às técnicas ou assistentes sociais que têm responsabilidade de, enfim, de analisar, de receber e analisar as sinalizações de crianças e jovens em eventual situação de perigo, parece-me que segundo os dados que li aqui isto estão na responsabilidade de duas assistentes sociais e, portanto, abriram concurso para mais uma, certo? E a questão aqui que se coloca é, estas técnicas têm à sua responsabilidade neste momento quantos processos deste tipo de crianças em risco? Tenho dito, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que cada agrupamento escolar tem uma técnica de serviço social. Estas equipas não são responsáveis por sinalizar crianças em risco. Cada diretor de turma, de cada turma é responsável por sinalização de uma criança em risco que depois irá para a CPCJ. Existem duas equipas completamente diferentes, existe as equipas escolares que são as equipas de apoio ao aluno e à família e existem depois a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



equipa da CPCJ. As escolas referenciam, podem referenciar, aliás, qualquer pessoa pode referenciar, qualquer um de nós pode fazer uma sinalização de uma criança para ser depois visitada e analisada a família pela CPCJ. No entanto, todas as escolas além do psicólogo têm um assistente social, exceto a Bemposta que tem, porque o agrupamento é muito disperso e tem mais do que um, tem um e depois tem um itinerante que vai a dois agrupamentos escolares maiores, Bemposta e outro agrupamento. Por isso, estas técnicas não são responsáveis por todas as sinalizações, cada diretor de turma pode fazer a sinalização direta, que depois vai através da direção da escola para as CPCJ e são analisadas depois em equipa. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que tem aqui só uma outra dúvida. Foram falados sessenta e dois ou sessenta e cinco CEI que estão contratados neste momento nas escolas, mas alguns têm caducado os seus contratos. Correto? Essas pessoas têm sido substituídas? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que a senhora vereadora já respondeu um bocado à sua questão, que é aqui dos CEI que já têm sessenta e cinco, não é? Isto, no fim de contas este mapa ao chegar aqui já está desatualizado, se vão ter que contratar mais sessenta e cinco pessoas para ficarem nos quadros, para retirarem esses CEI, este mapa para nós já está desatualizado e não só. Falámos também das AECS, se o executivo ou a Câmara contratasse realmente pessoas para fazer as AECS e não tivesse uma empreitada privada para o fazer e outra situação que nós também vimos aqui, agora não sei é aonde, sei que vi aqui nove cargos de chefias que eram interinos. Para quando é que esses cargos abrem concurso para as pessoas definitivamente. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente a três das questões colocadas, quanto à substituição dos CEI, sim, os CEI quando existe um contrato que a pessoa, não é caducado, porque normalmente eles funcionam por ano letivo, tirando um ou outro que poderá estar em vigor até setembro, outubro, todos os outros depois funcionam por ano letivo. Sim, mas normalmente os nossos costumam estar, quando vêm são pessoas que conseguem completar todo o ano letivo. De qualquer maneira, quando caduca depois é substituído por outro. Agora, estamos numa boa fase ou época, contratar CEI porque a partir de novembro a bolsa que vem é muito grande de pessoas que trabalharam durante o verão em unidades hoteleiras ou outros que já trabalharam noutros anos nos invernos nas escolas e que querem voltar às escolas. Muitas delas concorreram ao concurso que está neste momento em fase de, terminaram a fase de prova escrita, depois vão passar a entrevista e à prova psicológica e muitas delas depois até querem vir trabalhar para as escolas. -----

----- Relativamente à questão dos sessenta e cinco CEI. Nós quando fazemos, planeámos o ano letivo, tendo em conta as alterações regulamentares que existem e fizemos os rácios, normalmente costuma dizer por rácio e as baixas prolongadas. Portanto, as baixas prolongadas também se somam a esses porque esses não podemos contratar, portanto não podem vir aqui como vaga para concurso, porque as baixas prolongadas têm sempre que ser substituídas por CEI. Portanto, o mapa não está desatualizado, está atualizado, a não ser que exista uma nova alteração à lei dos rácios, aí fica desatualizado novamente, porque o número de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



assistentes operacionais por criança depende do intervalo, os intervalos têm vindo a mudar e a aumentar o número de pessoas nas escolas e bem, porque todos concordámos que o número de funcionários nunca é suficiente, porque as necessidades das crianças têm-se vindo a alterar e bem também e por isso é necessário termos mais pessoas nas escolas e a lei tem que ser repensada e está em revisão novamente. Portanto, é natural que venha a alterar. -----

----- Relativamente às AECS, as AECS podem ser promovidas pelas autarquias como já houve em tempos, no primeiro ano foi pelas autarquias, ou pelas associações de pais. Nós entendemos que deve haver uma relação estreita entre a educação, a educação é feita por um, vamos dizer um preâmbulo. Temos a escola, temos os pais, temos os alunos e temos os professores também, mas na escola onde são também os professores e é importante envolver os pais. Nós acreditámos nisso e por isso achámos que os pais devem ver quais as melhores atividades para aquela comunidade educativa, tanto que na nossa cidade nem todas as escolas têm as mesmas atividades nas AECS, porque alguns querem introduzir outras atividades porque acham que é importante para aquela escola, para aquela comunidade e nós aceitámos isso como bom, somos parceiros e sempre funcionámos assim e achámos que assim até funciona bem. Claro que depois as pessoas acabam por não ter um vínculo, mas até são professores muitos dos professores, essencialmente professores acabam por ter de lecionar numa escola e depois pedir uma acumulação de horário e ter ali três horas ou seis horas quando conseguem ter seis horas e têm funcionado, raramente existem faltas, as empresas parceiras têm funcionado bastante bem e acreditamos neste modelo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, já foi aqui referido, isto é um mapa de pessoal, ou esta deliberação aborda um mapa de pessoal e que o ideal era ter mais duzentas e trinta e nove pessoas, se não estou em erro, resultado obviamente da resposta dos diversos departamentos, ou dos responsáveis dos diversos departamentos e das necessidades, este número também não é novo aqui, mais ou menos noutras circunstâncias parecidas ou iguais já referenciámos, mas o problema continua a ser o mesmo, é como resolver este problema, como é que vamos resolver o problema, como é que vamos ultrapassar esta necessidade ano após ano, enfim, e o problema continua o mesmo e os senhores continuam de mãos atadas e não se consegue resolver este problema e, portanto, faltam pessoas em todo o lado. Faltam pessoas na saúde, faltam pessoas na educação, faltam pessoas na justiça, faltam pessoas nos serviços da emigração, tempos de espera, processos à espera, os reformados nomeadamente, faltam polícias nas ruas, até um reboque em Portimão falta há não sei quanto tempo, faltam pessoas na segurança social, é assim, as respostas levam n tempo, faltam pessoas nos cuidados continuados, faltam pessoas nas escolas, faltam assistentes sociais para cuidar de crianças e jovens, enfim, e depois, mas no fundo depois olhamos para os orçamentos e vimos que vinte e um milhões de despesas com pessoal para vinte e dois milhões em 2025, para vinte e três milhões em 2026, para vinte e quatro milhões em 2027 e para o record de quase trinta milhões em 2028 e, portanto, como é que os senhores vão resolver o problema? Eu até me custa a pergunta, porque sei qual é a resposta, e a resposta vem mais uma vez o tal síndrome da Gabriela, eu sou assim, eu nasci assim, hei-de ser assim porque não vou conseguir resolver o problema,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porque foi sempre mais ou menos assim, e o que é certo é que estas coisas continuam cada vez mais orçamentadas e não há maneira de resolver o problema, e é por isso que depois eu olho para isto e digo assim, estes orçamentos são esotéricos, não é, porque está-se a prever o quê, vinte e nove milhões, trinta milhões de despesas com pessoal em 2028, para não tecer aqui outras considerações sobre isto na rubrica. A questão é esta, como é que os senhores pretendem resolver este problema da falta de pessoas no concelho. Como, como? É a palavra-chave. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu peço desculpa de voltar aqui ao tema dos CEI. Disse a senhora vereadora que agora estamos numa fase muito boa para contratar CEI, uma vez que a indústria hoteleira, os hotéis fecharam, e como tal, há muita mão-de-obra disponível para ser contratada e a fazer o contrato de inserção. E eu pergunto e a partir de março, abril, quando os hotéis voltarem a começar a contratar o que é que vai acontecer? Vamos ficar outra vez sem funcionários nas escolas? Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, provavelmente depois da resposta do executivo poderei ter mais alguma questão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que sim. Realmente nas escolas e desde que existe esta possibilidade de contratar, contratar, quer dizer, de prestar o serviço através de CEI, em tempos já foi através dos POC, temos este ciclo que tendo em conta que o turismo, a época alta, ou média alta cada vez é maior e ainda bem também, a verdade é que como não se consegue prever as alterações que existem em termos de legislação, o número de reformados, esse conseguimos prever as listas, não sabemos nunca com quantas pessoas vão concorrer, nós nos últimos anos, acho que temos aberto todos os anos um concurso de assistentes operacionais para colmatar as deficiências, espero vir a estabilizar este algum dia. Portanto, acabámos por ter este ciclo, que é, o mês de setembro, outubro e meados de novembro, agora até meados de novembro difícil ter a prestação de CEI e depois voltámos a ter o mesmo problema em maio e até meio de junho. Este ano espero conseguir ter este concurso terminado antes de entrar nessa fase em maio, ou seja, até final de abril, ter as pessoas contratadas para já irem ocupar estas vagas dos CEI que se vão embora. Espero que assim aconteça, senão vamos ter novamente, infelizmente vamos ter uma crise, ou vamos começar a ter uma crise durante o mês de maio, porque as pessoas não se vão todas embora ao mesmo tempo. De qualquer maneira, as escolas funcionam até 15, ou até 30 de junho, depende dos ciclos de ensino e isso é um problema, sem dúvida. Espero que este ano se consiga e ficar com uma bolsa de recrutamento durante dezoito meses grande, o que não tem vindo a acontecer, as bolsas são pequenas e esgotam num instante, temos que abrir novo concurso e depois é até o concurso ficar pronto leva um bocadinho de tempo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é só para dizer que nós também esperamos que de facto os problemas comecem a ser solucionados, porque é assim, nós olhamos para os municípios à volta em que lançaram o concurso para assistentes mais ou menos na mesma data em que Portimão e que em setembro, outubro, já tinham as pessoas a trabalhar nas escolas.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Nós aqui vamos tentar para abril. Esperemos que isso seja uma verdade e depois dizer outra coisa. Nós em crise nas escolas, e a falta de funcionários nas escolas já hoje se sente. Portanto, quanto muito vai é ficar ainda mais agravado se nós não resolvermos esse problema até abril, maio, senhora vereadora. Portanto, esperamos que o executivo seja capaz de levar a bom porto esse concurso o mais rapidamente possível para que não sejam as nossas crianças, os filhos dos portimonenses a pagar essa fatura que têm vindo a pagar ao longo dos últimos tempos. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que continua à espera de algumas respostas, nomeadamente é como é que o executivo ???-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, continuo à espera de algumas respostas, nomeadamente como é que o executivo pretende resolver este problema. Os senhores já identificaram, mas os senhores foram eleitos para identificar problemas e para resolver os problemas, não é para chegar aqui e dizer assim, «já identificámos isto, já identificámos isto, já identificámos isto», e depois como é que vão resolver este problema? Existem hoje mais funcionários em Portimão, mais funcionários públicos em Portimão que é uma década, mas aquilo que se vê, é que se calhar os serviços demoram mais tempo e prestam serviços piores. A questão é exatamente como é que vão resolver a falta destas pessoas. Respondam, têm que ter uma estratégia, o executivo tem que ter uma estratégia, tem que responder aos portimonenses como é que vão resolver este problema. Não é ao Partido Chega, não é às bancadas que aqui estão, é a todos, têm que explicar, têm que dizer, têm que ter uma ideia, não é este vazio. Depois, outra questão que me coloco aqui. Existe uma série de pessoas sem médico de família em Portimão. Eu vejo nalguns concelhos as próprias autarquias a contratarem médicos e a poderem fazer Depois, outra questão que me coloco aqui, existe uma série de pessoas sem médico de família em Portimão, eu vejo alguns concelhos, as próprias autarquias a contratarem médicos e a poderem fazer contratos diretos, é uma forma de contratação. Estou a dizer alguma asneira, estou a dizer asneira? Concelhos a contratarem médicos, que eu saiba há vários, há vários e, portanto, em Portimão há uma série de pessoas sem médico de família, em Portimão há uma série de pessoas sem médico de família. Portanto, como é que a autarquia, até porque houve descentralização de competências na área da saúde, do edificado, do pessoal técnico, dos auxiliares, ok, tudo bem a parte médica, recursos humanos, enfermeiras, médicos, não é da responsabilidade, mas eu vejo algumas autarquias a contratar e a darem incentivos e a darem incentivos e não é só no Algarve, é por todo o país e eu conheço bem essa realidade e, portanto, não percebo porque é que a autarquia também não tenta ultrapassar este problema, o que é que é pessoas irem todos os dias para ali às seis e sete da manhã como há vinte, trinta anos acontecia e, portanto, o executivo tem de dar respostas concretas aos portimonenses. O senhor executivo não me ouve, eu calo-me e peço para parar o tempo. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que quem controla o tempo é a mesa, senhor deputado. Ou o senhor deputado fala e faz a sua intervenção, quem controla o tempo é a mesa, não é o senhor deputado. Faça favor não foi interrompido. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente, mas eu estou a falar e o executivo se não me ouvir não me consegue dar resposta, senhora Presidente. Eu estou educadamente a dizer-lhe isso. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o executivo está atento, o executivo está atento. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a questão é exatamente esta, como é que o executivo pretende resolver o problema. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, eu espanta-me que o senhor deputado Paulo Canha que é um homem que já se viu que leu os documentos todos e que viu os documentos todos, como é que diz que temos mais funcionários públicos que há uma década. Também deve ter visto nos documentos que não tínhamos a competência nem da saúde, nem da educação. Só a educação tem quinhentos funcionários que foram transitados para a autarquia. Portanto, a autarquia se não tivesse a competência da educação tinha menos quinhentos funcionários e o senhor deputado que lê os documentos todos, não venha para aqui me dizer que não viu que nós temos muito menos funcionários do que tínhamos em 2009, 2010 e, portanto, o que é que vamos tentar resolver, é abrindo concursos para ver se as pessoas concorrem, é isto que temos que o fazer e não podemos fazer outra coisa. Quando está a falar de médicos não é uma competência da autarquia contratar médicos e, portanto, se não pudermos fazê-lo, se calhar também poderíamos então ajudar, contratar professores em todas as áreas que fazem falta, então também podíamos a autarquia tentar contratar. A autarquia tem tentado contratar aquilo que é das suas competências e é isto que vamos fazer. Agora, têm é que agradecer aos colaboradores da autarquia, porque tendo tanta vaga para preencher é com muita dedicação que o pessoal que está aqui nesta autarquia trabalha para colmatar as faltas de tanta gente, mas em dez anos temos menos quinhentos funcionários, senhor deputado, porque se vier nos documentos como deve de ser, temos à volta de menos quinhentos funcionários, e é esse o número que temos e, portanto, com o que crescemos e mesmo assim não temos mais funcionários públicos como aquilo que o senhor deputado disse. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu vou tomar sobre a minha leitura dos documentos todos como um elogio e agradeço, não tenho aqui os dados concretos, mas futuramente trarei e provavelmente se calhar chegaremos a conclusões diferentes. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu nem estava a pensar em intervir mais, mas em relação a esta questão há uma coisa que é preciso ser dita e que é transversal aos trezentos e oito municípios deste país, é que as condições de contratação, nomeadamente as condições salariais que se oferecem a quem concorre para a função pública, não são fixadas por cada um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dos municípios e, portanto, o Partido Socialista está no governo há oito anos, esperemos que não esteja muito mais tempo, penso que mais dois meses, teve tempo e teve até margem orçamental para melhorar estas condições, enfim, se calhar por opção não o fez, não sei se foi por opção, mas talvez tenha sido e, portanto, era importante que houvesse essa vontade política e essa intervenção, porque senão esta questão que foi aqui colocada vai continuar a ser colocada muitos anos para a frente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, lembrei-me agora, será que o senhor Vice consegue responder quantos funcionários havia no ano 2013? Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor Vice-Presidente, não tem esse número consigo, ou tem? Não tem esse número. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, se calhar o senhor que está aí à sua esquerda é capaz de saber, o Dr. Pedro. Não? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não é dos recursos humanos, é o diretor financeiro. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o que se passou, é que depois da Troika, o próprio PS nunca mexeu mais da Troika, a Troika manteve-se, a Troika portimonense e a Troika nacional, porque englobar todos os funcionários em operacionais, outros assistentes técnicos e outros superiores ficaram todos praticamente com o mesmo ordenado em cada escalão e temos e como é que a gente vai contratar, como já foi dito aqui várias vezes como é que vamos contratar um *chofer* de um autocarro, como já estou farto de dizer aqui que transporta cinquenta e poucas crianças, tem que ter o CAM, tem que ter o carro, tem uma série de cartas, antigamente tirávamos uma carta, agora temos que tirar umas quatro ou cinco, para ganhar o ordenado mínimo e mais o subsídio de condução, torna-se impossível. Como é que é possível contratar um pedreiro para ganhar o ordenado mínimo, contratar um carpinteiro, pois claro, depois torna-se mesmo muito difícil, eu acho que isso tem que mudar em termos de uma política nacional e coisa que o próprio PS não conseguiu fazer, deixou a Troika continuar no país com baixos salários. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor Pedro Mota, está a tratar do assunto do mapa e recrutamento do pessoal? É só uma pergunta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, sim, tem, não, tem a ver com o recrutamento. Se os ordenados são baixos, não se consegue ter funcionários como deve de ser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então vamos discutir política nacional agora? Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, não, tem a ver com política nacional. Eu sei que custa, eu sei que dói um bocadinho, eu sei que dói, mas é a verdade. Eu sei que dói. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é só uma pergunta para o executivo. Nós já sabemos, o executivo já disse, estão a ser cumpridos os rácios a nível escolar, mas as queixas ao longo dos anos mantêm-se nos funcionários, que é, há falta de pessoal. Também sabemos que muitas das baixas prolongadas, algumas delas são baixas psicológicas, porque as pessoas estão cansadas, não aguentam, entram em depressões por falta de companheirismo, de colegas a salvaguardar o serviço. A pergunta é, se o executivo não pode contratar acima dos rácios mínimos e para o efeito de salvaguardar também as entradas escolares que vamos ter os anos a seguir. Já o ano passado tivemos dificuldades escolares por não haver pessoal suficiente para as escolas, como houve escolas encerradas por falta de pessoal. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à questão dos rácios, essa pergunta é feita não digo em todas as assembleias, mas em quase todas. Os rácios e quem conhece a portaria dos rácios não fala em, por exemplo, o pessoal da cozinha. Todas as pessoas que estão para as cozinhas estão acima do rácio. A portaria dos rácios não fala nas animadoras, todas as animadoras que estão, estão acima do rácio, não existe, os porteiros também não estão no rácio, são acima do rácio. Tarefeiros não estão na portaria dos rácios, são acima dos rácios, pronto. Todas estas pessoas são para libertar trabalho às assistentes operacionais. Se nós pudermos ainda para além disso ir acima do rácio no que diz respeito exatamente à função de assistente operacional, por enquanto não, enquanto estivermos sob alçada do FAM, conforme já foi explicado várias vezes que não podemos fazê-lo. Após sairmos que será agora com este novo abatimento que iremos fazer, aí podemos equacionar contratar acima do rácio como o senhor Presidente já disse também em várias reuniões, eu também já referi em várias reuniões. Neste momento, o que podemos é através da empresa, de uma empresa externa que é a questão das tarefeiras, dos porteiros, os cozinheiros, nós os cozinheiros e os assistentes operacionais estamos a assumir, já assumíamos esse compromisso ainda muito antes da questão do FAM e continuámos sempre a assumir esse risco, esse risco que para nós não é um risco, é um investimento na educação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu não posso deixar passar isto em claro, porque é assim, a senhora vereadora falou que os rácios nalgumas atividades nas escolas estão contratadas até mais pessoas do que acima do que os rácios determinam, mas isso, ou seja, a contratação se nós excluirmos as pessoas que estão de baixa, aquilo que nós temos efetivamente todos os dias na escola, são muito menos do que as pessoas que são indicadas para o serviço e isso é factual, senhora vereadora diga o que disser, percebe? Não vale a pena vir para aqui dizer que têm até acima, quando nós chegamos aos sítios e depois estão duas ou três pessoas em cada sítio de baixa, porque devido ao burnout, devido ao esgotamento a que foram sujeitas, à pressão a que foram sujeitas por falta de recursos, entraram de baixas prolongadas. Contar com as pessoas que estão de baixas prolongadas para o cumprimento dos rácios, desculpe, não é honesto, não é honesto da sua parte. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do Município para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 849/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	2	1	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----**Foi aprovado, por maioria,** o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município para o ano de 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 849/23.** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** « Esta deliberação é uma mera previsão de futuras ações de contratação de quadros para as funções que o Município desempenha, não passando de uma mera formalidade e um processo de intenção uma vez que o executivo não consegue explicar nem tem estratégia para ultrapassar o problema da falta de recursos humanos que ano após ano persiste. Sabemos que o impacto das necessidades tem um enorme peso na rubrica de despesas de pessoal ao nível orçamental. A delegação de competências do Estado Central para os Municípios cria hiatos de despesas que não são ressarcidas, criando peso na despesa do poder local. -----

Contudo, o défice de recursos humanos é alarmante, é constante a falta de recursos em todos os sectores. Se a despesa prevista com pessoal para 2024 terá um aumento de 3,8% assumindo um total de 21,6 milhões de euros, a autarquia prevê um gasto em 2028 de 25,3 milhões de euros, responsabilizando-se por um aumento de cerca de 17% com despesa com pessoal além do que já foi anteriormente assumido com as novas atribuições, o que é contraditório face à falta de argumentos concretos para a resolução da falta funcionários autárquicos, a acontecer só poderá ser justificado com o aumento de impostos locais para fazer face à despesa corrente assumida no presente e futuro.-----

Mais estranho ainda é o facto da ausência do aumento da dotação prevista para os próximos anos referente às transferências de novas atribuições descentralizados pela administração central, o que obriga a uma permanente dependência de pagamento de impostos diretos e indiretos pelos particulares e empresa em Portimão.-----

Além destes factos o plano anual de recrutamento apresenta mais uma vez 239 postos de trabalho vagos/recrutar sem resolução à vista por parte do executivo! -----

Faltam pessoas em todo lado, faltam pessoas na saúde, faltam pessoas na educação, faltam pessoas na justiça, faltam pessoas na saúde, faltam pessoas nos serviços de emigração, falta segurança nas ruas, faltam pessoas na segurança social e as respostas demoram meses, faltam pessoas nos cuidados continuados, faltam psicólogos nas escolas, faltam assistentes sociais para cuidar de crianças e jovens, faltam pessoas em todo o lado!-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Seria importante que se respondesse a isto e que se cuidasse mais deste tipo de franjas da população, crianças desprotegidas, jovens, os idosos são os mais frágeis dos mais frágeis.-----

Esta realidade remete para uma necessidade de implementar uma estratégia urgente e futura do desenvolvimento da cidade para que não seja a autarquia o maior empregador local. É necessário criar postos de trabalho através do desenvolvimento económico, social e cultura da cidade, mas também através da modernização tecnológica e digital dos serviços camarários adotando sistemas de modernização administrativa. - A deliberação em causa reflete a ausência total de uma estratégia de atratividade no futuro para o emprego público local, não se observando medidas para ultrapassar o grave problema que transita de anos anteriores, assim como a falta de respostas por parte do executivo continuando a refletir um "status quo" de incapacidade para resolver "o problema" da necessidade urgente de recursos humanos nas mais variadas valências e setores, não refletindo uma política de "liderança positiva" do serviço público autárquico dos atuais quadros.-----

----- Por todos estes factos o Partido Chega votou contra esta deliberação!» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-c)** Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023, a arrecadar no ano de 2024, nos termos do nº1, nº2 e nº4 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, a tolerância é aquilo que está programado, não é? Mas nós ainda não entrámos na discussão, quer dizer, ainda não entrámos na discussão, essa gestão terá que ser feita no final, penso eu. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, esta questão que estamos aqui a tratar agora, os impostos municipais, entronca naquela primeira intervenção que fizemos ainda agora no ponto sobre o orçamento, porque, enfim, aquilo que veio aqui previsto e as reduções marginais que estão aqui contempladas nesta proposta, decorrem daquilo que disse na primeira intervenção, ou seja, de não ter havido uma renegociação atempada e uma amortização antecipada do empréstimo junto do FAM que desse uma margem de manobra bastante grande ao município para baixar os impostos, nomeadamente o IMI e a derrama e eventualmente prever uma coisa que não está aqui contemplada que eram as majorações, as minorações perdão, aqui só estão as majorações para os prédios devolutos, mas poderiam haver e deveriam haver minorações, nomeadamente para prédios que fossem colocados no mercado de arrendamento para habitação própria permanente e para agregados familiares jovens também, que isto está previsto no código do IMI, está aqui ausente desta proposta, porque o executivo não acautelou essa questão devidamente junto da Comissão Executiva do FAM e, portanto, a proposta por essa razão não pode, por essa omissão do executivo não pode processar-se sobre essas medidas. Portanto, do nosso ponto de vista, esta proposta é insuficiente, embora aqui haja um desagravamento como disse marginal, é uma coisa muito reduzida em termos de IMI e depois temos aqui uma questão, já foi aqui afluído noutra intervenção que ouvimos aqui noutra ponto, que é a questão do prolongamento da isenção por mais dois anos que se fala em imóveis de valor patrimonial até cento e vinte e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cinco mil euros, que eu não sei se haverá muitos no concelho de Portimão, pelo menos em condições de merecer esta isenção e, portanto, eu perguntava diretamente ao executivo qual é o valor que espera obter a menos por via deste aumento do período de isenção, porque não sei se realmente haverá muitos imóveis nesta situação. Para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, a pergunta que eu tenho para colocar, é que diligências foram feitas junto do FAM para com vista à diminuição da carga fiscal, quer em IMI, quer em IRS, quer a nível da derrama, uma vez que a arrecadação de impostos vai muito para além como já expliquei há pouco, é superior em vinte milhões em relação àquilo que estava previsto quando foi assinado o acordo com o FAM, portanto não será por aí que o FAM não permitiria descer à carga fiscal, uma vez que as receitas estão muito inflacionadas, e eu pergunto que diligências é que foram feitas junto do FAM, porque é que não conseguiram baixar isso? Foi por causa da despesa, é por causa do nível elevado da despesa que também tem sido galopante, será isso? É que nós depois também chegamos, temos chegado sempre ao final do ano com um excedente orçamental de muitas vezes superior a dez milhões de euros, ou seja, há folga para que seja explicado ao FAM o porquê de nós baixarmos. Se não baixamos, não baixamos porquê? Quais foram as razões evocadas pelo FAM nas negociações que o município terá tido com esse instituto para que tenham impedido que o executivo conseguisse baixar a carga fiscal. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, bom, voltamos à mesma conversa do ano passado e de há dois anos, continuamos a achar que este é o imposto mais injusto que existe. No entanto, é dele que as autarquias aproveitam para através dele gerar riqueza, mas dos quais da riqueza vê-se pouco e esta redução de zero vírgula zero um, isto não sabe a nada. Aliás, acho que a autarquia tinha a responsabilidade de poder negociar, de saber negociar, de querer negociar com o Programa de Ajustamento Municipal para a taxa mínima, no mínimo era aquilo que podia fazer depois destes anos todos. Aliás, eu vou-lhe dizer há coisas aqui que não me fazem sentido nenhum. Eu olho para os empréstimos que a autarquia tem a decorrer neste momento com algumas entidades bancárias com juros na ordem dos três, quatro por cento, enfim, empréstimos que rondariam a antecipação à volta de meio milhão de euros, quinhentos mil euros e não percebo o que é que a autarquia não paga antecipadamente este valor com tanto excedente de caixa para reduzir estes encargos que tem com juros na ordem dos três, quatro por cento que eu estou a ver aqui e ainda por cima negociando com o PAM zero ponto nove. Há aqui atos de gestão que me fazem uma grande confusão, eu estou a misturar as coisas porque as coisas são misturáveis como é óbvio. Aliás, se eu me lembrar que a autarquia vai gastar quinhentos mil euros nas comemorações do 25 de Abril e eu olhar para aqui e ver que vai reduzir quinhentos mil euros em IMI para a população, enfim, eu dá-me arrepios, não é que as comemorações do 25 de Abril não mereçam, porque todos nós acho que devemos comemorar o 25 de Abril, todos nós devemos comemorar o 25 de Abril e, portanto, é algo que acho que sabe a muito pouco. Aliás, se eu dividir os quarenta e sete mil fogos que existem em Portimão, salvo erro é isto, quarenta e sete mil à volta disto, pela redução de IMI, partindo do pressuposto que todos pagam, isto dá-me mais ou menos dez euros por fogo, segundo contas que eu fiz, também posso estar errado nas contas, mas eu como se calhar leio papéis a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mais chego a estas conclusões e, portanto, no seguimento de outras questões que outras bancadas aqui já colocaram, qual é o problema com o Programa de Ajustamento Municipal de ir mais além na redução daquilo que é o IMI, porque se os senhores reduzirem o IMI, obviamente que estão a colocar dinheiro no bolso dos portimonenses e a recuperar, da mesma forma que reduzir a derrama e da mesma forma que reduzir outras taxas e a devolução de IRS que já falaremos também, mas é óbvio que isto zero ponto vírgula zero um, aliás, há aqui partes do texto que até fala em zero vírgula cinco milhões de euros, portanto vejam bem a narrativa que aqui vai de zero vírgula cinco milhões de euros, quinhentos mil euros, isto não é nada. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda também acha que esta baixa de IMI sabe-nos muito a pouco e não só, isto basta fazer contas, o executivo vai perder, poderá perder aqui alguma verba, mas vai ganhar quando terminam as isenções de IMI, os IMIS agora, hoje em dia é três anos, cinco anos, antigamente nem eram dez anos, nem ficavam as casas isentas de dez anos. Agora não, agora passado três anos, cinco anos, já estão a pagar IMI e não só, estas casas foram compradas agora a duzentos e a trezentos mil euros, vão captar muito mais IMI e se baixar o IMI agora neste momento, vai tocar também no término das isenções e também do próprio aumento que as casas também, o próprio aumento, porque as casas também tiveram, a especulação é a melhor amiga do executivo, é no IMT e no IMI. Por isso, acho que o próprio executivo poderia ir muito mais além aqui no que toca ao IMI, eu acho que já podíamos ir para os três e meio. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que fica realmente admirado que o senhor Vice-Presidente não tenha nada para dizer sobre isto, foram colocadas aqui várias questões, mas parece que o executivo, enfim, está confortável em cobrar zero vírgula cinco por cento de participação variável no IRS.-

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o senhor Vice-Presidente ainda não exerceu o direito de resposta, ele vai responder. O senhor Vice-Presidente ainda não exerceu foi o direito de resposta. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, então, mas em aditamento àquilo que eu já disse, quero aqui também questionar o seguinte. Estava eu a dizer que além daquilo que disse na primeira intervenção, esta proposta prevê ainda a participação variável no IRS zero vírgula cinco por cento, que é o máximo, também não foi acautelado na negociação com o FAM e prevê uma questão que não é de somenos que é a derrama. Os senhores, todos os anos temos aqui esta discussão, sabemos todos que a derrama é calculada sobre o lucro tributável, portanto só sobre as empresas que têm lucro, mas o que é facto é que as empresas que têm o lucro a partir de determinado valor estão sujeitas aqui ao pagamento deste imposto e, portanto, isso também é aqui um garrote sobre o crescimento das empresas e sobre os lucros que essas empresas apresentam que em vez de serem reinvestidas na sua atividade ou distribuídas, têm que ser alocadas pelo menos em parte do pagamento deste imposto. E depois há aqui uma questão, fala-se aqui a dado passo sobre a questão do aumento da taxa, do período, aliás de isenção, que é com base no pacote Mais Habitação,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas há uma questão que eu já frisei na primeira pergunta e que volto a insistir que tem que ver com a habitação, não só são as minorações que eu ainda agora questionei. O pacote Mais Habitação prevê lá um mecanismo que é o arrendamento forçado, e eu já no outro dia questionei e volto aqui a falar disso, é em que medida é que a Câmara equaciona lançar mão desse mecanismo ou não, porque fala-se aqui no agravamento de IMI para imóveis devolutos, portanto se esse estudo está feito e presumo que esteja, porque é com base nele que vão majorar aqui a cobrança de IMI, se esse estudo está feito, então pergunto porque não eventualmente convidar esses proprietários a porem as casas no mercado de arrendamento sob pena de a Câmara eventualmente ter que recorrer ao arrendamento forçado. Deixava essa questão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que a questão que põe e de toda a publicidade que o município, que a Câmara tem feito nos últimos anos, com a baixa do IMI em zero vírgula zero um, não sabe se foi o ano passado, se foi há dois anos, ele pergunta. A taxa por lei em que o IMI é cobrado vai de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco, penso eu que seja. Pergunto se o município sabe, com certeza que sabe e está-nos a propor aqui a cobrança do IMI em zero vírgula trinta e nove. É isso? Pronto, e diz que o FAM, portanto não permite tirar mais do que isto. Eu não acredito sinceramente, uma negociação em que a Câmara anuncia a liquidação ao ficar com uma dívida inferior àquela que o FAM por esse motivo intervinha, não me parece que o FAM, portanto diria não a reduzir para zero vírgula três, que é o mínimo, uma vez que os municípios, os munícipes, as pessoas de Portimão que têm vindo a pagar IMI a mais do que todas as outras à nossa beira, municípios, portanto que estão à nossa volta, eu pergunto porque é que a Câmara não reduz para zero vírgula três. Se zero vírgula um era extraordinário, uma redução extraordinária nos outros anos anteriores, então zero vírgula nove seria uma coisa do outro mundo, é nove vezes aquilo que a Câmara fazia e a Câmara porque é que não reduz para o mínimo, zero vírgula três, que é o mínimo que pode cobrar de IMI aos munícipes. Já agora, perguntava isto à Câmara e gostava de ouvir a resposta, que negociações é que tiveram e qual foi a resposta do FAM em relação a esta matéria, se fizeram, eu acredito que não fizessem. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto à pergunta do deputado João Caetano, passar dos três para os cinco anos, o valor são cento e vinte mil euros, cento e vinte de isenção. -----

----- Quanto ao IRS e à derrama, isto aqui, este assunto já tem sido falado várias vezes, aliás, eu acho que até uma vez já foi por volta de 2020 que foi aprovado aqui baixar tanto o IRS, como a derrama e depois teve que voltar novamente a esta Assembleia, porque o FAM não permitiu. Isto é uma imposição legal da lei do FAM e por isso não podemos baixá-lo. Pronto, vocês... -----

----- Quanto ao IMI, aquilo que o executivo propôs desta vez foi para zero ponto trinta e nove. E porque é que não mais, ou porque é que não menos e o que o executivo propôs à Comissão do FAM foi para baixar para zero trinta e nove e foi esse o valor que foi proposto e foi esse o valor que foi aprovado. No próximo ano já estaremos sem estarmos em endividamento excessivo e, portanto, aí, sim, já teremos abertura para negociar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de outra maneira e, aliás, aí já é só com esta Assembleia é que as quotas são aprovadas nesta Assembleia e já não há necessidade de ir ao FAM. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, era só para dizer ao senhor Vice-Presidente que é necessário, é fundamental que os portimonenses saibam daquilo que a Câmara aqui disse. Não pode baixar para zero vírgula três o mínimo, porque a entidade não rejeita, portanto, essa diminuição. Gostava que o senhor Vice-Presidente enviasse para esta Assembleia precisamente essa negociação e essa resposta negativa, porque os portimonenses necessitam de saber o porquê e o motivo, porque quando baixam zero vírgula um é um alarido extraordinário que baixaram, não dá para pagar um café a muitos deles individualmente. Portanto, eu gostava de afirmar e de dizer aos munícipes o porquê e o motivo que a Câmara não propõe os zero vírgula três em ano que vai liquidar as responsabilidades que tem sobre o FAM. Eu não acredito que haja lei que diga que não há negociação para isto. Desculpe, não acredito, portanto, o senhor faça favor de mandar a lei para eu ler e para analisar e para dizer aos nossos portimonenses e os nossos concidadãos. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, tenho que responder. O que eu disse foi quanto ao IRS e à derrama, não falei no IMI, não falei do IMI. O que eu disse, o que é que propusemos foi para zero trinta e nove. Aquilo que temos baixado desde zero quarenta e cinco até zero trinta e nove agora, já deixámos felizmente das famílias portimonenses, três milhões e duzentos mil euros, e é isso que temos deixado e é isso que paulatinamente queremos ir descendo o IMI gradualmente. Essa é a nossa resposta, isso agora porquê, é uma opção política que nós temos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, ah! é vossa política, ainda bem, ainda bem. Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, conforme o próprio FAM também diz para com o excedente que tiveram, estes sessenta milhões praticamente que têm, disse também para abaterem e vocês não o fizeram, e eu acho que aí é que está um bocado contraditório, então o próprio FAM até diz para o executivo abater a dívida, vocês não o fizeram e agora não se pode mexer no IRS e nem na derrama? Fico assim um bocado confuso e também gostava de ver esse documento, como foi dito aqui gostava de ver esse documento e esses argumentos com o FAM. Mais, o próprio Bloco de Esquerda já trouxe aqui uma moção que vocês chumbaram aqui há uns anos que nós propúnhamos a derrama, mas a partir dos cento e cinquenta mil euros, e agora neste momento foi imposto por vossas excelências a partir dos zero, ou seja, foram mais papistas que o papa, nós tratamos aqui a partir dos cento e cinquenta, acho que chegava, acho que deviam de pagar a derrama a partir dos cento e cinquenta mil euros e agora até o café da esquina tem que pagar derrama. -----

----- No IRS já nem falo, é sempre, é o argumento do mesmo, é uma das poucas hipóteses que têm realmente de dividir alguma coisa com os portimonenses, aqueles que trabalham e que têm poucos ???2



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- No IRS já nem falo, é sempre o argumento o mesmo, é uma das poucas hipóteses que têm realmente de dividir alguma coisa com os Portimonenses, aqueles que trabalham e têm poucos rendimentos, mas que têm alguns rendimentos sobre o seu trabalho e aqui ainda o executivo podia realmente dividir a riqueza da cidade e que tanto rico que tem ficado com os sessenta milhões de excedente, aqui é que devia de investir nos portimonenses e entregar alguma coisa aos portimonenses que trabalham e que têm rendimentos sobre o seu trabalho. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas a flexibilidade para o próximo ponto ou depois já não há discussão? É que eu não percebi ainda o teor da flexibilidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "**Portimão Mais Feliz**" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, na conferência de representantes foi acordado que, contra a minha opinião... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai dar a palavra ao seu Primeiro Secretário, porque foi ele que esteve na conferência de líderes. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, só um pequeníssimo enquadramento. A questão colocou-se porque em conferência de líderes foi colocada a possibilidade de eventualmente ser necessário mais algum tempo a alguma bancada abordar algum destes temas que têm a ver com estes pontos agora que estão e os outros a seguir. E como forma de ultrapassar e isso foi acordado por todos, como forma de ultrapassar uma dificuldade que decorria da atribuição dos tempos e do receio de que o aumento do tempo de discussão implicasse um maior número de sessões, foi acordado que haveria essa flexibilidade, no sentido em que se poderiam apresentar eventualmente argumentação sobre os temas em discussão, não necessariamente nos pontos da ordem de trabalhos em que eles estavam a ser discutidos. Tanto quanto eu me apercebi, não se colocou nem poderia colocar, porque isso formalmente não poderia ser possível, a possibilidade em cima da mesa de se aumentar o tempo de discussão. O que ficou acordado foi o seguinte. Vamos imaginar que uma bancada quer voltar a referir-se a um ponto, mas como não tem tempo, portanto exatamente nesse ponto da ordem de trabalhos, pode sem que a mesa interrompa, pode fazer essa argumentação e defender as suas ideias no ponto seguinte. Essa é a flexibilidade, não é o aumento do tempo. -----

----- O que o senhor deputado está a solicitar, pareceu-me e se estou a perceber mal peço antecipadamente desculpa, é que seja aumentado o tempo que tem neste ponto. Não, pode dizer o que tem a dizer sobre este ponto no outro e eu julgo que foi esse o sentido, então e está aqui o senhor deputado também, julgo que foi este o sentido da flexibilidade. Foi esse, pronto. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, o sentido foi esse, nós percebemos, eu percebi e transmi à minha bancada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, pronto, muito obrigado então, senhor deputado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito obrigado, penso que a situação está esclarecida, até porque nós temos mais dois pontos da ordem de trabalhos e os senhores deputados têm feito as suas intervenções de uma forma ampla, portanto discutem o IMI, discutem o IRS e discutem a derrama e, portanto, queria perguntar a vossa excelência se não tem tempo cedido, ou está a interpelar a mesa para? Não, não, não é depois da meia-noite, é depois da meia-noite e meia, de acordo com o regimento. Vossas excelências fazem sempre essa confusão, não, a verdade é que é às vinte e quatro e trinta e foi assim que foi feito na última reunião e é sempre assim, senhor deputado e está cá há mais anos com este regimento do que eu, portanto faça-me essa justiça. Portanto, não vamos antecipar esse período. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que recorda que a explicação para não reduzir mais IMI está num parágrafo do relatório do Fundo de Apoio Municipal, que é, verifica-se um aumento da despesa corrente claramente e alerta nesse sentido e por último diz, «despesa total prevista, apesar de ser superior ao PAM para o exercício de 2024, está compensada pelo acréscimo da receita essencialmente originada pelo aumento de impostos diretos, de taxas, multas e outras penalidades», ou seja, os senhores bem que podem negociar, mas perante o orçamento que estão a apresentar aqui, obviamente que o Fundo de Apoio Municipal quer garantias e como garantias estão a aumentar a despesa corrente, que é aquela despesa que é fixa para o futuro, como é que podem diminuir o IMI para os portimonenses, se apresentam mais despesa, portanto têm que garantir sobre o contrabalanço que é, aumentando o quê? Impostos diretos, como é óbvio e, portanto, a explicação, isto é claramente uma opção política que aqui está. Isto é uma opção política do executivo e os portimonenses têm que saber, os senhores não baixam mais o IMI, porque é uma opção política vossa. -----

----- Depois, há aqui outra questão que me solicita também alguma curiosidade. Surgiram umas notícias que se prepara uma revisão dos coeficientes de localização dos imóveis com um potencial para provocar um enorme agravamento do imposto. Portanto, o célebre documento estratégico para a cidade ainda não saiu, provavelmente vêm aí novos coeficientes de zonamento e provavelmente gostava de perceber qual é que é não só a estratégia de impostos para o quinquénio 24/28 do executivo, assim como é que o executivo prevê a partir do próximo ano esta alteração relativamente aos coeficientes de localização dos imóveis no concelho de Portimão. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, se me permite, os impostos são competência da reserva exclusiva da Assembleia da República e, portanto, os municípios só têm competência nesta área que a lei lhes dá relativamente a esta matéria. Portanto, as questões de legislação do zonamento é da competência da Assembleia da República e, portanto, todos os municípios estarão nas mesmas condições dentro daquilo que a lei estipular e, portanto, e só queria clarificar aí há pouco uma situação que eu penso que houve um senhor deputado que lavrou em erro, e eu queria esclarecer isso. O valor patrimonial tributário é diferente do valor do preço, o valor patrimonial tributário é aquele que está na caderneta predial, nós sabemos que o valor patrimonial tributário é muito inferior àquele que é o valor do preço e, portanto, poderemos estar a falar num valor de cento e vinte e cinco mil euros, mas com apartamentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a serem vendidos por trezentos mil euros, duzentos mil euros. Portanto, é só uma clarificação, porque parece que se lavrou esse erro na discussão que foi tida e dava a palavra ao senhor Vice-Presidente se houver alguma situação a clarificar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente, mas que eu saiba o valor patrimonial tributário é uma equação dos quais faz parte um dado importante que é o coeficiente de localização e o coeficiente de localização é determinado pelos municípios. --

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, sim, sim, o coeficiente de localização por excedente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, o coeficiente de localização é determinado pelos municípios e, portanto, o coeficiente de localização é que vai determinar o aumento ou redução em determinadas zonas da cidade do IMI. Portanto, eu penso que não há dúvidas sobre isto, não é? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas nos termos da lei obviamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, nos termos da lei dos termos da autonomia do município em poder alterar essas zonas. Portanto, se altera o coeficiente, por sua vez vai alterar os valores do IMI e, portanto, eu gostava de saber da parte do executivo qual é que é a estratégia de impostos para o município nos próximos cinco anos e o que é que pensa fazer relativamente, ou como é que pensa incluir isto no PDM que aí vem. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, não está nada previsto neste assunto, nem está aqui nada em cima da mesa, quando este assunto estiver em cima da mesa... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a resposta é que este assunto não está em discussão neste momento. Quando for, portanto... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, mas este assunto não está em cima da mesa como assim? Eu não percebi, mas o que é que não está em cima da mesa? Estamos a falar de IMI, estamos a falar de estratégia, de impostos para o futuro, estamos a falar de uma possível alteração de zonamento que vem aí, tem tudo a ver uma coisa com outra. Agora, se não quiserem responder, é dizer aos portimonenses, «nós não queremos responder sobre isto» e eu não insisto mais. Sou uma pessoa educada, não insisto mais. Agora, eu preciso é de perceber, «nós não falamos sobre isto». Agora, dizer que este assunto não tem nada a ver uma coisa com a outra, parece-me no mínimo estranho. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, o que o executivo quis referir, segundo eu percebi, é que essa questão do zonamento não está a ser agora discutida aqui neste momento, para este imposto de 2024. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para este imposto de 2024 não tem a ver com o zonamento agora, nem está nada preparado sobre isso. -

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o executivo tem, os senhores deputados têm toda a liberdade de pôr as questões dentro daquilo que é o vosso entendimento e o executivo tem a liberdade de responder, já respondeu, eu não posso continuar nesta discussão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente, peço desculpa de estar a insistir. Então, eu gostava de ouvir por parte do executivo a dizer assim, «nós não respondemos a essa pergunta». -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas já respondeu, senhor Vice-Presidente... não vai dizer mais nada, pronto encerramos a discussão. Não acreditam na palavra da senhora Presidente da Assembleia, mas tudo bem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, vai ficar na ata aquilo que ele disse portanto, e, depois vão ver na ata o que eu já disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas não sou eu que estou a responder. Ó senhor deputado Natalino Alves, eu não estou a responder, eu ouvi o senhor Vice-Presidente e transmiti o que ele disse. Não foi audível, voltei a perguntar segunda vez. Se for necessário eu pergunto terceira vez para quem não ouviu, mas eu transmiti aquilo que ouvi, eu não adivinho aquilo que o senhor Vice-Presidente diz. Se não houver outras inscrições e penso que, não sei se ainda há quem tenha tempo, estou a aguardar, não havendo inscrições vou pôr à votação. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023, a arrecadar no ano de 2024, nos termos do nº1, nº2 e nº4 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	1	0	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----**Foram aprovadas, por maioria**, as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023, a arrecadar no ano de 2024, nos termos do nº1, nº2 e nº4 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**. -----

---**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seguir se transcreve na íntegra: «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2024, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. Como é do conhecimento, Portimão está sob a alçada da Troika que é o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação e pagamento antecipado quer do excedente da dívida como a própria dívida em si!----

----- O executivo insiste na narrativa repetida de que não pode baixar impostos locais ou devolver a participação do IRS porque o Programa de Ajustamento Municipal (PAM) impede de o fazer, mas sabemos de que a justificação técnica tem por trás uma opção política da qual a “dívida” permite uma série de enganos à população. O exemplo máximo desse expoente da gestão socialista é apresentação de excedentes de saldos transitados de 2022 para 2023 de 23 milhões de euros e de 2023 para 2024 de 50 milhões de euros, porque orçamenta/promete obra e não utiliza/gasta/investe, daí restar valores exorbitantes! Teimando em não abdicar de ir mais além no pagamento da dívida ano após ano porque a justificação do PAM até dá jeito!

----O executivo municipal do Partido Socialista não tem propostas, não tem estratégia, não tem plano com alternativas orçamentais que beneficiem as famílias e as empresas, quer através de redução e pagamento de mais dívida, quer através de incentivos ao investimento local. -----

É conhecido o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais “ridículo” que existe, injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto, isto porque os cidadãos adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo e a penalização que sofrem. Onde está a justiça social do imposto IMI e a respetiva sobrecarga onerosa para as famílias e empresas portimonenses? -----

-----Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, sendo esta da responsabilidade do governo, faz com que o nosso entendimento sobre a miserável proposta em apreço de redução que é “vendida” pelo executivo do Partido Socialista nem sempre poderá corresponder a uma redução, ainda mais com a agravante de que alegadamente irá ser promovido novos zonamentos e coeficientes para cálculos do IMI também no concelho de Portimão.-----

-----Deste modo, verifica-se mais uma vez que para o ano em apreço a redução do IMI em 0,01 é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa e que em nada está de acordo com o esforço que os cidadãos de Portimão fazem há anos para compensar a irresponsabilidade dos executivos socialistas e que não passa de uma medida justificada com o “garrote” do PAM! No entanto, todos devemos ficar a saber que se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros “garrotes” deixariam de fazer efeito e que obviamente deveria ser reduzido o IMI para a taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia e a qual está prevista na autonomia municipal.-----

Continuamos a expressar a nossa indignação com determinados gastos que a autarquia faz, como por exemplo gastar 500 mil euros nas comemorações do 25 de Abril que é exatamente o mesmo valor que vai praticar com “migalha” da redução do IMI resultado da redução de 0,01% para o ano de 2024. Sendo este imposto imoral



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as populações não o deveriam suportar num ano que se prevê de mais carga fiscal, de mais aumento da despesa pública. -----

-----O conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2024, ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção e aumento da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país.-----

-----A taxação sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que é a DERRAMA (imposto extraordinário local) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Este imposto continuará a ser penalizador para todas as empresas que tem sede fiscal em Portimão. -----

-----Mais uma vez o Partido Socialista usa este imposto para benefício da sua estratégia política como justificação de que a Troika em Portimão não deixa alterar. Sabemos que a redução ou alteração de critérios aplicados à DERRAMA nos concelhos limítrofes ao de Portimão, são muito diferentes, produzem a respetiva anulação ou redução do imposto, tendo impacto direto positivo na estrutura de custo das empresas (independentemente da faturação e dimensão) servindo ao mesmo tempo de elemento de atratividade para o concelho. -----

-----O pagamento antecipado da dívida acumulada ao longo dos anos possibilitava a capacidade de anular e acabar com a cobrança da DERRAMA no Município de Portimão.-----

Adicionalmente para o ano de 2024, a autarquia teima em não devolver a participação da taxa variável de IRS aos munícipes/sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%.-----

----- Como exemplo a devolução de 5% do IRS que a autarquia arrecada aos agregados familiares do concelho de Portimão, corresponde a que cada munícipe que tenha uma coleta líquida de IRS no valor de 10 mil euros, permitiria que cada trabalhador receberia 500€/Ano.-----

-----Sabemos que a TROIKA portimonense obrigou a alterar o paradigma da gestão autárquica, obrigando a acabar com "*modus operandi*" de má gestão dos dinheiros públicos através da acumulação da dívida e mais dívida promovendo um cenário para um novo ciclo de gestão, o que não se verificou!-----

-----Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais e que em nada têm servido para desenvolver o concelho de Portimão!-----

Infelizmente o executivo municipal do Partido Socialista nada aprendeu com o passado! O Partido Chega em Portimão várias vezes aconselhou o executivo a definir uma estratégia para pagamento da dívida através do excedente orçamental por via do IMT, finalmente, no término do ano 2023, anunciaram a medida, o pagamento extraordinário do excedente da dívida FAM!-----

-----Contudo, com previsível saída da zona do endividamento excessivo, a dívida continua a ser alta e não desaparecerá ao contrário do que querem fazer parecer, superior a 84 milhões de euros, sendo ainda mais preocupante o facto dos documentos provisionais apresentados para 2024-2028 demonstrarem um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



exorbitante aumento da despesa pública local com records sucessivos, nomeadamente na rubrica de despesa corrente. O que fará previsivelmente com que o município de Portimão ultrapasse novamente a meta do endividamento excessivo no ano de eleições autárquicas de 2025 e consequentemente um aumento da carga fiscal através de mais imposto diretos para os munícipes! -----

----- Por todas estas premissas o Partido Chega vota contra esta deliberação!». -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que é uma questão política. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a discussão está encerrada, a discussão está encerrada, eu não sei quem é que falou, mas a discussão está encerrada. Eu peço desculpa, há um mínimo de respeito. Depois da votação já não se discute o ponto. Ó senhor deputado Natalino Alves, é meia-noite e vinte. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, ó senhora Presidente, desculpe lá, pode ser, mas eu não estou a discutir, apenas estou a comentar a votação, acho que tenho o meu direito, como é lógico, não é? Não estou a discutir, estou a comentar a votação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado... vamos todos comentar e gera-se o caos, vamos todos comentar e gera-se o caos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, senhora Presidente, já agora vai terminar, não é? Escute, vai terminar. Eu só queria, não tem nada a ver com a política. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, o senhor deputado é que manda, eu levanto-me e o senhor deputado vem para aqui, eu quero resolver. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, não, não, vai terminar, mas antes de terminar eu só queria desejar a todos... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao deputado Natalino Alves que não lhe deu a palavra, o senhor deputado peça-me a palavra se faz favor. Não é vou terminar. -----

Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves** não, não, eu estava a perguntar se a senhora ia terminar a sessão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ah! pronto, eu ia pôr, eu permitam-me, facilitem-me a vida se faz favor. Nós temos, portanto, mais dois impostos, o IRS, a derrama... a votação foi terminada com o voto por maioria do PS com... portanto, é por isso que se gera o caos, depois não há oportunidade para perguntar se as bancadas querem apresentar declaração de voto por escrito. Pronto, está registado em ata a intenção de apresentação de declaração de voto pelo "Portimão Mais Feliz" e pelo Chega. Neste momento temos, e era isso que eu estava a referir há pouco, a discussão e votação da participação variável de IRS e a discussão e votação do valor da percentagem da derrama. Estes dois impostos têm que ser votados antes do termo deste ano. Nós não temos a presença da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhora Presidente amanhã e não temos a presença do senhor Vice-Presidente amanhã que é a pessoa em quem ela encarregou para presidir. Portanto, o senhor Vice-Presidente está disponível, eu não estarei cá, mas estará o senhor deputado Carlos Café para fazer. Portanto, podemos continuar amanhã e eu farei uma nova convocatória para continuar os trabalhos amanhã, se entenderem que há condições para votarmos isto hoje e deixarmos o outro ponto, mas é o que lhes digo. Pois, eu estou a perguntar se há condições, uma vez que já discutiram algumas das questões, quer da derrama, eu tenho que pôr essa questão aos senhores deputados, os senhores deputados é que sabem não sou eu. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, é assim, por parte da nossa bancada parece-nos que é mais cordial continuarmos amanhã e tentarmos arrumar estes três pontos que estão em falta e aceitamos amanhã a Assembleia. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o PSD tem a mesma posição, o Chega tem a mesma posição, PAN, Bloco de Esquerda? Então até amanhã, sendo certo que eu amanhã não estarei cá e, portanto, despeço-me com um feliz natal e deixo o senhor deputado Natalino Alves desejar-me o feliz natal amanhã ou desejando hoje já, porque eu não estarei cá. --- -----

----- Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas vinte e três minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezanove de dezembro, no mesmo horário e local. -----

-----3ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 19 de dezembro de 2023 -----

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, coadjuvado por **José Júlio de Jesus Ferreira**, P'lo Primeiro Secretário e **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, P'la Segunda Secretária da Mesa.----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Miguel Nuno Candeias Martinho	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Filipe de Jesus Baptista Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Pedro Filipe Martins da Purificação	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro
CHEGA	Patricia Alexandra G. Ferro	1 dia	19/12/2023	Jorge Daniel Alves de Melo
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	19/12/2023	Marilu Santana
PS	Pedro Jorge Moreira	1 dia	19/12/2023	José Luís Mateus Barbudo
CDU	Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	18 dias	18/12/2023 A 04/01/2024	Joana Catarina Quintanova Sanches
CDU	Joana Catarina Quintanova Sanches	3 dias	18/12/2023 A 20/12/2023	Pedro Filipe M. Purificação
PS	Isabel Andrez Guerreiro	1 dia	19/12/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	19/12/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	19/12/2023	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	19/12/2023	Maria de Lurdes Montêz Reis
PS	Maria de Lurdes Montêz Reis	1 dia	19/12/2023	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	19/12/2023	Dário José Pereira dos Reis
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	19/12/2023	Ana Isabel Gonçalves Vieira
PS	Ana Isabel Gonçalves Vieira	1 dia	19/12/2023	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	19/12/2023	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	19/12/2023	Ana Catarina Martins Sousa
PS	Ana Catarina Martins Sousa	1 dia	19/12/2023	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
PS	Andreia Muchacho de Sousa	1 dia	19/12/2023	Luis Carlos Costa Paiva
PS	Luis Carlos Costa Paiva	1 dia	19/12/2023	Ana Filipa Barradas Correia
PS	Ana Filipa Barradas Correia	1 dia	19/12/2023	Paulo Matinhos Coelho Silva



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Paulo Matinhos Coelho Silva	1 dia	19/12/2023	Márcia Filipa Nunes Duarte
PS	Márcia Filipa Nunes Duarte	1 dia	19/12/2023	Miguel Candeias Martinho
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	1 dia	19/12/2023	Raquel Gonçalves Bernardino
PSD	Américo Leonor Mateus	1 dia	19/12/2023	Ricardo Jorge da Silva Viana
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	19/12/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1 dia	19/12/2023	César Rodrigo Valente

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	19/12/2023	Filipe de Jesus Baptista

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de 2023, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que estão na terceira reunião da Quinta Sessão Ordinária de 2023 na sequência das duas anteriores. -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4.d)** Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2024, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2023, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostava antes de começar com este ponto, e já que têm suscitado aqui algumas dúvidas, gostava de ler aqui o regime jurídico para a recuperação financeira municipal. E o que o regime jurídico para a recuperação financeira municipal diz no artigo número trinta e cinco, «a determinação da participação variável no IRS à taxa máxima prevista nos termos do artigo número vinte e seis do decreto-lei 73 de 2013 de 3 de setembro, a definição da taxa máxima na derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas nos previstos no artigo número dezoito da lei nº. 3/2013 de 3 de setembro. A definição das taxas máximas nos impostos municipais, designadamente no IMI, nos termos previstos na respetiva legislação, incluindo a não aplicação de qualquer fator minorativo e a aplicação de fatores majorativos previstos, sem prejuízo do disposto do número seguinte». E o que o número seguinte diz no 35 A, «dispensa de fixação da taxa máxima de IMI. A fixação da taxa máxima de IMI prevista na alínea c) do número um do artigo anterior pode ser dispensada se o município demonstrar que a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM não é colocado em causa pela aplicação de outra taxa de IMI». É por isto que quando fazemos a proposta para baixarmos tanto a derrama, como o IRS, não é possível. É possível no IMI e como ontem já foi dito, é uma opção política aquilo que pedimos para baixar. Não é possível nem na derrama, nem no IRS. Hoje peço desculpa, estou a falar sentado, mas os serviços pediram-me para falar sentado, porque o microfone é muito baixo e quando me levanto não fica bem gravado e então vamos ter que arranjar um microfone mais alto que eu para me pôr de pé, mas, entretanto, hoje vou falar sentado e também espero que esta Assembleia hoje seja breve. Muito obrigado a todos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Vice-Presidente que ele falou e muito bem e eles conhecem a lei e de facto o artigo trinta e cinco refere a impossibilidade do município quando está em processo de PAM e de FAM, tem que estar às taxas máximas quer na derrama, quer na taxa variável de IRS. Mas eu não sei se o senhor Vice-Presidente conhece a lei 73/2013, mais concretamente o número um do artigo cinquenta e dois que tem a ver com o limite ao endividamento e quando é cumprido o limite ao endividamento nós podemos pedir para sair do PAM/FAM. O executivo tem apresentado excedentes orçamentais na ordem das dezenas de milhões de euros e a pergunta que aqui se impõe, é porque é que o executivo não liquidou mais cinco ou seis milhões que é essa a diferença que está aqui em causa e não cumpriu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esse limite e não pediu para sair do PAM/FAM, e assim poder ganhar autonomia completa outra vez sobre os seus impostos. Gostava de saber qual é a justificação, porque é que não fizeram isso. Porque é assim, nós neste momento, esta casa tem à volta de setenta milhões no banco parado, não serviu sequer para investimento, pelo menos até ao momento e, portanto, tinha todas as ferramentas necessárias para sair do PAM/FAM e como tal ter essa autonomia e hoje poderemos estar aqui a aprovar a baixa desse imposto que é mais que justo para os portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar ao senhor Vice-Presidente que agradecem muito a leitura que fez da lei da assistência financeira. Sucede que o senhor leu, enfim, de uma forma detalhada e pausada, ainda por cima sentado que é para se ouvir bem e ficar bem gravado, mas o senhor devia de ter explicado e justificado porque é que o executivo que o senhor faz parte não tomou as iniciativas que devia ter tomado para que não tivéssemos aqui a ter esta discussão agora. Aliás, a discussão nem é nova, esta discussão é repetida ano após ano, porque ano após ano os senhores realmente fruto da arrecadação que têm tido de IMT, têm aumentado a receita e têm aumentado, portanto o saldo de gerência, não é, o excesso, o superavit orçamental e pasme-se, quer dizer, a negociação que fizeram com o FAM para uma amortização parcial não contemplou aquilo que poderia contemplar, ou seja, dito de outro modo, os senhores poderiam e deveriam quando fizeram essa amortização antecipada, ter negociado e posto em cima da mesa com a Comissão Executiva do FAM uma redução dos impostos municipais, não só do IMI, mas também da derrama e da participação variável no IRS, nomeadamente através de uma amortização mais acentuada da dívida ao FAM, porque tinham autonomia financeira para fazê-lo. E eu gostava é que o senhor dissesse aqui e assumisse claramente para não andarmos aqui com jogos de palavras, que optaram por não o fazer, porque a taxa de juro é baixa, porque queriam ter o dinheiro no banco, porque preferem deixar para 2025 em ano de eleições, o que for senhor Vice-Presidente, o que for, mas era mais leal do ponto de vista do debate que estamos aqui a ter, o senhor assumir isso de uma forma frontal e séria e clara, do que andarmos aqui com jogos de espelhos que é aquilo que estamos aqui a fazer. Não, não, o senhor é que está a fazer, o senhor é que está a fazer isso. Portanto, eu pergunto-lhe diretamente, quando é que o executivo que o senhor faz parte, propôs à Comissão Executiva do FAM retirar uma parcela da participação variável no IRS e eventualmente reduzir ou até eliminar a derrama? Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que eles habituaram-se a este tipo de argumentação e obviamente que ela não tem, enfim, não tem nada de novo, simplesmente às vezes valeria a pena por uma questão realmente de olharem de uma forma mais neutral as práticas políticas, no pressuposto de que haverá boas e más práticas políticas, naturalmente que sim, mas de facto, teve a preocupação de fazer o confronto entre aquilo que se passa ao nível do IRS e do IRC, por exemplo, em câmaras que estão excessivamente endividadas e em Câmaras que o não estão. Câmara excessivamente endividada será o caso da nossa. Câmaras que não estão excessivamente endividadas, será, por exemplo, o caso de Faro, e naturalmente pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



circunstância de que Faro é uma Câmara da coligação PSD/CDS, por maioria de razão os senhores estarão mais familiarizados até com esta prática e era de questionar se do ponto de vista interno, se já fizeram alguma autocrítica, se efetivamente já ponderaram quando esboçam essas preocupações relativamente à Câmara de Portimão, porquê efetivamente municípios como o de Faro, só para dar o exemplo, têm exatamente os mesmos valores de IRS. Senão vejamos. Cinco por cento Portimão-Faro, 2003/2023, cinco por cento Portimão-Faro, 2024. Sim. Então, na circunstância se quisermos de facto alinhar por algum bom senso em termos políticos, fica-nos de facto mal esta farda de fazer, digamos aqui a figura da virgem imaculada, imputando de facto à Câmara de Portimão porventura um excesso de aplicação ao nível dos impostos, sabendo nós que a Câmara é uma Câmara excessivamente endividada. Por maioria de razão, as câmaras que o não são, nomeadamente as do PSD/CDS, teriam uma postura a este nível seguramente diferente. Então, qual é de facto a leitura que nós fazemos disto? A leitura que nós fazemos disto é que estamos perante montantes que não são prescindíveis quer nuns municípios, quer noutros, por uma maioria de razão não serão prescindíveis nos municípios endividados. Portanto, não vale a pena efetivamente procurarmos fazer algum contorcionismo e procurar que a Câmara também faça algum contorcionismo, porque contorcionismo jurídico não pode fazer, económico, muito menos e os senhores têm sido sempre numa primeira linha aqueles que têm vindo de alguma maneira a imputar más práticas políticas, enfim, aos executivos do PS da Câmara de Portimão que têm esse respeito. Nós já fizemos as nossas autocríticas, portanto não vale a pena bater mais no ceguinho. Agora, o que está aqui verdadeiramente em questão, são dois exercícios de executivos que de facto galvanizaram a gestão política da Câmara e se permitem hoje ter de facto algo que lhe parece que incomoda, que é ter liquidez. Se essa liquidez é óbvio que não pode ser ocultada pela dívida, a dívida persiste, a dívida até está lá e não está oculta. Agora, solicitar à Câmara que faça exercícios deste género, com uma Câmara excessivamente endividada, não me parece um bom tom, e era esta basicamente a nossa posição, com o devido respeito pela posição da oposição, sem dúvida. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que quer dar um esclarecimento ao senhor deputado João Caetano. Houve de facto aqui uma falha técnica, digamos assim, que decorreu do facto de o rato não ter assumido imediatamente uma ordem, digamos assim que estava a ser dada, mas esse tempo ser-lhe-á atribuído, não há nenhum problema por causa disso, e já agora o senhor deputado, portanto Natalino Alves, eu não estou a dizer que os senhores deputados devam estar e nunca estão e nunca ninguém impôs isso, enfim, calados e em puro silêncio. O que eu me permito e acho que estarei a agir com bom senso, é que quando me parece, talvez erradamente, mas quando me parece, quando tiver a perceção de que os comentários possam ser perturbadores no sentido em que incomodam que todos os presentes percebam o que o senhor deputado que está com o uso da palavra está a dizer, eu nesse caso solicito que não façam esses comentários, mas é só isso, não se trata de os apartes, sim, eu estou a dizer é que... não, claro, claro isso faz parte. Agora, se forem perturbadores, quer dizer, se depois forem em número ou com um tom de voz de tal forma que depois perturbe, enfim, a compreensão, acho que se percebe. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre este ponto, é outra vez a mesma situação, a mesma cassette, não vale a pena repetir muito, mas gostava que ficasse aqui em ata, o Bloco de Esquerda não discorda da derrama, mas como já trouxemos aqui uma moção que até foi chumbada por vossas excelências, que começasse... ai a da derrama é a seguir, a do IRS, é do IRS. Então o IRS é sempre a mesma situação, mudo a cassette e então aqui o que nós pretendemos é que seja reduzida a taxa mínima para que consigamos pôr mais algum dinheiro no bolso dos portimonenses, daqueles que trabalham aqui no concelho de Portimão. Fico-me por aqui, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, respondendo ao deputado Figueiredo Santos, pessoa que eu prezo e que tem de facto uma qualidade, as suas intervenções são acima da média e eu agora começo a perceber porquê, porque de facto é uma pessoa que tem uma visão global das coisas e que está muito atento ao que o PSD e ao que os executivos do PSD fazem por este país fora. Senhor deputado, deixe-me que lhe diga o seguinte. Faro para Portimão será sempre um exemplo, se não for mais porque para já não caiu num endividamento excessivo. Em segundo lugar, já, por exemplo em matéria de habitação social já começou a entregar habitações, coisa que Portimão ainda não começou a entregar chaves de casas, por exemplo. -----

----- Outra coisa, não sei se conhece a situação de endividamento em que estava, por exemplo, Albufeira e que amortizou logo que possível a sua dívida, como nós estamos a questionar o executivo de porque é que não o fez, exatamente para recuperar essa autonomia na fixação dos impostos. Foi aí há uns anos atrás meia dúzia, sete anos talvez mais ou menos atrás que Albufeira fez isso. Como vê os executivos do PSD têm cumprido senhor deputado, e é bom que você veja e é pena é que às tantas outros colegas seus não andem tanto atentos ao trabalho do PSD, porque às tantas também não teriam chegado a este ponto de Portimão, não é, não teria atingido este limite de endividamento que atingiu há uns anos atrás, mas sabe também tenho que lhe dizer que o que incomoda o PSD acima de tudo é que os portimonenses estão a pagar os impostos no máximo quando não precisavam de estar a pagar e isso é o que incomoda, percebe? Por uma opção política, porque já podia ter-se saído do endividamento excessivo, se não saiu o executivo foi porque não o quis fazer, portanto só pode ter sido por uma opção política e, portanto, não vale a pena virem para aqui agora enumerar artigos da lei que diz que não podem baixar, não podem porque não amortizaram a dívida e pela capacidade para isso, tinham. Portanto não vamos arranjar desculpas, foi uma opção política, os portimonenses continuam a pagar as taxas máximas porque o executivo assim o quer. Muito obrigado, boa noite. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que começa por dizer o seguinte. Também esta deliberação, ou parte desta deliberação que estamos a falar sobre a devolução ou não de um valor até cinco por cento do IRS aos municípios portimonenses, é claramente uma opção política. Os senhores bem querem fazer crer que isto é um formalismo legal, mas o formalismo legal que existe, advém para dar cobertura àquilo que é a opção política do concelho, ou neste caso do executivo, mas e os senhores tanto gostam de colocar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nos documentos análises macroeconómicas, deixe-me-vos recordar uma que saiu esta semana, ainda ontem eu falei sobre isso, análises sobre e que o Conselho das Finanças Públicas publicou, em que diz o seguinte. «o Conselho das Finanças Públicas diz que a carga de impostos e a carga fiscal vai subir até 2037, e que a carga fiscal que vai subir até 2037, portanto diz que vamos ter catorze anos de subida de carga fiscal e que recorde que os últimos dois anos foi de records sucessivos». Mais, diz que «de 2023 a 2027 vai ficar pelos trinta e sete vírgula sete por cento. A partir de 2028 passará a trinta e oito por cento, e até 2037 vai rondar os trinta e nove por cento de carga fiscal que os portugueses vão ter». Eu acredito que os senhores digam assim, «mas lá está ele a discutir política nacional». Sim, mas os portimonenses vão ser obviamente também vítimas desta carga fiscal que vem e que vai rondar quase quarenta por cento. Isto essencialmente se vai ficar a dever àquilo que é a progressividade do IRS, e os senhores deviam ler estes documentos. Se não deviam de ler estes documentos, eu recorde-vos, mais, com uma agravante, é que as contribuições vão estagnar, portanto se as contribuições vão estagnar porque obviamente entronca aqui um problema que é o problema demográfico, quer dizer que só há uma forma de resolver isto, é com carga fiscal. O que é que isto vai entroncar aqui no concelho de Portimão? No concelho de Portimão vai entroncar outra coisa que é giríssima que é, eu olho para a cobrança do valor da derrama previsto para 2024 e ronda os dois milhões e duzentos mil, e isto é difícil de explicar aos portimonenses como é que uma autarquia quando faz orçamentos e cumpre com cinquenta por cento dos orçamentos da despesa, portanto há sempre cinquenta por cento que normalmente não são cumpridos, portanto vai dar nos excedentes orçamentais. O ano passado tivemos trinta milhões, este ano segundo números, já temos sessenta milhões de euros em saldo em caixa e, portanto, custa a entender aos portimonenses como é que não se continua a pagar o endividamento excessivo para devolver cinco por cento da taxa de IRS à população, quando a cobrança deste imposto significa dois milhões e duzentos mil por ano. Portanto, os senhores têm que explicar e alguns se calhar empresários que estão aqui à minha frente, mas a todos os outros que estão lá em casa como é que qualquer lucro que uma empresa apresente em Portimão é tributável não só na derrama que vem a seguir, como depois os munícipes não têm a facilidade ou não ganham com esta vantagem de devolução da taxa de IRS. Eu ontem referi aqui outra questão que é importante, para qualquer coleta mínima no valor líquido de dez mil euros, um por cento de devolução do IRS significam cem euros em caixa de cada um dos munícipes em dinheiro e cem euros faz certamente a diferença. Isto num concelho que eu oiço falar que de vez em quando sai assim dinheiro para toda a gente como algumas medidas que o executivo tem tomado. Portanto, eu acho que é difícil e peço a explicação qual é o racional, mais uma vez de vir aqui a justificação que isto é um formalismo que decorre da legalidade da intervenção da Troika em Portimão, mas quando os senhores por um simples ato de gestão que é pagar o excesso de dívida, já há alguns anos podiam livrar os portimonenses daquilo que é uma carga fiscal que salvo erro dados e vem no anuário financeiro, no anuário das autarquias este ano só de juros estão a pagar cerca de seiscentos euros ao longo dos últimos anos. Portanto, custa muito o executivo explicar aqui? Eu acho que têm dificuldade e depois deixe-me dizer aqui outra coisa. Faro, eu sei que era importante discutir aqui Faro, mas eu continuo a dizer é importante é discutir Portimão e discutirmos o que é que se passa aqui ao nosso lado, Lagos, por exemplo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas os senhores é importante quererem remeter para Faro, mas Faro diminuiu a derrama de um e meio para um ponto três, e todas as empresas que apresentem lucro até cento e cinquenta mil euros estão livres de qualquer imposto, ao contrário de Portimão. Portanto, essa atualização também tem que fazer e colocar aí nos seus apontamentos. Portanto, é importante é ver o que é que se passa aqui nos concelhos à nossa volta. Portanto, eu volto a referir, esta é claramente uma opção política que os senhores tal e qual como têm em relação ao IMI. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de facto, ela tem ouvido sempre dívida excessiva, dívida excessiva, eles não podem amortizar ou não podem baixar os impostos por causa da dívida excessiva. É engraçado, porque este conceito de dívida excessiva foi criado pelos próprios senhores do PS em pré-eleições, porque a dívida excessiva demonstrou durante este tempo todo que não foi amortizada porque os senhores não o quiseram. Em primeiro lugar, nem sequer era necessário os senhores recorrerem ao FAM. Portanto, quiseram recorrer ao FAM sem necessidade, porque a vossa gestão da cobrança de impostos, elevadíssimas taxas e cobrança de receitas, os senhores podiam bem gerir a dívida à data de, há oito anos atrás sem recorrer ao FAM. Foi uma estratégia vossa para as eleições, para fins eleitorais e realmente não esclareceram as pessoas, continuou a dívida excessiva, malandros deixaram, endividaram a Câmara, mas esqueceram-se de informar que essa dívida excessiva que não era dívida excessiva porque os senhores não souberam gerir a dívida e pagar, portanto eu lembro-me naquela altura que o vereador Caçorino teve toda a razão em não querer, até houve uma certa oposição de recorrer ao FAM e alguém vos deu a mãozinha para recorrerem ao FAM sem necessidade, porque os senhores demonstraram neste tempo através das vossas receitas que tinham capacidade para liquidar, para gerir esta dívida sem recorrerem ao FAM e sem prejudicar os portimonenses durante estes anos todos e com a mesma cantoria de há anos atrás. Mais, esqueceram-se de informar também os cidadãos que a dívida excessiva resultou, não foi dívida excessiva, foi uma dívida, sim, havia passivo, mas que parte desse passivo foi positivo, foi construtivo, os senhores não sabem é gerir, é gerir e isso tem uma grande dificuldade, porque se não fosse feita a dívida meus senhores, os senhores é só verificarem, as obras que foram feitas nesta cidade em data anterior, é só verificar, as obras que foram feitas em data anterior que resultou nesta dívida, dívida construtiva e dívida positiva e que se não fosse feita dívida, se o município não estivesse endividado, a maior parte dos subsídios concedidos pela comunidade, não havia recurso aos subsídios, eram todos para o lixo como têm sido durante a vossa gestão, nesta vossa gestão. Portanto, esta história da dívida excessiva já me cansa, há dívida excessiva por incompetência de gestão da dívida atual e da anterior. Os senhores já podiam ter liquidado, amortizado a dívida e baixar os impostos aos portimonenses. Os senhores castigam, é a mesma retórica de sempre, portanto é incapacidade de gerir. ----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, acabei de perguntar e os senhores deputados ouviram a resposta do senhor Vice-Presidente. O senhor Vice-Presidente diz que não sente necessidade de fazer nenhuma intervenção. Portanto, o que há a fazer a seguir



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é uma de duas coisas. Ou há inscrições dos senhores deputados e é isso que estamos a fazer, ou não havendo, passamos naturalmente a votação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, então eu reitero aqui a pergunta que fiz ainda agora ao senhor Vice-Presidente e gostava que esclarecesse à Assembleia se realmente foi posta ou não em cima da mesa com a Comissão Executiva do FAM, a diminuição da participação variável no IRS e a questão da derrama, mas queria também aqui responder àquilo que o senhor deputado Figueiredo Santos disse ainda agora. Ó senhor deputado, o senhor falou em contorcionismo político e quem fez o número de contorcionismo foi o senhor, que o senhor à laia de vir justificar as opções do PS em Portimão que não são só participação variável do IRS no máximo, é a derrama, é o IMI, são as taxas e penalidades sempre no máximo nos últimos oito anos, o senhor para justificar tudo isso foi buscar o exemplo de Faro que por acaso é uma Câmara governada, não é por acaso, os farenses têm, enfim, têm bom senso, têm bom senso, por acaso é uma Câmara governada, é coligação pelo PSD e pelo CDS, mas o senhor esqueceu-se de muitos outros exemplos pelo país fora de câmaras que são ou em coligação também como Faro, ou sozinho o PSD, ou sozinho o CDS, que são seis, em que a participação variável no IRS é zero e dou-lhe dois exemplos de câmaras governadas pelo CDS, Ponte de Lima e Vale de Câmara, mas há muitas do PSD também que têm a mesma política senhor deputado, e o senhor aqui foi escolher exatamente um exemplo que tem uma realidade completamente distinta de Portimão, para justificar aquilo que os senhores têm feito em Portimão. Portanto, é um exercício que é, enfim, de um primarismo do ponto de vista argumentativo e estou a recorrer a uma expressão que o senhor usaria com propriedade, é um exercício um bocadinho primário do ponto de vista argumentativo que o senhor acabou de fazer, porque, enfim, dá-lhe jeito ir buscar uma coligação que por acaso tem dois partidos que estão aqui representados nesta Assembleia, para justificar aquilo que os senhores têm feito de massacre e de assalto fiscal aos portimonenses nos últimos oito anos, verdadeiro assalto fiscal ao bolso dos portimonenses do executivo PS. Portanto, para contorcionismo, senhor deputado Figueiredo Santos, estamos conversados. Eu oferecia-lhe o trapézio, mas se calhar o senhor caía e estatelava-se no chão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só para demonstrar aqui os números que estão aqui neste orçamento, por exemplo, o ano passado em 2023, foi cobrado no IRS três milhões cento e cinquenta e seis, e este ano já aumentou para três milhões oitocentos e setenta e nove. E se temos um encaixe a sessenta milhões, o que é que custa devolver três milhões e oitocentos aos portimonenses que trabalham? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apenas à resposta do senhor deputado José Figueiredo, realmente, enfim, tenta iludir o que é uma ilusão para todos os portimonenses, em que a Câmara em artigos publicados menciona sempre de que está ao lado dos portimonenses, que quer facilitar a vida dos portimonenses. Eu pergunto e até percebo que a Câmara não pudesse, pelas despesas que tem, muitas delas evitáveis como é lógico, mas não vamos por aí, em relação à dívida, em que eu falo há anos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



consecutivos que deveria de amortizar a dívida para que a Câmara pudesse dar aos portimonenses aquilo que os outros dão, independente de ser a Câmara de Faro que dá, independente de ser outras câmaras. O que eu lhe devo dizer é que uma autarquia que fecha consequentemente os exercícios com vinte milhões, trinta milhões e este ano provavelmente sessenta ou setenta milhões, tinha e devia ter a obrigação de liquidar parte da dívida para que o executivo pudesse dar essa benesse aos portimonenses a nível de IRS, e não o fez por uma questão política. Isto é uma opção política claramente. Portanto, se o dinheiro continua vinte, trinta, sessenta e setenta milhões nos cofres do município no fim do ano, é porque não os gastou, e porque não faz falta, porque se fizesse falta tinha gasto e, portanto, o que eu lhe devo dizer é de que isto é uma opção política e que os portimonenses têm que saber destas opções do Partido Socialista nesta Câmara. Quando diz que defende os interesses dos portimonenses, não defende, não pode defender desta forma e nós aqui sempre dissemos e eu pessoalmente em nome do meu partido, de que deveria de diminuir a dívida consequentemente ao longo dos anos. Compreendia se o executivo num exercício tivesse vinte milhões ou trinta milhões e fossem gastos no ano seguinte e terminasse o ano sem esta reserva de tesouraria. O que acontece, é que constantemente esta reserva de tesouraria vem aumentando, o que quer dizer que não foi gasta e, portanto, deveria de pagar as dívidas que foram os senhores que as contraíram, que meteram o município na situação em que está e, portanto, deveriam de ter, porque os portimonenses é que pagam, é que o senhor esquece-se de que não é a Câmara que paga, são os portimonenses é que pagam e como em Lagos, como em Monchique, como em Lagoa, deveriam de devolver uma parte, pouca, mas deveriam devolver essas verbas aos munícipes, aqueles que aqui residem e aqueles que aqui pagam os seus impostos. Não é só aquilo que os senhores dizem que dão, esses não pagam o IRS. Os que pagam o IRS, são os que alimentam a Câmara através do IMI, através do IRS e as empresas através dos impostos que os senhores não baixam porque não querem, uma opção política. Tenho dito, obrigado. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4.d)** Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2024, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2023, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 826/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	1	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	0	1	1	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Foi aprovada, **por maioria**, a participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2024, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2023, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**. -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2024, está

condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. Como é do conhecimento, Portimão está sob a alçada da Troika que é o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação e pagamento antecipado quer do excedente da dívida como a própria dívida em si!-----

O executivo insiste na narrativa repetida de que não pode baixar impostos locais ou devolver a participação do IRS porque o Programa de Ajustamento Municipal (PAM) impede de o fazer, mas sabemos de que a justificação técnica tem por trás uma opção política da qual a “dívida” permite uma série de enganos à população. O exemplo máximo desse expoente da gestão socialista é apresentação de excedentes de saldos transitados de 2022 para 2023 de 23 milhões de euros e de 2023 para 2024 de 50 milhões de euros, porque orçamenta/promete obra e não utiliza/gasta/investe, daí restar valores exorbitantes! Teimando em não abdicar de ir mais além no pagamento da dívida ano após ano porque a justificação do PAM até dá jeito! -----

O executivo municipal do Partido Socialista não tem propostas, não tem estratégia, não tem plano com alternativas orçamentais que beneficiem as famílias e as empresas, quer através de redução e pagamento de mais dívida, quer através de incentivos ao investimento local. -----

É conhecido o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais “ridículo” que existe, injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto, isto porque os cidadãos adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo e a penalização que sofrem. Onde está a justiça social do imposto IMI e a respetiva sobrecarga onerosa para as famílias e empresas portimonenses? -----

Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, sendo esta da responsabilidade do governo, faz com que o nosso entendimento sobre a miserável proposta em apreço de redução que é “vendida” pelo executivo do Partido Socialista nem sempre poderá corresponder a uma redução, ainda mais com a agravante de que alegadamente irá ser promovido novos zonamentos e coeficientes para cálculos do IMI também no concelho de Portimão.-----

Deste modo, verifica-se mais uma vez que para o ano em apreço a redução do IMI em 0,01 é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa e que em nada está de acordo com o esforço que os cidadãos de Portimão fazem há anos para compensar a irresponsabilidade dos executivos socialistas e que não passa de uma medida justificada com o “garrote” do PAM! No entanto, todos devemos ficar a saber que se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros “garrotes” deixariam de fazer efeito e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que obviamente deveria ser reduzido o IMI para a taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia e a qual está prevista na autonomia municipal. -----

Continuamos a expressar a nossa indignação com determinados gastos que a autarquia faz, como por exemplo gastar 500 mil euros nas comemorações do 25 de Abril que é exatamente o mesmo valor que vai praticar com “migalha” da redução do IMI resultado da redução de 0,01% para o ano de 2024. Sendo este imposto imoral as populações não o deveriam suportar num ano que se prevê de mais carga fiscal, de mais aumento da despesa pública. -----

O conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2024, ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção e aumento da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país. -----

A taxação sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que é a DERRAMA (imposto extraordinário local) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Este imposto continuará a ser penalizador para todas as empresas que tem sede fiscal em Portimão. -----

Mais uma vez o Partido Socialista usa este imposto para benefício da sua estratégia política como justificação de que a Troika em Portimão não deixa alterar. Sabemos que a redução ou alteração de critérios aplicados à DERRAMA nos concelhos limítrofes ao de Portimão, são muito diferentes, produzem a respetiva anulação ou redução do imposto, tendo impacto direto positivo na estrutura de custo das empresas (independentemente da faturação e dimensão) servindo ao mesmo tempo de elemento de atratividade para o concelho. -----

O pagamento antecipado da dívida acumulada ao longo dos anos possibilitava a capacidade de anular e acabar com a cobrança da DERRAMA no Município de Portimão.-----

Adicionalmente para o ano de 2024, a autarquia teima em não devolver a participação da taxa variável de IRS aos munícipes/sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%.-----

Como exemplo a devolução de 5% do IRS que a autarquia arrecada aos agregados familiares do concelho de Portimão, corresponde a que cada munícipe que tenha uma coleta líquida de IRS no valor de 10 mil euros, permitiria que cada trabalhador receberia 500€/Ano.-----

Sabemos que a TROIKA portimonense obrigou a alterar o paradigma da gestão autárquica, obrigando a acabar com “*modus operandi*” de má gestão dos dinheiros públicos através da acumulação da dívida e mais dívida promovendo um cenário para um novo ciclo de gestão, o que não se verificou!-----

Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais e que em nada têm servido para desenvolver o concelho de Portimão! -----

Infelizmente o executivo municipal do Partido Socialista nada aprendeu com o passado! O Partido Chega em Portimão várias vezes aconselhou o executivo a definir uma estratégia para pagamento da dívida através do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



excedente orçamental por via do IMT, finalmente, no término do ano 2023, anunciaram a medida, o pagamento extraordinário do excedente da dívida FAM! -----

Contudo, com previsível saída da zona do endividamento excessivo, a dívida continua a ser alta e não desaparecerá ao contrário do que querem fazer parecer, superior a 84 milhões de euros, sendo ainda mais preocupante o facto dos documentos provisionais apresentados para 2024-2028 demonstrarem um exorbitante aumento da despesa pública local com records sucessivos, nomeadamente na rubrica de despesa corrente. O que fará previsivelmente com que o município de Portimão ultrapasse novamente a meta do endividamento excessivo no ano de eleições autárquicas de 2025 e consequentemente um aumento da carga fiscal através de mais imposto diretos para os munícipes! -----

Por todas estas premissas o Partido Chega vota contra esta deliberação!» -----

-----Em seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-e)** Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2024 relativo ao ano de 2023, nos termos do nº6 da Proposta - **Deliberação nº 826/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, como no ponto anterior o senhor Vice-Presidente fez greve às respostas, eu vou insistir aqui neste ponto, porque o argumento é exatamente o mesmo, aqui estamos a discutir a questão da derrama, mas a questão põe-se exatamente da mesma maneira, enfim, não sei se o senhor Vice-Presidente vai ler aqui a lei também, a lei da assistência financeira, nós já a ouvimos no ponto anterior, se calhar não vale a pena, eu gostaria, gostaríamos, aliás, todos é de saber em que momento é que o executivo, nomeadamente quando negociou a amortização antecipada junto da Comissão Executiva do FAM, em que momento é que o executivo tentou ou reduzir, ou eventualmente eliminar a derrama, nomeadamente amortizando o valor superior e, portanto, colocava aqui essa questão diretamente ao senhor Vice-Presidente, quando é que essa questão foi submetida aqui à Comissão Executiva do FAM e para já disse.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que já tinha falado sobre este assunto no ponto anterior, o que eles acordaram aqui é o que existe em Faro e o que eles trouxeram aqui foi chumbado, porque eles queriam que a derrama fosse a partir dos cento e cinquenta mil euros e que estivesse a um ponto três. E outra situação que gostaria de saber aqui, se me pudessem dar essa informação tanto no ponto anterior como neste ponto, de quantos contribuintes é que pagam IRS aqui dos cinco por cento aqui no município, não sei se consegue quantificar esse número de pessoas, de contribuintes e também quantas empresas é que pagam a derrama no concelho de Portimão. Tenho dito. ----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que ele para amenizar um pouco a discussão, faria uma introdução a esta deliberação, dizendo que a derrama, surgiu como um imposto colonial em meados do século



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



XVIII, em virtude da diminuição das receitas do ouro provenientes do Brasil. Foi necessário colmatar essa lacuna financeira na altura e criar um tributo excecional a cobrar à população. -----

----- O nosso município por desvarios, más gestões financeiras de outrora e manietado pelo FAM, continua a aplicar e a colonizar os bolsos empresariais. Contudo, depois da tempestade tem vindo a bonança e já vem sendo altura de se amenizar ou suprir tal imposto, pois o endividamento excessivo estará ultrapassado. -----

----- A bancada do Partido Chega não acompanha a ideia da continuidade deste imposto em prol do aliviar da carga fiscal que os empresários portimonenses têm suportado. Defendemos menos impostos e mais economia. Tenho dito, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é só para, não vou estar aqui a repetir as razões porque já há um bocado nós explicámos o porquê do nosso voto contra e neste ponto aqui também somos contra a opção política deste executivo e somos contra porque achamos que deveria pelo menos os pequenos negócios, as pequenas empresas, a economia local que suporta muitos dos empregos dos portimonenses devia-se estar isenta da derrama. Achamos que é muito menos ser cobrada à taxa máxima. Por esse motivo a bancada do PSD vai votar contra este ponto. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a bancada Chega vai votar contra esta deliberação mais uma vez, porque continuamos a pensar que esta não é a forma ideal, apesar da explicação técnico-política que o senhor Vice-Presidente acabou por dar logo aqui no início e refiro mais uma vez aquilo que há pouco foi dito, que esta é claramente uma opção política, porque o excedente da dívida de alguns anos a esta parte já poderia ter sido obviamente antecipado, porque não só temos assistido nos últimos anos a uma gestão autárquica baseado naquilo que é o acumular da dívida, mas também a própria dívida serve de estratégia, ou tem servido de estratégia para o executivo e, portanto, eu estou curioso para ver o que é que vai acontecer, ainda ontem disse aqui e estamos todos muito curiosos para perceber o que é que vai acontecer sob o ponto de vista de gestão orçamental e financeira a partir do momento em que esse excesso de dívida for paga e como é que os senhores vão olhar para toda a dívida que não é o excesso, mas depois toda a outra que fica, que rondará provavelmente os oitenta milhões e que vai continuar a aumentar. Eu temo mais uma vez que não tarda nada, mais ano menos ano, esperemos que não, que não teremos depois novamente a Troika a bater aqui à porta e teremos que entrar num processo de reavaliação novamente, mas eu estou curioso até a propósito daquilo que o senhor Vice-Presidente disse aqui que é a propósito das negociações e a propósito da lei, enfim, várias negociações têm havido ao longo dos anos com a entidade e o Programa de Ajustamento Municipal, ou Fundo de Ajustamento Municipal e dos quais, enfim, de certa forma também o próprio juro tem diminuído, atualmente a autarquia paga meio milhão de euros só de juros relativamente aos oitenta e oito milhões de euros, portanto a autarquia paga qualquer coisa como, a autarquia não, pagamos todos nós aqui em Portimão, meio milhão de euros só de juros relativamente ao processo de intervenção financeira, mais meio milhão de juros relativamente, ou mais meio milhão de empréstimo, aliás relativamente a todos os outros paralelos, portanto é o equivalente à redução do IMI. A questão aqui que eu fico e que gostava de colocar é, aliás, duas questões. Qual é que é a estratégia a partir do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



próximo ano relativamente a estes impostos, IMI, IRS e derrama, uma vez que a autarquia vai ficar livre para poder passar da opção técnica à política e, por outro lado, gostava de saber se este ano esta reunião que se passou com o Programa de Ajustamento Municipal foi presencial ou foi através de troca de correspondência de e-mails. Como é que se processou? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, eu e o deputado municipal Paulo Canha não combinámos, mas a pergunta é exatamente essa, e uma vez que já fizemos a pergunta por duas vezes acerca da negociação com a Comissão do FAM, eu gostaria que o executivo esclarecesse como é que foi feita essa negociação, se houve uma reunião presencial, se há troca de ofícios entre a comissão e o executivo e agradecia que esclarecessem e que informassem a Assembleia. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos dados que o deputado Pedro Mota perguntou, esses dados não são fornecidos pela autoridade tributária, portanto não sabemos quem paga nem o número de pessoas que pagam. -----

----- Quanto às previsões para 2024, isso depois logo virá à reunião quando for caso disso e quando for essa altura. -----

----- Quanto às reuniões com a Comissão do FAM, são os contactos regulares que tem havido entre o Dr. Pedro Pereira sempre, porque o Dr. Pedro Pereira é que faz o elo de ligação entre o executivo e a comissão com o FAM. E é os contactos regulares que tem tido que têm tido para essas reuniões com troca de e-mails também, presenciais não tem havido reunião, só houve uma em 2020. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, obrigado pela resposta senhor Vice-Presidente Álvaro Bila. Eu reformulo a pergunta, qual a estratégia a partir do próximo ano que o município tem para a carga fiscal e os impostos que aqui estamos a falar. O senhor agora remeteu para 2024, logo veremos, penso que essa deve ser a última resposta que o senhor se calhar teria desejado dar. Provavelmente pensou numa coisa, saiu-lhe outra e eu estou a interpretar outra, isto, enfim, às vezes é da condição humana. Portanto, eu reformulo a pergunta, qual é a estratégia que o executivo tem a partir do próximo ano, uma vez que está livre do excedente da dívida, qual é a estratégia que vai implementar para os próximos anos. -----

----- Depois, sobre aquilo que referiu, se existe correspondência, existe também atas, existe correspondência, o que é que nos pode facultar nesse sentido para podermos ficar obviamente conhecedores e é o mesmo registo de toda a negociação feita e efetuada. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhor Presidente, eu não quero ser, enfim, eu já não sei o que é que hei-de dizer, mas esta ausência de respostas não é, certamente não é a mim que me desagrada, é as pessoas, os munícipes, enfim, os cidadãos de Portimão, perceberem que existe uma ausência de resposta e que não há uma estratégia municipal para a carga fiscal nos próximos anos. Os senhores apresentam aqui uma série de documentos nestas últimas, é a terceira Assembleia em que falam numa série de investimentos que pretendem fazer, mas depois quando chega



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a esta parte, para o ano logo se vê. Eu acho que isso não fica bem, eu acho que isso não fica bem, eu acredito que algumas destas pessoas que até são do partido do senhor Vice-Presidente se calhar também ficarão completamente à nora, então se eu fosse empresário, ficaria à nora, então imagine se eu fosse empresário e quisesse investir em Portimão com esta resposta e se estivesse ali sentado, eu ficava, «espera aí, então mas como é que eu vou investir numa cidade, cujo executivo não sabe o que é que vai fazer de carga fiscal a partir do próximo ano»? Então se sabe, diga senhor Vice-Presidente, então diga, então diga! Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pois, quer dizer, fazer um debate nestes modos é um bocadinho difícil, isto parece um monólogo, não é? Ou uma conversa de surdos, sendo que aqui o surdo é quem não responde, porque parece que não quer ou não consegue responder e, portanto, enfim, até do ponto de vista democrático é um bocadinho triste, estamos a tentar fazer aqui este debate e depois as perguntas, enfim, rechaçarem nesta atitude um bocadinho, enfim, eu diria desrespeitosa para com a Assembleia da parte do executivo. E desrespeitosa é uma palavra um bocadinho comedida, porque se calhar é mais do que isso. Senhor Vice-Presidente, pois, enfim, vamos ver se o cronograma para 2024 corre bem, vamos ver se corre bem que é para depois a vossa estratégia pré-eleitoral para 2025 também depois ser consequente, nomeadamente com a baixa de impostos e de taxas. Esperemos bem e isto é para memória futura, esperemos bem que não haja aqui uma derrapagem no calendário em 2024, que é para depois a coisa em 2025 não correr mal para o vosso lado e para os portimonenses também. -----

----- Agora, o que temos aqui em cima da mesa é um imposto que é aplicado às empresas que têm lucro tributável e que é o reverso da medalha da alínea anterior, da participação variável do IRS. Se a participação variável índice sobre pessoas singulares, as famílias e esmaga ainda mais o rendimento das famílias, porque já está suficientemente apertado com o aumento da inflação, com o aumento do custo de vida, com a falta de crescimento de salários, etc., etc. e com a carga fiscal que o governo da República também aplica, que não é coisa pouca, temos aqui o outro lado da moeda que é, uma penalização forte das empresas que têm o lucro e que operam no concelho, e do mesmo passo é aqui uma forma de, enfim, diminuir a atratividade para quem quer investir em Portimão, porque um empresário que seja minimamente consciente e que tenha perspetiva que é a perspetiva e o desejo de todos os empresários ter lucro ao final do ano, no final do exercício, se puder optar entre instalar a empresa em Portimão ou num concelho aqui ao lado, não vai seguramente sedear a empresa em Portimão, porque já sabe que tem a derrama e, portanto, isto em termos de capacidade de atratividade de investimento é penalizador para o nosso concelho, é muito penalizador e, portanto, é mais uma razão que os senhores deviam de ter aqui pegado para tentar junto da Comissão Executiva do FAM, eliminar ou até reduzir se fosse possível este imposto. Reduzir já vimos que se calhar não era possível, então era eliminar nem que fosse através de uma amortização mais substantiva da dívida, porque seria um ganho bastante grande em termos de competitividade para Portimão, porque só as empresas querem riqueza e criam emprego, não é a Câmara, não é o Estado, são as empresas, são os particulares que investem e que criam negócio, que geram



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



emprego e que criam riqueza e, portanto, nesta medida e em face das ausências de respostas, a bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" vai votar contra esta deliberação. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, uma intervenção final então, eu acho que ao fim ao cabo acabamos por estar todos de acordo e na derrama então até para criar competitividade entre os municípios e outros aqui do lado e, portanto, o que o executivo tem preparado e que o executivo... o ano passado para termos amortizado a dívida, que deixássemos de estar em endividamento excessivo tínhamos que ter amortizado na ordem dos vinte e três milhões. Amortizámos dez mais quatro que é o pagamento anual. -----

----- Quanto à derrama, a derrama é para o município, são quinhentos mil euros e isto cria aqui um diferencial entre o município e os até vizinhos que não têm este imposto e, portanto, com isto o que quero dizer, até para as empresas se fixarem mais em Portimão, acho que acabamos por estar todos de acordo. Agora, com aquilo que eu disse, com aquilo que eu li da lei, não é possível este ano ainda fazê-lo. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que sabe que às vezes as coisas que aqui são ditas, não sabe se é pela forma ou o conteúdo, ele sabe que incomoda e chateia, mas têm que ser ditas e as verdades têm que ser ditas. Senhor Presidente em exercício, o imposto arrecadado através da derrama é dois milhões e duzentos mil, não é quinhentos mil euros, dois milhões e duzentos mil euros. Da derrama, dois milhões e duzentos mil euros e depois recorde Lagos cobra zero, Lagoa cobra zero ponto um, Monchique salvo erro, Monchique acho que cobra zero também. Portanto, estamos a falar aqui em concelhos ao lado, Silves também zero, portanto, enfim são concelhos muito mais competitivos, mas eu continuo a dizer, pela ausência da sua resposta, eu vou-lhe dizer o que é que vai acontecer, sabe qual é que é a estratégia municipal para os próximos anos sobre a carga fiscal? É continuar a aumentar e não há outro remédio perante aquilo que nós estamos a ver aqui. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu queria agradecer aqui a resposta do senhor Vice-Presidente, e senhor Vice-Presidente, com toda a amizade e respeito que tenho por si e sabe que é verdade, aquilo que o senhor acabou aqui de dizer-nos, no fundo, traduz aqui uma linha de raciocínio na gestão aqui das finanças municipais que é do executivo a que o senhor pertence, não é exclusivamente sua, e eu parto do princípio que os senhores estão de acordo, o executivo pelo menos está de acordo em relação a estas matérias, portanto há unanimidade em relação às decisões que são tomadas, presumo eu, mas traduz uma linha de raciocínio que eu definiria da seguinte forma. Os senhores gerem as finanças municipais como quem gere uma mercearia de bairro, daquelas à moda antiga, em que o merceeiro tem uma caneta atrás da orelha e tem um bloquinho onde vai apontando o deve e o haver, e vai aforrando, vai aforrando, vai aforrando, porque, enfim, vem ali um viajante, um caixeiro viajante que vende produto de maior qualidade, mas custa se calhar um bocadinho acima daquilo que é, o que é hábito gastar e o merceeiro com medo compra um produto mais caro que não sabe se vai ter saída, prefere não arriscar e o senhor acabou de assumir aqui de



uma forma claríssima que não quiseram amortizar vinte e três milhões de euros para libertar o município da derrama e isto traduz uma opção que é gravíssima e que o senhor acabou aqui de assumir de uma forma clara. Disse. - -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, não raro, faz-nos falta de facto fazer algumas reflexões sérias e profundas em relação às traves mestras do funcionamento da nossa sociedade, tanto ao modo como ela funciona, ir a fundo nessa questão e tentar libertar a fraseologia absolutamente despidorada e desrespeitosa, essa sim, como as contas de merceiro e coisas que o valha, isso realmente não lhe fica bem, não lhe fica bem. -----

----- Há um pressuposto que nós todos temos que ter em mente. A sociedade é complexa, nós vivemos uma fase de transição tecnológica intensa, haverá seguramente mudanças substantivas quer ao nível da mão-de-obra, das profissões, etc. por aí fora e naturalmente também ao nível do emprego do capital. Consequentemente importa observar que devemos ser um pouco mais humildes, no sentido de percebermos que nós não temos um controle absoluto da experiência humana, nós não contemos o controle absoluto daquilo que vai suceder amanhã e, portanto, sob esse ponto de vista, deputado Paulo Canha, eu compreendo de certa forma alguma apreensão que possa surgir da parte do senhor Vice-Presidente relativamente ao futuro, sem prejuízo que se deve ter obviamente uma estratégia de futuro. Todavia, quando nós partimos para um orçamento partimos sempre da base daquilo que foi o realizado, e é difícil de facto a um ano perspetivar o que é que vai acontecer no futuro. Isto porquê? Porque de facto ninguém pensaria na instabilidade que nós viríamos a ter, por exemplo, com a guerra na Ucrânia, com a instabilidade mais recente em Israel e por aí fora. Portanto, a complexidade das sociedades modernas não se compadece muitas vezes de análises lineares, perspetivando o que é que vai ser o futuro se o hoje foi isto, aqui e agora, mas eu diria mesmo que a determinado momento senti que colocou o dedo na ferida, quando disse, «a carga fiscal vai aumentar no futuro» e não pôs condições, nem disse que isso dependeria de uma sociedade que teria preocupações de ordem social ao nível da manutenção do estado providência, de uma sociedade liberal por aí fora, ou seja, nem sequer esse modelo se pôs em questão, ou seja, vamos avançar para uma carga fiscal, trinta e nove por cento até 2037. Significa dizer que há outros elementos de perturbação na sociedade que nós temos que estar atentos a eles, nomeadamente a questão demográfica, nomeadamente o envelhecimento da sociedade portuguesa, o envelhecimento da força de trabalho, por aí fora, etc., ou seja, há uma série de condicionantes, naturalmente fazem muito sentido que tenha colocado em causa e se nós não estívéssemos de facto num espaço de cobrança de uma senha, estaríamos aí uma noite toda a discutir de forma amena e de amena cavaqueira questões que efetivamente são muito sérias, são muito profundas. Portanto, eu não acredito, enfim, apesar da bonomia do senhor Dr. João Caetano, não acredito que ele tenha para si que as minhas intervenções se encontrem sempre no reduto primário que ele as quer colocar. Isto para dizer que quando tracei um elemento comparativo entre uma cidade algarvia e outra, nem sequer fui para Vila Real de Santo António, tive a noção de que de facto era importante traçar uma analogia entre dois territórios similares. Similares em termos regionais, similares em termos de disputa da hegemonia regional que agora já é também pautada por Loulé, mas a verdade é que quando nós estamos a falar de atratividade de uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cidade, estamos a falar de uma atratividade de recursos naturais, de recursos humanos, de uma série imensa de recursos que não se compadecem de dizer, por exemplo, que Monchique será uma cidade mais atrativa que Portimão por força da aplicação de uma derrama de zero por cento, por exemplo, não é? Portanto, eu quando de facto intervenho em nome do Partido Socialista, sem prejuízo, enfim, das intervenções dos meus colegas, procuro fazê-lo com alguma seriedade e com respeito, que, aliás é o respeito que, por exemplo, o senhor Vítor Couto exerce, discordando fá-lo de uma forma respeitosa, e eu nunca tive necessidade obviamente de fazer qualquer anotação desabonatória em relação à sua argumentação. Portanto, aquilo que nos tem caracterizado de uma forma adversativa, tem sido uma política pequenina. Nós às vezes queremos ser mesmo pequeninos, não sei porquê, mas o facto é que quem está aqui no executivo não pode nem deve ser autista relativamente às críticas que os senhores fazem. Foi feito um abatimento da dívida, influenciado ou não pela posição na oposição, foi. -----

----- No futuro, o futuro que é já amanhã, 2024, será a aplicação deste orçamento, 2025, nós esperamos estar aqui todos, estaremos obviamente a liberdade de uma outra forma condicionar o IRC, o IRS, a derrama, porque já estaremos libertos do endividamento excessivo. É isto que eu tenho compreendido e suponho que os meus camaradas também, que essa liberdade nos será devida e obviamente não teremos a mínima relutância em ser nós a assumir a dianteira da redução da dívida aos portimonenses, é algo que nós também estamos empenhados nisso, porque talvez se também tenham já apercebido que nós também somos portimonenses e obviamente também pagamos taxas e taxinhas e etc. por aí fora. Nós não estamos fora do barco, nós estamos no mesmo barco, nós temos o mesmo desejo que vós, mas como eu disse no último dia nem tudo aquilo que é desejável é possível e, portanto, a questão é que nesta perspetiva, o senhor Vice-Presidente tinha razão quando dizia bem, «estou convicto que nós estamos a pensar do mesmo modo». Isto porquê? Porque efetivamente o nosso desejo, o nosso propósito é aliviar a carga fiscal dos portimonenses. Naturalmente que sim, mas é que não tenham dúvidas quanto a isso e que não pode haver outra estratégia senão esta, não pode haver outra estratégia senão esta, se não, não faria muito sentido nós aqui estarmos, com ou sem coisas de mercearia, nós iremos cá estar com esse propósito. Eu irei lutar por isso, assim como os meus camaradas e aí talvez possamos estar convencidos que estamos do mesmo lado da luta. Disse, senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, eu gosto muito de ouvir o senhor deputado Figueiredo Santos, é um excelente orador, mas eu devo-lhe dizer que a oposição não olha para o executivo e para a Câmara de quatro em quatro anos e o erro que a Câmara tem e este executivo ao longo dos anos desde o 25 de Abril, tem sido de que os investimentos só se fazem um ano antes das eleições. Agora, é a carga fiscal que vai diminuir e a promessa é num ano de eleições. Os portimonenses vivem durante quatro anos, não é num ano de eleições, vivem e sofrem, principalmente nos últimos anos sofreram com a pandemia, com a guerra, com a não sei quê que vocês dizem, mas não é num ano de eleições que se deve baixar a carga fiscal. A carga fiscal só vai baixar em 2025, porque é uma questão política vossa do Partido Socialista, porque se tivessem tomado em consideração aquilo que nós recomendamos e que vocês deveriam ter aceite, para bem de vós, para as vossas decisões, para as decisões da Câmara em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proveito dos portimonenses, deveriam-no ter feito ao longo dos últimos três anos. Fizeram-no, mas foi pouco, porque orçamentos que acabam com tesouraria de vinte milhões, de quarenta, ou de cinquenta e de sessenta e de setenta, não sei quanto é que vai ser este ano, mas é previsível que vá ser à volta dos sessenta, sessenta e tal milhões. Portanto, como há pouco disse, se é recorrente este saldo, é porque os senhores não o gastaram, deveriam de o ter gasto, porque não fez falta, por isso é que sobrou, por isso é que sobrou. Talvez o estejam a fazer e a poupar e a acumular para um ano antes das eleições, mais uma vez dividirem, portanto as promessas, fazerem as obras e tudo isso que os senhores habitualmente fazem. Não é assim que se trata os portimonenses. Os portimonenses tratam-se ano após ano, porque nós vivemos ano após ano. Tenho dito, senhor Presidente.

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2024 relativo ao ano de 2023, nos termos do nº6 da Proposta - **Deliberação nº 826/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	1	1	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovado, **com o voto de qualidade do Presidente em exercício**, o valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2024 relativo ao ano de 2023, nos termos do nº6 da Proposta - **Deliberação nº 826/23.** -----

----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2024, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com a Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. Como é do conhecimento, Portimão está sob a alçada da Troika que é o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação e pagamento antecipado quer do excedente da dívida como a própria dívida em si!-----
O executivo insiste na narrativa repetida de que não pode baixar impostos locais ou devolver a participação do IRS porque o Programa de Ajustamento Municipal (PAM) impede de o fazer, mas sabemos de que a justificação técnica tem por trás uma opção política da qual a "dívida" permite uma série de enganos à população. O exemplo máximo desse expoente da gestão socialista é apresentação de excedentes de saldos transitados de 2022 para 2023 de 23 milhões de euros e de 2023 para 2024 de 50 milhões de euros, porque orçamenta/promete obra e não utiliza/gasta/investe, daí restar valores exorbitantes! Teimando em não abdicar de ir mais além no pagamento da dívida ano após ano porque a justificação do PAM até dá jeito! -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O executivo municipal do Partido Socialista não tem propostas, não tem estratégia, não tem plano com alternativas orçamentais que beneficiem as famílias e as empresas, quer através de redução e pagamento de mais dívida, quer através de incentivos ao investimento local. -----

É conhecido o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais "ridículo" que existe, injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto, isto porque os cidadãos adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo e a penalização que sofrem. Onde está a justiça social do imposto IMI e a respetiva sobrecarga onerosa para as famílias e empresas portimonenses? -----

Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, sendo esta da responsabilidade do governo, faz com que o nosso entendimento sobre a miserável proposta em apreço de redução que é "vendida" pelo executivo do Partido Socialista nem sempre poderá corresponder a uma redução, ainda mais com a agravante de que alegadamente irá ser promovido novos zonamentos e coeficientes para cálculos do IMI também no concelho de Portimão. -----

Deste modo, verifica-se mais uma vez que para o ano em apreço a redução do IMI em 0,01 é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa e que em nada está de acordo com o esforço que os cidadãos de Portimão fazem há anos para compensar a irresponsabilidade dos executivos socialistas e que não passa de uma medida justificada com o "garrote" do PAM! No entanto, todos devemos ficar a saber que se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros "garrotes" deixariam de fazer efeito e que obviamente deveria ser reduzido o IMI para a taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia e a qual está prevista na autonomia municipal. -----

Continuamos a expressar a nossa indignação com determinados gastos que a autarquia faz, como por exemplo gastar 500 mil euros nas comemorações do 25 de Abril que é exatamente o mesmo valor que vai praticar com "migalha" da redução do IMI resultado da redução de 0,01% para o ano de 2024. Sendo este imposto imoral as populações não o deveriam suportar num ano que se prevê de mais carga fiscal, de mais aumento da despesa pública. -----

O conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2024, ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção e aumento da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país. -----

A taxação sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que é a DERRAMA (imposto extraordinário local) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Este imposto continuará a ser penalizador para todas as empresas que tem sede fiscal em Portimão. -----

Mais uma vez o Partido Socialista usa este imposto para benefício da sua estratégia política como justificação de que a Troika em Portimão não deixa alterar. Sabemos que a redução ou alteração de critérios aplicados à DERRAMA nos concelhos limítrofes ao de Portimão, são muito diferentes, produzem a respetiva anulação ou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



redução do imposto, tendo impacto direto positivo na estrutura de custo das empresas (independentemente da faturação e dimensão) servindo ao mesmo tempo de elemento de atratividade para o concelho. -----

O pagamento antecipado da dívida acumulada ao longo dos anos possibilitava a capacidade de anular e acabar com a cobrança da DERRAMA no Município de Portimão.-----

Adicionalmente para o ano de 2024, a autarquia teima em não devolver a participação da taxa variável de IRS aos munícipes/sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%.-----

Como exemplo a devolução de 5% do IRS que a autarquia arrecada aos agregados familiares do concelho de Portimão, corresponde a que cada munícipe que tenha uma coleta líquida de IRS no valor de 10 mil euros, permitiria que cada trabalhador receberia 500€/Ano.-----

Sabemos que a TROIKA portimonense obrigou a alterar o paradigma da gestão autárquica, obrigando a acabar com "*modus operandi*" de má gestão dos dinheiros públicos através da acumulação da dívida e mais dívida promovendo um cenário para um novo ciclo de gestão, o que não se verificou!-----

Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais e que em nada têm servido para desenvolver o concelho de Portimão! -----

Infelizmente o executivo municipal do Partido Socialista nada aprendeu com o passado! O Partido Chega em Portimão várias vezes aconselhou o executivo a definir uma estratégia para pagamento da dívida através do excedente orçamental por via do IMT, finalmente, no término do ano 2023, anunciaram a medida, o pagamento extraordinário do excedente da dívida FAM! -----

Contudo, com previsível saída da zona do endividamento excessivo, a dívida continua a ser alta e não desaparecerá ao contrário do que querem fazer parecer, superior a 84 milhões de euros, sendo ainda mais preocupante o facto dos documentos provisionais apresentados para 2024-2028 demonstrarem um exorbitante aumento da despesa pública local com records sucessivos, nomeadamente na rubrica de despesa corrente. O que fará previsivelmente com que o município de Portimão ultrapasse novamente a meta do endividamento excessivo no ano de eleições autárquicas de 2025 e consequentemente um aumento da carga fiscal através de mais imposto diretos para os munícipes! -----

Por todas estas premissas o Partido Chega vota contra esta deliberação!» -----

-----Em seguida, o Presidente em exercício, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-f)** – Discussão e Votação da designação da cidadã, Maria Teresa Alvo de Sousa Tavares de Sampaio Várzea, para o cargo de Provedora Municipal do Animal, nos termos da Proposta, **Deliberação nº 858/2023**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhor Presidente, era só para dizer para o ponto seguinte para ser retirado, que vamos fazer o regulamento e depois irá para discussão pública e depois então logo traremos à Assembleia o regulamento e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com o novo provedor e a proposta para o novo provedor. Portanto, é para retirar o ponto, vamos fazer o regulamento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, muito bem, o executivo retira o ponto 4-f) da ordem de trabalhos, vai voltar com regulamento e depois de período de recolha de opiniões. -----

----- **O Ponto 4-f) foi retirado.** -----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e duas horas e vinte e sete minutos, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** deu por concluída a 3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia dezanove de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. -----

----- De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

----- E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(Sheila Gassin Tomé)